

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO**

**FORMAÇÃO POLÍTICA E EDUCAÇÃO POPULAR:
Um estudo da formação de líderes na Lomba do Pinheiro -
Porto Alegre/ RS**

Ricardo Albino Rambo

Porto Alegre
Novembro de 2017

Ricardo Albino Rambo

**FORMAÇÃO POLÍTICA E EDUCAÇÃO POPULAR:
Um estudo da formação de líderes na Lomba do Pinheiro -
Porto Alegre/ RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr Jaime José Zitkoski

Linha de Pesquisa: Universidade: Teoria e Prática

Porto Alegre
Novembro de 2017

“Só faz sentido se os oprimidos buscarem a reconstrução de sua humanidade e realizarem a grande tarefa humanística e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e os opressores” (FREIRE, 2002, p. 30).

CIP - Catalogação na Publicação

Rambo, Ricardo Albino

FORMAÇÃO POLÍTICA E EDUCAÇÃO POPULAR: Um estudo da formação de líderes na Lomba do Pinheiro - Porto Alegre/ RS / Ricardo Albino Rambo. -- 2017.

145 f.

Orientador: Jaime José Zitkoski.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Formação de Líderes. 2. Educação Popular. 3. Comunidade. 4. Antigos Moradores. 5. Conselho Popular. I. Zitkoski, Jaime José, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DADOS DA BANCA

**FORMAÇÃO POLÍTICA E EDUCAÇÃO POPULAR:
Um estudo de formação de líderes na Lomba do Pinheiro -
Porto Alegre/ RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr Jaime José Zitkoski (PPGEDU/UFRGS)

Dra. Magali Mendes de Menezes (PPGEDU/UFRGS)

Dr. Pedrinho Arcides Guareschi (UFRGS)

Dr. Lúcio Jorge Hammes (PPGEDU/UNIPAMPA)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às pessoas:

Loiva, minha esposa, e Paulo, meu filho, por entenderem a minha ausência.

Meus Pais, Guido (in memoriam) e Silvia, por terem me gerado.

Meus irmão, Artêmio (in memoriam) e Vilmar, pela presença na minha caminhada.

Para toda a família, minha e de Loiva, pelo apoio e incentivo recebido.

*Através do Conselho Popular da Lomba do Pinheiro – Porto Alegre/RS
a todos os moradores deste bairro.*

AGRADECIMENTOS

*A Deus, pelo Dom da vida e por esta oportunidade.
A FACED/UFRGS que me acolheu e oportunizou ampliar minha formação.
Ao meu Orientador, Professor Jaime José Zitkoski, incansável, amigo, disponível, parceiro e exemplo.
À minha colega de caminhada, Raquel Karpinski, por tanta dedicação e apoio neste trabalho.
Aos Professores da FACED/UFRGS que proporcionaram o Conhecimento Teórico necessário para a conquista deste Mestrado.
Ao José Bolzan (in memoriam) e Beatriz Bertoja pelas horas de aprofundamento teórico que me proporcionaram.
Aos Componentes da Banca: Pedrinho Arcides Guareschi, Magali Mendes de Menezes e Lucio Jorge Hammes, desde a qualificação, com ricos apontamentos, e agora nesta apreciação final.
Aos moradores da Lomba do Pinheiro em Porto Alegre por me cederem o campo de coleta de dados necessários para esta conquista.
Ao Instituto de Psicologia da UFRGS por ter me autorizado esta caminhada.
A todos os meus Professores, colegas e amigos que comigo estiveram durante a minha formação.*

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar uma experiência de formação política no curso de formação de Líderes Comunitários dentro de uma perspectiva da Educação Popular. Para a realização deste trabalho, buscou-se aprofundamento teórico em Paulo Freire, porque é um educador voltado para a emancipação e educação popular, bem como em Boaventura de Sousa Santos, que aborda as questões políticas e sociais da atualidade, além de Enrique Dussel, o qual reflete sobre a práxis libertadora. Adotando a metodologia da análise qualitativa, com ênfase na pesquisa participante, descrevem-se os conceitos e analisam-se as vivências relacionadas à temática, como forma de trabalhar a teoria, relacionando-a com a prática. Nesta perspectiva, buscou-se, junto aos antigos moradores do Bairro Lomba do Pinheiro, do município de Porto Alegre, RS, retomar a história da organização desta comunidade desde os meados do século passado. Constata-se que a comunidade sempre esteve preocupada com a sua organização política, social e comunitária. A partir de vários movimentos na comunidade, em 1992, foi criado o Conselho Popular, com Coordenação instituída pela organização dos movimentos populares do bairro. A função deste Conselho é de articular todas as frentes de trabalho comunitário existentes no local. Este Conselho deu continuidade, com uma organização mais aprimorada, ao trabalho de formação das lideranças interessadas em projetos sociais. O Conselho percebeu o esvaziamento da luta popular no bairro e, diante disso, em 2015, ofereceu um curso organizado em cinco módulos, com o objetivo de ampliar a formação das lideranças locais. Foram ofertadas 70 vagas com rápido preenchimento. Ao término de dois anos, em junho de 2017, pesquisou-se, junto aos egressos deste curso, e respostas muito positivas foram obtidas em relação ao compromisso de cada participante com a comunidade na atuação em projetos sociais, em lutas populares e com a Educação Popular. Os resultados desse trabalho de formação política e educação popular são o foco central desse estudo.

Palavras-chave: Formação de Líderes. Educação Popular. Bairro Lomba do Pinheiro. Conselho Popular. Formação Política.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze an experience of political formation in the training course of Community Leaders within a perspective of Popular Education. In order to carry out this work, we sought theoretical deepening in Paulo Freire, because he is an educator focused on emancipation and popular education, as well as in Boaventura de Sousa Santos, which addresses current political and social issues, as well as Enrique Dussel, which reflects on the liberating praxis. Adopting the methodology of the qualitative analysis, with emphasis on the participant research, the concepts are described and the experiences related to the thematic are analyzed, as a way of working the theory, relating it to the practice. In this perspective, the history of the organization of this community has been sought since the middle of the last century, together with the former residents of the Lomba do Pinheiro neighborhood, in the city of Porto Alegre, RS. It is noticed that the community has always been concerned with its political, social and community organization. From several movements in the community, in 1992, was created the Popular Council, with Coordination instituted by the organization of the popular movements of the neighborhood. The function of this Council is to articulate all existing Community work fronts. This Council continued, with a better organization, the training work of leaders interested in social projects. The council realized the emptying of the popular struggle in the neighborhood and, by that, in 2015, offered a course organized in five modules, with the aim of expanding the formation of local leaderships. 70 vacancies were offered with fast filling. At the end of two years, in June 2017, the students of this course were interviewed, and very positive responses were obtained regarding the commitment of each participant to the community in the performance of social projects, popular struggles and Education Popular. The results of this work of political formation and popular education are the central focus of this study.

Keywords: Leadership Formation. Popular Education. Neighborhood Lomba do Pinheiro. Popular Council. Political Formation.

LISTA DE ABREVIATURAS

ONGs	Organizações Não Governamentais
POA	Porto Alegre
MAPA	Movimento Assistencial de Porto Alegre
CEASA	Centrais de Abastecimento
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
AIDs	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CDS	Conselho Distrital de Saúde
CRAS	Conselho Regional de Assistência Social
FROP	Fórum Regional do Orçamento Participativo
Ltda	Limitada
NMS	Novos Movimentos Sociais
MST	Movimento dos Sem Terra
OP	Orçamento Participativo
FASE	Fundação de Atendimento Sócio-Educativo
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
CPCA	Centro de Promoção da Criança e do Adolescente
CEGOV	Centro de Estudos Internacionais sobre Governos
SEFAZ	Secretaria da Fazenda do Estado do RS
RS	Rio Grande do Sul
PMEFPA	Programa Municipal de Educação Fiscal de Porto Alegre
IJF	Instituto de Educação Fiscal
AEPPA	Associação de Educadores Populares de Porto Alegre
MEP	Movimento de Educação Popular
UNISINOS	Universidade do Vale dos Sinos
CUT/RS	Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul
UNICAMP	Universidade de Campinas
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PPGEDU	Programa de Pós-Graduação em Educação

SUMÁRIO

1 PRIMEIRAS PALAVRAS	13
1.1 Caminhos Metodológicos	17
2 HISTÓRIA DA LOMBA DO PINHEIRO EM PORTO ALEGRE: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO	20
2.1 Lomba do Pinheiro: história da organização popular	20
2.2 - A Origem e desenvolvimento do Bairro: os destaques sobre a Família Remião e a Organização comunitária	21
2.3 Os destaques e lembranças dos Moradores Antigos do Bairro e sujeitos participantes .	24
2.4 – O Comércio Local e a subsistência econômica do Bairro no início de sua formação.	29
2.5 Organização Popular, educação e as Lutas dos Moradores por Dignidade Humana	32
3 DIALOGANDO COM OS AUTORES	44
3.1 Educação para a Emancipação/Libertação: lendo Freire, Santos e Dussel	44
3.2 - Desafios práticos para a emancipação: Dialogando com Santos e Freire	48
3.3 - A educação popular na perspectiva de Freire.....	61
3.4 - Ecologia dos Saberes e Interculturalidade na perspectiva de Santos	67
3.5 A formação política e a organização popular na América Latina: lendo Dussel	73
3.6 Democratizar a Democracia: Os Caminhos para a Cidadania Popular	79
3.7 - Dialogando com a realidade local e regional na perspectiva das Epistemologias do Sul	82
4 CONSELHO POPULAR DA LOMBA DO PINHEIRO E A ESCOLA DE LÍDERES	91
4.1 Histórias do conselho Popular	92
4.2 - Origem e Objetivo do Conselho Popular da Lomba do Pinheiro.....	93
4.3 - O Curso de Formação de Lideranças e sua proposta	100
4.4 - Organização do Curso de Formação de Lideranças na Lomba do Pinheiro	102

4.5 - Avaliação do curso de formação de líderes pelos Gestores	102
4.6 - Participação Universitária	104
4.7 - Crise Política, formação de lideranças e o pós-curso – reflexos de um país em crise	105
4.8 A importância de formar novas lideranças e seu Perfil	107
5 ANÁLISE DO CURSO DE FORMAÇÃO DE LÍDERES EDIÇÃO 2015.....	110
5.1 Programação comentada do Curso de Formação de Líderes Edição 2015.....	110
5.2 Perfil dos Egressos	114
5.2 – A Avaliação do Curso de Formação de lideranças pelos Egressos	117
5.3 - As Motivações/Interesses dos Egressos em fazer o Trabalho Comunitário.....	118
5.4 – Contribuições do Conselho Popular para a Liderança/Organização Comunitária	120
5.7 – Quais as intenções dos Egressos do curso de formação de lideranças a partir do curso	122
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS	126
APÊNDICES	130
APÊNDICE A: Termo de Consentimento.....	131
APÊNDICE B: Entrevistas para o grupo de moradores	135
APÊNDICE C: entrevista com Gestores	136
APÊNDICE D: Entrevista com EEgressos do curso Edição 2015.....	137
ANEXOS	138
Anexo A.....	140
Curso de Formação para Lideranças Comunitárias da Lomba do Pinheiro.....	140
Anexo B.....	142
Estatuto do Conselho Popular da Lomba do Pinheiro.....	142

1 PRIMEIRAS PALAVRAS

Diante da atual conjuntura política e social do mundo capitalista, ouvimos os diversos gritos populares, que clamam por: direitos iguais para todas as pessoas, indistintamente de classe social, raça, sexo, religião, cultura, etc...; libertação das amarras e do fardo opressor que os prende aos que detêm o poder absoluto de capital, ou de riqueza; libertação do trabalho árduo nas indústrias, e dos patrões que pagam a mão de obra ao preço que lhes convém, reduzindo o trabalhador à massa de manobra, sem jamais ter a possibilidade de sair da linha da miséria; conquista de direitos e de justiça em prol dos oprimidos; pelo direito a uma moradia digna e acesso aos serviços mínimos de saúde, educação e segurança.

Desde muito cedo, enquanto ser humano, sempre fui muito sensível a esses clamores populares, talvez por provir dessa classe tão sofrida e humilhada pelos anos de submissão e subserviência. Desde a década de 60 já demonstrava essa percepção, sendo que eu nasci em 1957. Assim, na infância, comecei a entender um pouco o que significava a minha existência e a minha participação no mundo e percebia meus genitores preocupados em ajudar quem estava necessitado por motivo de saúde, idade, escolaridade, equipamentos de trabalho, momentos de urgência, etc... Vivências que são comuns para quem teve uma vida interiorana.

A solidariedade estava bem presente desde cedo na minha formação humana, sendo frequente na minha família. Nós não éramos diferentes dos que nos circundavam e, por vezes, precisávamos dessa sensibilidade dos vizinhos e ela acontecia sem chamar. Quando se tinha alguma necessidade urgente, era comum os vizinhos se organizarem em mutirões para ajudar aqueles que estavam passando por alguma dificuldade para dar conta de seus afazeres, principalmente em momentos de doenças. Essa solidariedade, sem fazer um esforço maior para entender, acontecia de forma espontânea no meio dos agricultores de classe popular. Acontecia no meio da população carente e menos favorecida. Acontecia no meio onde a razão mandava menos do que a satisfação de ser feliz.

Olhando um pouco para trás, soube que já os meus avós participavam desta política da boa vizinhança. Os meus pais a herdaram dos seus pais e avós. Podia eu ter sido cego a ponto de não fazer parte dessa forma de viver? Podia eu discriminar, desrespeitar, diminuir, agir com superioridade diante dos meus colegas e membros da minha comunidade? É claro que não, pois a “Educação Popular” de então não permitia que os pais deixassem seu filho ser “mal educado”. Os saberes locais delineavam as regras e a forma de viver e eram, naturalmente, acatadas por todos como uma forma de vida e se manifestavam no modo de

viver e se posicionar-se perante a realidade.

Dentro desse contexto, vi a minha mãe se dedicar, com todo o seu ser e sem medir esforços, para atender as necessidades e zelar pelo bem-estar da família, e ela o faz até hoje. Também vi meu pai se preocupando com o bem-estar daqueles que faziam parte da sua comunidade. Papai gentilmente cortava cabelo nos sábados à tarde daqueles que não tinham dinheiro para ir a um barbeiro. Além disso, por ter aprendido a fazer contas com seu pai (meu avô) e, com o pouco de escola que pôde frequentar, dava aulas de catequese na comunidade, fazia o preenchimento dos impostos rurais dos que não sabiam fazer, construía casas e galpões para os mais próximos e era o único que tinha um Ford 29, sendo o único socorro para a vizinhança quando alguém tinha algum problema sério de saúde.

Apesar das muitas dificuldades em que vivi desde pequeno, não abandonei os bancos escolares, embora a regra geral fosse se dedicar ao campo e viver dele. Ao terminar o grau de escolaridade oferecido pela prefeitura local, decidi continuar na formação de cunho religioso, pois via nesse caminho a possibilidade de poder estudar e também atender aos mais necessitados, fossem eles de ordem material ou espiritual. Desde cedo, via na possibilidade de continuar os estudos a oportunidade de poder contribuir para melhorar e qualificar não somente a minha vida, mas a vida de minha família, dos meus amigos e vizinhos.

Ingressei na Congregação dos Padres Redentoristas, que tinha como princípios procedentes de seu fundador, Santo Afonso Maria de Ligório, o objetivo de estar dentre os mais necessitados, contribuindo para o seu crescimento material e espiritual. Durante a semana, dentro de um regime de internato, dedicava-me aos estudos e à oração e, nos fins de semana, prestava atendimento catequético em diversas comunidades, dando assistência e acompanhando aqueles que estavam mais necessitados e precisavam de algum alento para continuar na caminhada.

Foi durante o internato que, por intermédio de nossos formadores, tive o primeiro contato com o pensamento de Paulo Freire. Foi por meio do livro *Pedagogia do Oprimido* que ouvi pela primeira vez falar em Educação Popular e comecei a treinar o meu olhar para as injustiças latentes enfrentadas pelos mais pobres. Por intermédio das ações pastorais propostas pela ordem religiosa, conheci a periferia de Porto Alegre e pude perceber o quanto ela era carente de tudo. Vivenciando e participando dessas realidades, e bebendo das fontes teóricas da Educação Popular, da filosofia da libertação e da teologia da libertação, percebi que um novo mundo era não somente possível, mas altamente necessário para atender às exigências de humanização da sociedade como um todo.

Embora eu tenha deixado a vida religiosa, desde 1978 tenho me dedicado à caminhada

de conscientização e de busca de libertação na periferia de Porto Alegre. Orientei sempre meu trabalho junto aos mais pobres pela Teologia da Libertação, que veio a partir do Concílio do Vaticano II, de Puebla e de Medellín, junto com a CNBB do Brasil, que criou um trabalho organizado em Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que visaram buscar as pessoas menos esclarecidas para participarem do debate e para participarem das reuniões que acontecem em família, ao redor de suas casas, nos bairros pobres. Essa caminhada com cunho de formação e reivindicação de benefícios para a comunidade foi se politizando ao longo dos anos, conquistando marcos importantes.

É a partir desse movimento de organização comunitária, de organizar as pessoas para demandar em favor de necessidades coletivas, que surge também a necessidade de escolher pessoas que concorram aos postos de representantes políticos da comunidade na prefeitura, estado e país. Surgem partidos políticos que emergem da classe popular, que clamam por mudanças e justiça social. Esses partidos se unem em busca de direitos sociais, infraestrutura urbana e rural, escolarização, cuidado com a saúde, bem-estar, salários dignos, condições mínimas de moradia, educação e segurança. Além disso, sempre se apostou na formação de lideranças comunitárias, de pessoas que estão à frente da comunidade para atender as pessoas mais necessitadas em todas as suas urgências.

Esses movimentos, organizados desde as Comunidades Eclesiais de Base, lograram muitas conquistas em benefícios das comunidades e pessoas mais carentes. Conquistas essas que foram ampliadas durante os governos petistas de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Entretanto, nos últimos anos, o cenário político brasileiro tem sofrido uma reviravolta gigantesca e corremos seriamente o risco de retrocedermos em conquistas importantes dos coletivos sociais, de trabalhadoras e trabalhadores em prol de condições melhores de vida.

Além disso, nesses últimos anos, percebemos um desencantamento com a motivação religiosa e o fervor social despertado pelo movimento das Comunidades Eclesiais de Base. Num mundo tecnológico e globalizado, percebemos que outras atrações apareceram e foram tirando o encanto de muitos para com a vida social nas comunidades. Fomos percebendo que as lideranças comunitárias mais antigas desanimaram e não se atualizaram suficientemente para atender às novas demandas e transformações da sociedade.

Percebo e discuto essa realidade, desde o local onde tenho atuado nesses anos todos, o qual é o Bairro Lomba do Pinheiro, situado na periferia de Porto Alegre. Nesse Bairro, participo desde os anos 80 de um Conselho Popular, formado a partir da União de Vilas, que visa formar uma coordenação eleita e capacitada, com foco apartidário, para representar o

bairro e suas entidades junto à administração pública.

Como nos últimos anos temos percebido uma diminuição da comunidade na luta por causas coletivas e, havendo necessidade de formar pessoas capacitadas para atuarem em favor da comunidade e de suas necessidades reais, temos nos empenhado em realizar um curso de formação de lideranças, com o objetivo de fortalecer o trabalho junto às necessidades das comunidades e dos mais necessitados.

Como integrante desse esforço, senti a necessidade de aprofundar meus conhecimentos, pois apesar de ser formado em Filosofia, ter cursado sete semestres de Teologia e ter uma especialização em Gestão de Pessoas, não tinha o conhecimento necessário e adequado para qualificar tal empreendimento. Por isso, busquei o Mestrado em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, principalmente pela abertura e estudos que a Linha de Pesquisa *Universidade: Teoria e Prática* dá para a Educação Popular. O Mestrado em Educação tornou-se fundamental para a minha formação e para a formação de líderes na Lomba do Pinheiro.

Este estudo parte de um esforço de sistematizar as minhas experiências teóricas e práticas que obtive durante o mestrado, concomitantemente com a minha inserção e atuação na formação de novas lideranças no Bairro Lomba do Pinheiro. Nesse escrito, essas duas dimensões (prática e teórica) se fundem com o objetivo de qualificar a Educação Popular e servir de referencial para outros esforços em outras comunidades, contribuindo, assim, para a libertação popular e social.

O primeiro esforço que realizamos quando decidimos trabalhar com a formação de lideranças foi construir um arcabouço teórico e prático que fosse capaz de compreender o contexto em que estávamos e, também, que abrigasse os elementos necessários para uma boa formação de pessoas capacitadas para atuarem na comunidade.

Para isso, houve a necessidade de partirmos da nossa realidade, dos problemas concretos que a comunidade vive, de sua historicidade e perspectivas de futuro. Dessa forma, empreendi um esforço de conhecer, com a ajuda dos moradores mais antigos da comunidade, a história do Bairro, como poderemos acompanhar no capítulo dois deste trabalho. Compreender a história do Bairro Lomba do Pinheiro traz elementos que justificam um curso de formação de membros da comunidade para atender e lutar pelas demandas coletivas.

Após o resgate histórico, no capítulo três deste trabalho, procurei construir uma fundamentação teórica, em relação à Educação Popular, que fosse capaz de dar respostas às minhas inquietações e fundamentasse nossa necessidade de formação. Apesar da diversidade de bibliografias e autores sobre o assunto, detive-me, por questões de delimitação, aos estudos

de Paulo Freire, que é um grande educador voltado para a humanização e a libertação dos mais necessitados; Boaventura de Sousa Santos, que discute as questões de cunho social; e Enrique Dussel, que embasa sua teoria voltada para a práxis libertadora.

No capítulo quatro deste estudo, procuro apresentar o Conselho Popular da Lomba do Pinheiro e o curso de formação de líderes que, por esse coletivo, é empreendido. O objetivo desse apanhado é fundamentar a importância deste conselho, socializando a sua relevância para todo o Bairro. Por fim, no capítulo cinco, procuro ouvir aqueles que participaram desse curso de lideranças, buscando entender o impacto desse nas suas ações políticas, as contribuições para a sua atividade e ação junto ao seu grupo a partir da formação recebida.

Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo discutir sobre a formação de lideranças populares na Lomba do Pinheiro/Porto Alegre, com vistas à ação política e à participação popular, como um elemento imprescindível para a qualificação da vida nas comunidades mais carentes.

A partir dessa aproximação, outras questões vão se agregando à discussão, tais como: quais os avanços e retrocessos ocorridos no processo de formação de lideranças populares no bairro da Lomba do Pinheiro? Que espaços de formação foram oportunizados para as lideranças do bairro se qualificar? Que representações políticas possuem uma experiência do movimento popular? Quais as significações e importância da Educação Popular e das lideranças comunitárias para a vida nas periferias?

Convido-os a participar comigo desta caminhada que fiz durante estes últimos anos, aprofundando, observando com olhos mais críticos e participando com ênfase do estudo da realidade e da organização comunitária da Lomba do Pinheiro, com vistas à melhoria da vida na comunidade. Mesmo este sendo um trabalho limitado, é um primeiro movimento de reflexão e uma tentativa de sistematização das experiências e militância em Educação Popular.

1.1 Caminhos Metodológicos

O caminho para investigar o processo de formação de Lideranças na Lomba do Pinheiro no período que compreende os anos de 2015 a 2017 é resultado da minha trajetória como educador popular desde 1978 nesta comunidade.

Nesse sentido, meu caminho, desde os primeiros passos como educador popular até o presente trabalho, dialoga com as narrativas escritas por Cunha (1997), em que a autora ressalta a importância das narrativas escritas, uma vez que elas vão ao encontro do discurso

aqui trabalhado e porque, muitas vezes, a linguagem escrita libera, com maior força que a oral, a compreensão das determinações e dos limites. Tal processo permite o desvendar de elementos quase misteriosos por parte do próprio sujeito da narração que, muitas vezes, nunca havia sido estimulado a expressar organizadamente seus pensamentos. Dessa forma, como recurso de escrita, a narrativa se dará na primeira pessoa do singular, na fala dos participantes da temática em questão.

A Escola de Formação de Líderes busca preparar pessoas da comunidade para coordenar os movimentos sociais populares, objetivando a organização política de todos os moradores do Bairro. Para isso, fizemos um diálogo com pessoas da comunidade: moradores antigos¹, coordenadores do curso de Formação de Líderes e egressos deste curso que se dispuseram a dar seu depoimento para participar deste estudo.

Para alcançar os objetivos da presente pesquisa, realizamos três momentos articuladores de investigação: 1) discussão teórico-conceitual; 2) pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas e registros; e 3) pesquisa documental. A pesquisa é de cunho qualitativo, na modalidade da Pesquisa Participante, tendo como ponto de orientação as propostas de Brandão e Streck (2006).

O meu campo de pesquisa tem características da *Educação Cristã*² pela própria história do bairro Lomba do Pinheiro, que tem uma trajetória de participação popular. A partir disso, venho transitando dentro dos movimentos sociais populares deste bairro em diversas frentes. Neste momento, observamos as atividades promovidas pelo *Conselho Popular* que vem se preocupando com a notória fragilidade de formação política dos seus moradores. Assim, escolhi este espaço para realizar a pesquisa de mestrado. Tendo tal cenário como referência, faço a opção pela Pesquisa Participante, que tem fundamento na Educação Popular.

A *Pesquisa Participante* nos provoca a refletir e analisar o contexto pesquisado a partir da *partilha de saberes* (Brandão; Streck, 2006). Este tipo de modalidade de pesquisa qualitativa, além de provocar o *diálogo* entre os sujeitos e a *partilha de saberes*, não nega a

¹ Considero morador antigo aqueles que residem no bairro Lomba do Pinheiro (Porto Alegre -RS) há mais de 50 anos.

² A adjetivação cristã utilizada para referência do campo de pesquisa está vinculada à história da Igreja Católica na Lomba do Pinheiro desde o seu povoamento. Ou seja, os primeiros moradores eram cristãos católicos, tanto que João de Oliveira Remião (morador fundador do bairro) construiu, na parada seis, a sua capela. Inclusive, o nome da avenida principal do bairro tem o seu nome como homenagem. Em relação ao Curso de Formação de Líderes, a maioria dos coordenadores possuem formação a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o que, de certa forma, aparece na proposta de curso. Embora ele não tenha instituído a participação da Igreja Católica na organização deste curso, ele acontece (espaço físico) dentro do Centro de Promoção da Criança e do Adolescente (CPCA), que é dirigido pelos freis franciscanos desde 1979. Antes da denominação Centro de Promoção da Criança e do Adolescente (1993) a instituição era chamada de Centro de Promoção do Menor.

minha presença enquanto pesquisador e participante desta pesquisa.

Essas relações permitem que, além de pesquisador, eu possa pensar e refletir sobre a minha militância individual e, coletivamente, a partir do Curso de Formação de Líderes. Obviamente, nem a pesquisa nem o pesquisador são neutros, mas responsáveis por responder aos desafios colocados pela comunidade, como afirmam Brandão e Streck (2006). A Pesquisa Participante é uma investigação científica e social, numa forma solidária e participativa que vem se constituindo desde os anos de 1970 na América Latina, e muito presente na atualidade nas pesquisas que trabalham com a temática da Educação Popular.

A metodologia, portanto, é produzida através de uma epistemologia crítica presente na Educação Popular. Com isso, questões como compromisso ideológico e político no processo de investigação estão indissociáveis, além de objetivar o bem viver de todos através da problematização, reflexão e partilha de saberes. Nesse sentido, a “investigação, a educação e a ação social convertem-se em momentos metodológicos de um único processo dirigido à transformação social” (BRANDÃO; STRECK, 2006, p. 43).

Os dados foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas e de observação participante, bem como acompanhamento dos egressos do Curso de Formação de Líderes. O período da realização da pesquisa compreende os anos de 2014 até junho de 2017. A coleta de dados se deu da seguinte maneira:

- a) Durante os momentos de organização e planejamento do curso;
- b) Durante a realização do Curso (Abril a Outubro de 2015);
- c) Após a realização do curso, mediante o acompanhamento e entrevistas de oito (8) egressos do curso (até Junho de 2017).

As entrevistas foram realizadas individualmente, com data, local e horários combinados com os sujeitos da pesquisa. O tema da entrevista está relacionado com os objetivos da pesquisa e a minha participação foi a de mediador e problematizador. As questões não são únicas, porque os sujeitos ocupam posições diferentes, a saber: antigos moradores, coordenadores do curso de Formação de Líderes e egressos deste curso. Por tais razões, apresento três roteiros diferentes em anexo.

No tocante à Pesquisa Documental enquanto procedimentos técnicos (GIL, 1999), destaco documentos que foram usados:

- a) Atas dos encontros de preparação do curso;
- b) Registros dos encontros do curso;
- c) Registros da avaliação do curso;
- d) Atas e registros do Conselho Popular, organizador do referido curso.

2 HISTÓRIA DA LOMBA DO PINHEIRO, BAIRO DE PORTO ALEGRE: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO

Neste capítulo, busco analisar a história político-social da Lomba do Pinheiro, enfatizando a organização comunitária, que é a característica marcante desde a origem desse bairro. O foco aqui é conhecer o Bairro Lomba do Pinheiro, situado na região Leste da cidade de Porto Alegre e, dentro desse contexto, o objetivo central é analisar o trabalho de organização popular e a formação de lideranças.

Além dos dados históricos coletados em documentos, transcrevo e analiso os depoimentos dos Moradores Antigos, que coletei a partir das entrevistas, conforme roteiro do apêndice B. Tais depoimentos revelam os aspectos importantes da forma como o Bairro Lomba do Pinheiro se organizou, a partir da solidariedade e da acolhida dos migrantes, mas também da força da participação popular mobilizada pelas lideranças locais. Essa marca do bairro se manteve com viés fortemente comunitário até os dias de hoje, tendo em funcionamento a Associação de moradores, ONGs, Movimentos Sociais e o Conselho Popular.

2.1 Lomba do Pinheiro: história da organização popular

A Lomba do Pinheiro é um bairro com características muito peculiares em sua história e na forma como se organizou a partir dos saberes das classes populares que migravam do interior do RS para a região metropolitana. Hoje, o bairro constitui-se de uma população de mais de 80 mil habitantes, embora os dados do IBGE de 2010 tenham identificado um número de 62.315 habitantes³. É um bairro que aglutina mais de 32 comunidades ou vilas em todo o seu território. Hoje é uma das regiões da cidade que mais cresce demograficamente e conta, atualmente, com a edificação de mais 11 empreendimentos imobiliários (condomínios, torres/blocos, loteamentos).

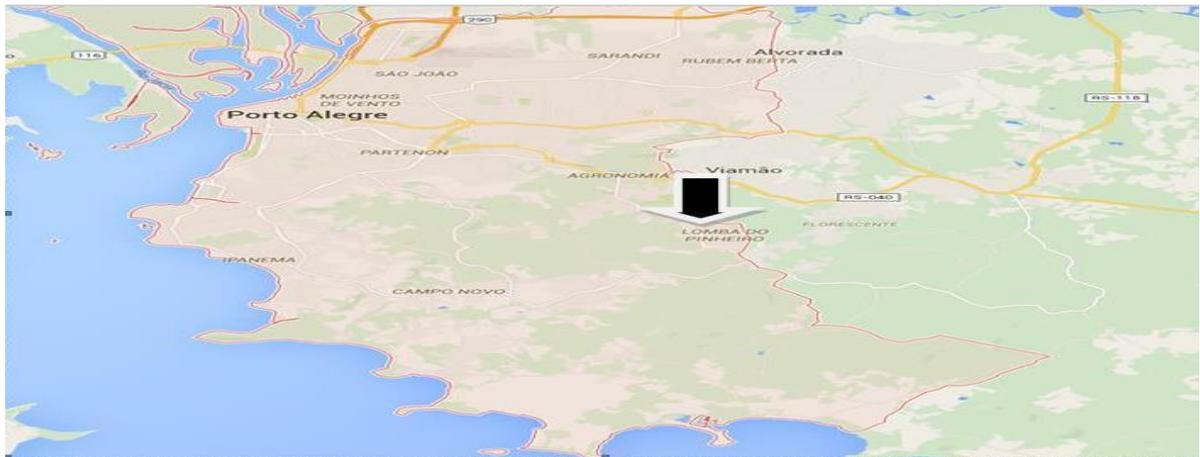
Para compreender geograficamente onde está localizada a “Lomba do Pinheiro”, apresento abaixo os mapas macro e micro, que identificam o lugar do bairro na cidade de

³ Acesso no site do Observa POA:

<https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1KELz1gAEZuecNuTzzQ7MsqzGRnQ>

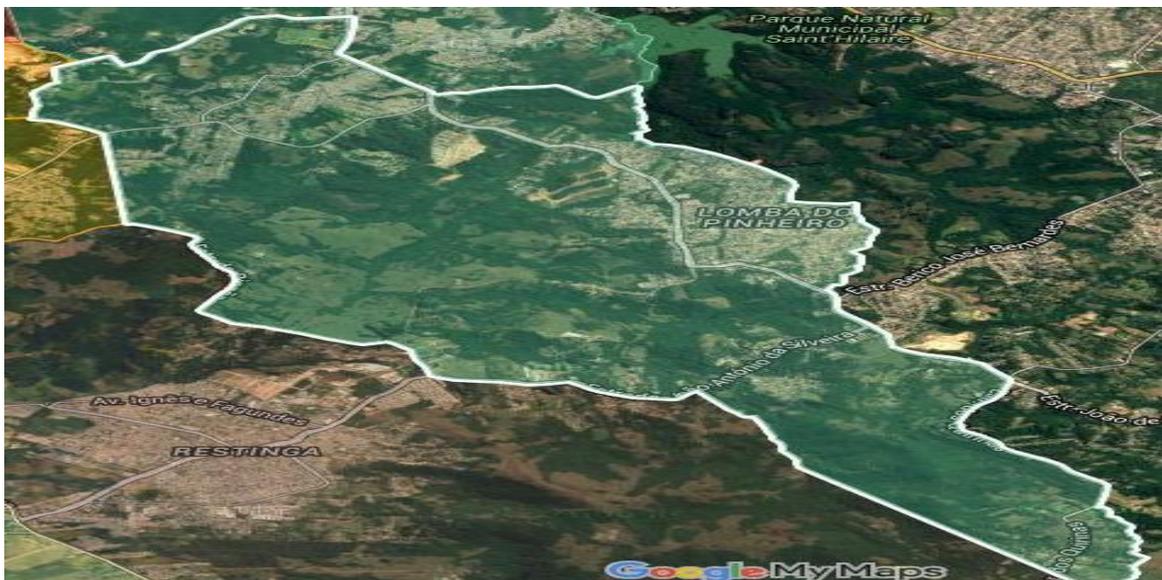
Porto Alegre. Sua posição no mapa revela a proximidade com o Município de Viamão, sendo que, numa faixa de terra, vai até a zona sul de POA, fazendo divisa com Itapuã e Bairro Restinga:

Figura 1 Mapa de Porto Alegre com destaque para o Bairro Lomba do Pinheiro



FONTE: <https://www.google.com.br/maps/place/Porto+Alegre>

Figura 2 Mapa Lomba do Pinheiro e suas vilas



FONTE: https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1TuxeRpg7jSxnGLPQ6LSFJm_FqC4

2.2 A origem e o desenvolvimento do Bairro: os destaques sobre a Família Remião e a organização comunitária

No Bairro Lomba do Pinheiro ocorreu uma formação diferenciada no modo como

surgiu e se organizou o processo de urbanização, pois ele teve início com a família Remião, ainda nos anos 40 do século passado, que era proprietária da maior parte das terras que hoje constituem o local. Portanto, era uma região da zona rural de Porto Alegre, constituída de chácaras com plantações agrícolas e produção na pecuária, semelhante ao que é ainda hoje parte da zona sul do município.

A Lomba do Pinheiro é uma minúscula parte das grandes sesmarias que foram concedidas em 1733, extensões de terra com até 13.068 hectares de terra (VILARINO, 2000, p. 17-18). Antes da fundação da cidade de Porto Alegre, em 26 de março de 1772, a grande Porto Alegre foi dividida em três grandes divisões de terra, sendo confiada a Dionysio Rodrigues Mendes e Sebastião Francisco Chaves, por carta, em 30 de março de 1736. A Terceira Sesmaria foi confiada a Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos, também oficializado em carta em 05 de novembro de 1740, sendo essa área denominada Estância de Santa Ana. O Morro Santana preserva este nome até hoje. É nessa área, ao Sul do Morro Santana, que se localiza a Lomba do Pinheiro, fazendo assim parte do composto com os bairros que hoje conhecemos como Praia de Belas, Menino Deus, Azenha, Santana, Partenon, Santo Antônio, Medianeira, Glória, Teresópolis, Santa Teresa e Cristal (VILARINO, 2000, p. 17-18). Para lembrar, em 24 de julho de 1773, Porto Alegre passou a ter a instalação oficial do governo de José Marcelino de Figueiredo.

Aos poucos e bem lentamente, esta região foi sendo povoada. Na Lomba do Pinheiro, que é o nosso ponto referencial de pesquisa, também não foi diferente. Com a ajuda dos antigos moradores, que foram contando um pouco desta história, além dos escritos de pesquisadores e historiadores, queremos apenas localizar o leitor no contexto. Por isso, não vamos aqui transcrever a história toda, ou repeti-la. Estamos organizando uma rápida escrita para que possamos estar bem localizados quando falamos deste que hoje é um bairro muito povoado.

O que lemos e o que os antigos moradores nos contam, até meados do século passado, é que a Lomba do Pinheiro era uma área rural, isto é, agrícola, de criação de animais, sempre voltada para o maior objetivo, que era a sobrevivência. Naquele tempo, para chegar à Lomba do Pinheiro, o caminho era a Estrada do Mato Grosso, hoje conhecida como Avenida Bento Gonçalves.

Andando pela Estrada do Mato Grosso, em certa altura encontrava-se um frondoso Pinheiro ao pé de uma grande lomba, pois a Lomba fez sua entrada encostada nesta árvore e daí procede o nome dado hoje ao Bairro. Este pinheiro teria sido fragilizado ao abrir o

caminho e, com um forte vento, veio a cair, sendo que, infelizmente, não encontramos substituto no local até hoje, por mais que houvesse a tentativa de replantio da espécie.

Com 22 anos e nascido na volta da Figueira, em Viamão, com o aprendizado que teve com seu pai, João de Oliveira Remião comprou um armazém e as terras de um antigo comerciante da região. Esse armazém estava localizado onde hoje é a parada 6 do Bairro Lomba do Pinheiro. João casou-se com Rafaela e, com ela, teve seis filhos. Na sua chegada, os arredores eram pouco povoados, dizem que não passava de dez famílias. Mas era bem movimentado, porque era caminho de passagem para a ida ou a volta a Porto Alegre pelos carroceiros e por alguns carros que já transitavam por aí. Esse era um ponto para fazer uma paradinha a fim de continuar a caminhada de ida ou de volta da Capital.

Com o passar do tempo, o casal João e Rafaela se tornam amigos de todos que por aí passavam e frequentavam o armazém, suprindo também as necessidades das suas casas com alimentos, ferramentas, roupas, entre outras necessidades que sortiam o local à disposição dos frequentadores. Porém, João foi vitimado por um fulminante ataque cardíaco e morreu aos 45 anos. Até então, João, de família de religião Católica, tinha construído uma Igreja na frente do armazém. Ao lado dessa Igreja, foi construída uma escola, que hoje leva o nome de Rafaela Remião, em homenagem à esposa de João.

Rafaela Remião, contam nossos moradores antigos em roda de chimarrão, sempre foi uma senhora muito solidária e sentia o maior prazer em poder ajudar quem estava precisando, principalmente quando os anos 40 a 60 do século passado trouxeram grandes levas de migrantes do interior para a cidade. Muitos faziam essa migração sem pensar como e onde se acomodar. Rafaela sempre tinha uma proposta e um lugarzinho para quem chegava nas redondezas. Ela propunha a construção de um ranchinho para se abrigar e, até a conquista de algum emprego, fazer ao redor uma plantação, criar galinhas para provimento de carne e de ovos, porcos, gado e caprinos para sobrevivência. Rafaela propunha aos recém-chegados que a produção não consumida pela família fosse trazida ao armazém para ser vendida. Ora, a maioria dos migrantes que aí chegavam eram procedentes de alguma agricultura familiar e vindos dos mais diferentes locais e regiões, de perto ou de longe.

Com a morte de João Remião, seu filho Osmar, que nasceu em 02 de junho de 1910, assumiu, por volta de 1930, a casa comercial que tinha o nome de Armazém Vencedor. Osmar era casado com Dona Marieta e morreu em 2004. O Armazém Vencedor tentava suprir todas as necessidades dos moradores da redondeza, tanto em alimentos como em ferramentas e acessórios para a lida do dia a dia.

Em 1952, foi fundado o Esporte Clube Pinheirense, nos fundos da Igreja e da Escola, ao longo da Rua Afonso Lourenço Mariante (Afonso Lourenço Mariante virou também nome de rua, pois era morador antigo e parente dos Remião. Contam que os Mariante doaram uma vasta extensão de terra entre as paradas 4 e 9 da Lomba do Pinheiro a título de herança). O Pinheirense era um clube muito frequentado nos dias de jogos, com uma torcida local muito forte, enfrentando equipes vindas de outros locais para jogar com esse time. Esse clube foi extinto em 1979, o qual tinha como frequentador e incentivador Osmar, que também era um dos padrinhos financeiros do local.

A casa dos Remião, o Armazém Vencedor, foi construída com tijolo e barro no final do século XIX e hoje é o prédio do Museu comunitário que abriga todo o acervo histórico da Lomba do Pinheiro e, de modo muito especial, da família Remião.

A Comunidade da Lomba do Pinheiro tem um carinho muito especial por João de Oliviera Remião, que foi um dos grandes destaques como morador e colaborador do Bairro.

A grande homenagem foi a de batizar a Avenida que atravessa de norte a sul o bairro com o seu nome, ou seja, Av. João de Oliveira Remião.

A primeira ação municipal para urbanização do território da Lomba do Pinheiro aconteceu a partir de 1960, com a Vila MAPA (Movimento Assistencial de Porto Alegre), quando recebeu como moradores as famílias que foram inundadas pela enchente do Rio Guaíba, em 1964, ao longo da Rua da Praia, no centro de Porto Alegre (VILARINO, 2000, p, 79).

2.3 Os destaques e lembranças dos Moradores Antigos do Bairro

Para fins de estudos, objetivamos aqui construir uma rápida linha de tempo sobre a história do Bairro Lomba do Pinheiro a partir dos depoimentos de alguns antigos moradores da localidade. O total de participantes entrevistados foram 11 Antigos Moradores, 7 Gestores e 9 Egressos.

Nessa seção, trago algumas citações sobre o cotidiano dos primeiros moradores da Lomba do Pinheiro, a organização comunitária da época e as oportunidades de socialização, lazer e diversão antes da urbanização. Falamos também sobre a história da Lomba, do comércio, da agricultura familiar, cultura, religião, dos moradores com destaque e da forma como os moradores se encontravam.

Jair, um dos nossos entrevistados, fala da Lomba do Pinheiro a partir dos seus 7 anos

de idade, ou seja, a partir de 1957. Diz que “era uma localidade onde a ocupação de trabalho era a exploração agrícola”. As plantações eram hortigranjeiros como frutas, aipim, batata, abóbora, milho, cana de açúcar, entre outras (VILARINO, 2000, p. 97). Todos os moradores criavam animais para garantir o consumo da sua família.

Vejamos seu depoimento:

“A gente criava vacas para coleta de leite e carne, porcos para carne, galinhas para colheita de ovos e carne, cabritas para coleta de leite e carne, ovelhas para coleta de lã e carne, e animais que serviam para tração, que eram os bois. Os bois de canga para arar a terra para plantio eram atrelados em dupla, ou também sozinhos, para puxar carreta de duas rodas, utilizada para carregar implementos utilizados na lavoura, produtos extraídos, carregamento de lenha para usar no fogão, até para deslocamentos fora da chácara, serviam também para puxar arados de pau, para fazer as trilhas que chamavam de rego para plantio de aipim, mandioca, cana de açúcar, arado de ferro duro utilizado para virar a terra, este conduzido em sentido único, fazendo um quadrado, arado americano, este tombava a terra para os dois lados. Após arar a terra, essa era emparelhada por um utensílio, “ferramenta”, identificado como grade de pau que servia para dar o acabamento à terra lavrada. (Jair).”

Vários moradores mais antigos também destacam as dificuldades de transporte e as parcerias comunitárias para viabilizar a locomoção das pessoas e transitar com produtos e materiais de construção de suas casas, conforme depoimento abaixo:

Alpheu diz: “os arados com bois também eram usados para fazer caminhos de passagem de carros de boi, pois nesta época carros a motor eram muito raro.(....) o Cavalo também era utilizado para tração, este era mais rápido e usando em carroças mais leves, com duas ou quatro rodas para carregar os habitantes da chácara dentro do perímetro, bem como para deslocamentos distantes e montaria.”

De acordo com Vilarino (2000), até a década de 1950, as habitações eram distantes umas das outras, pois eram somente cerca de 200 habitantes e o bairro era constituído de pequenas propriedades, onde residiam basicamente uma família. A posse da terra era transferida dentro do grupo familiar, na maioria das vezes sem fazerem inventário oficial dos bens. Usavam, também, medição a passo ou com trena e faziam a repartição a olho, como relatam os entrevistados.

Os pioneiros contam, sobre os métodos de divisão das terras e organização das propriedades rurais, que o processo era bastante informal:

“Então o que figurava como documento era uma peça que chamavam de partilha pública com o mesmo significado de escritura pública. O curioso é que nessas partilhas nem sempre as medidas ali constantes eram exatas, ou tinha a mais em terra ou a menos e assim ficava. ‘Não ocorriam vendas de propriedades com frequência, ocorriam muitas trocas de pedaços de terra, o verdadeiro escambo, chegavam a trocar por serviços prestados, por mercadorias’, chegou a presenciar doação de terra, por favor recebido, por pagamento de dívida contraída com empréstimo de dinheiro, compra de algum bem ou por prestação de serviço” (Jair).

De acordo com os entrevistados, somente “no final da década de 1950 começaram a surgir as primeiras aglomerações, ou vilas”, que foram: Vila São Francisco, hoje parada três, Vila São Pedro, hoje parada 13, e Vila Panorama, compreendendo hoje as paradas 16 e 18.

Na década de 1960, veio para a Lomba do Pinheiro o assentamento Vila Mapa, através do Movimento Assistencial de Porto Alegre (MAPA), que correspondia a casinhas de 2,5 metros de largura por 5 metros de comprimento (VILARINO, 2000, p. 80). Na fala de Jair vemos uma realidade do bairro em tal tempo: “Os loteamentos não ofereciam nenhuma infraestrutura, pois não havia luz elétrica, água, telefone etc., e isso se arrastou até a década de 1960”. Ao encontro disso, Selvino também diz que:

“Antes dos nomes das vilas – São Pedro, Bonsucesso, Santa Helena, Panorama, Mapa, dos Herdeiros, Esmeralda -, você sabia a localização através do número da parada do ônibus. Morei muitos anos na parada 13, Vila São Pedro, e algum tempo na Parada 12, Vila Santa Helena”.

Complementando sobre a origem das vilas e a forma de organização popular, Glaci lembra, em sua fala, das paradas de ônibus denominando as comunidades católicas que foram construídas, organizadas em Capelas:

1. Jardim da Paz;
2. São Francisco de Assis – São Francisco Parada 03;
3. Nossa Senhora Aparecida – MAPA (P. 4);
4. Nossa Senhora Fátima – P7;
5. Santa Clara – P10;
6. Menino Jesus e Sagrado Coração de Jesus – P11;
7. Santa Helena – P12;
8. São Pedro – P13;
9. Nossa Senhora Aparecida – Pombal - P14;
10. Santo Antônio – P16;
11. Santa Catarina – Bom Sucesso;
12. Nossa Senhora Imaculada Conceição - P 20;
13. Nossa Senhora de Lourdes – Pitinga;
14. Nossa Senhora Aparecida – Branquinha P – 24;
15. Cristo Rei – P 28.

Até o final da década de 1960, o transporte ainda era precário, havia ônibus coletivo poucas vezes durante o dia, e o trajeto era atendido pela frota da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, pertencente à Companhia Carris de Porto Alegre (Segundo Memórias dos Bairros e dos entrevistados). Como havia poucos horários de atendimento, quando chegava a hora de retorno, pela tardinha e pela noite, era um caos, os coletivos estavam sempre lotados como “*latas de sardinha*”, nos dizem Jair e Alpheu. Os ônibus chegavam a andar com as portas abertas desde o Bairro Partenon, mais precisamente a partir da Igreja São Jorge, na Avenida Bento Gonçalves, até a entrada da Vila São Francisco, hoje parada três, quando os moradores começavam a descer por terem chegado em casa. O grande problema era que tinham poucos ônibus que faziam o atendimento à população, então, quem se encontrava após a parada da Igreja São Jorge, no Partenon, no sentido Bairro, não conseguia subir e tinha que esperar o próximo coletivo, precisando contar com a sorte de não passar novamente lotado e que viesse mais um ônibus. De acordo com os entrevistados: “Coitados dos pobres motoristas e cobradores que recebiam a bronca dos pretendentes a usufruir do espaço dos poucos ônibus que ali passavam, que só não eram chamados de santos”.

Os entrevistados Alpheu, Jair e Iracy reiteraram várias vezes que não há como esquecer o tempo de chuva intensa em que a Lomba do Pinheiro se tornava “*lomba do inferno*”, pois era um barro vermelho escorregadio como sabão. Quando começava a subir a lomba, os pneus começavam a escorregar, patinar e, quando se via, já se estava na valeta. Era o momento em que os homens, preferencialmente, desciam do coletivo e empurravam o veículo para sair do lodaçal. À medida em que o ônibus começava a andar, eles voltavam ao ônibus em movimento e, assim, em marcha lenta, prosseguia a viagem.

Em 1965, a Prefeitura de Porto Alegre tirou os ônibus da Carris de circulação na Lomba do Pinheiro. A partir de então, as empresas Vitória, Santa Catarina e Santa Maria passaram a competir no transporte de passageiros da Lomba do Pinheiro. Comentam os entrevistados que isso aconteceu exatamente num período de inverno chuvoso, as linhas Santa Catarina e Santa Maria tinham veículos pequenos do tamanho dos micro-ônibus e a empresa Vitória tinha uma frota de ônibus que fazia a linha São José, na Vila São José do Partenon. A Empresa Vitória, como tinha carros maiores, assumiu a linha de ônibus Lomba do Pinheiro no meio do ano de 1965 e passou a ser a detentora dos direitos de atender a população com a ajuda da empresa da prefeitura até o final daquele ano. “Depois, em 1972, houve a separação no controle da empresa e a consequente emancipação, passando a ser identificada como PINHEIRO, após SUDESTE, em 01 de maio de 1982” (Jair, Alpheu e Glaci).

Ainda de acordo com os entrevistados, até 1970, era normal todos os moradores da

comunidade se conhecerem. Os laços entre as famílias eram muito intensos. Aconteciam casamentos entre as famílias locais, assim, criava-se uma cumplicidade entre os partícipes, havia famílias tradicionais que mantinham respeito, confiabilidade e zelo pelo nome de família que carregavam. Com frequência, as famílias se visitavam para trocar ideias de trabalho de campo, de plantios, de interajuda, de troca de experiências e de atenção aos melhores negócios para a venda de seus produtos no mercado. Os residentes não só se visitavam ou se encontravam em dias de festas, mas cultivavam relacionamentos sistemáticos por amizade. “A Lomba, com suas histórias, trouxe grandes oportunidades de socialização, lazer e diversão aos habitantes nos tempos da Lomba-agrícola”, relata Jair.

Além disso, a solidariedade era uma prática constante. Quando um vizinho necessitava de ajuda, não importando qual o motivo, podia contar com o vizinho mais próximo para lhe estender a mão.

De acordo com a literatura, solidariedade:

[...] constitui uma exigência que se revela na relação horizontal com o outro - que faz o homem agir porque se reconhece no outro como um outro de si mesmo; um outro eu que não sou eu, mas, ao mesmo tempo, sou eu integrando a Sociedade - e, sensibilizado, consciente e motivado passa a agir de forma comprometida e responsável em atitude compatível a um membro integrante de uma mesma e única família humana. (BRANDÃO; SILVA, 2012, p. 2398).

Jair diz que, nessa época, “não havia estelionato, roubo, ou insegurança, pois as pessoas se entendiam muito bem”. Considerava-se o vizinho de moradia como um componente da família. Precisava-se cultivar uma boa amizade com os vizinhos, considerando que os familiares consanguíneos normalmente não moravam tão próximos a eles e a locomoção era muito difícil para receber socorro de quem morava mais longe.

Segundo Jair, “Até 1970, os locais de diversão para jovens na Lomba do Pinheiro eram bem limitados. Era moda reuniões dançantes nas casas residenciais nos finais de semana. Aí somente participavam pessoas convidadas. Não era permitido ‘penetra’. Havia dois salões de baile, um na Vila São Francisco, parada três, identificado como Salão do Antoninho, outro na parada oito, Salão do Manoel dos Reis. Nesses salões eram efetuados bailes públicos uma vez por mês em cada local, nunca coincidindo no mesmo dia nos dois locais, porque o público era quase que sempre o mesmo, embora viessem pessoas dos bairros Agronomia e Partenon. Outro divertimento eram as reuniões dançantes nos salões das comunidades da Igreja, como o da parada seis, o da Vila São Pedro, São Carlos, Mapa, São Francisco, que aconteciam quando essas comunidades faziam festa local para arrecadar um dinheirinho para pagar as suas contas”.

2.4 O Comércio Local e a subsistência econômica do Bairro no início de sua formação

Até meados de 1960, segundo os entrevistados, os produtores da Lomba do Pinheiro vendiam os produtos hortigranjeiros colhidos nas propriedades, que sobravam do consumo dentre os moradores, no “mercado” que funcionava no bairro Menino Deus, nas proximidades da atual Secretaria da Agricultura. Depois, na década de 1970, foi transferido para o Bairro Navegantes, hoje CEASA.

Eram tempos difíceis e trabalhosos para os produtores que deslocavam até o mercado os seus produtos. Para esse trabalho, pagavam um transportador, que tinha um caminhão “Ford bigode”, que carregava os “engradados” (caixas) com verduras; caixas de madeira onde eram acondicionados batata doce e aipim, e sacos de estopa, onde colocavam vagens. A viagem de ida e volta ao mercado levava quase o dia todo. Não existia box próprio, as vendas aconteciam na disputa de lugar, ou seja, quando abriam os portões de acesso, tinham que sair correndo e segurar um lugarzinho para acomodação das mercadorias, pois quanto mais perto do acesso principal, melhor era a negociação e a venda dos seus produtos. Assim, era chamado de Agricultura de subsistência e escambo. Era comum a prática do “escambo⁴” (Jair) entre os moradores, como a troca de produtos coloniais extraídos na propriedade, por exemplo. Jair diz que:

“Se um proprietário carneava um boi, um porco, uma ovelha, dividia com os vizinhos um pedaço de carne, uma lata de banha, e quando o outro praticava o mesmo ato, retribuía na mesma intensidade. Com isso, diz-se até hoje que havia fartura em gêneros alimentícios. Ninguém passava fome.”

Neste tempo, segundo Jair, o leite era trocado entre os vizinhos por outras mercadorias que ao produtor de leite faltava. Com linguajar Campeiro, Jair diz:

“Pois quando a vaca de um apartava, a do outro dava cria e se compensavam. Quando um colhia uma boa safra de feijão, cedia àquele que não tivera a mesma sorte. E na safra seguinte, repetiam a façanha. Assim procediam, quanto às hortaliças, verduras, frutas etc..., simplesmente mandavam colher na roça, não haviam vendas desses produtos entre os vizinhos. E o excedente da produção era comercializado no mercado fora do perímetro da vizinhança.”

Sobre a produção de leite na Lomba do Pinheiro, coletamos, nas conversas com nossos entrevistados, que a distribuição do leite, normalmente, não era feita pelo produtor, e sim por terceiros. Esse leite saía dos locais de produção dentro de vasilhas, chamadas “tarros”, de

⁴ Escambo é a prática de troca de produtos extraídos na propriedade.

alumínio. Os distribuidores usavam carroça para se locomoverem aos locais de entrega, efetuando a “venda” do leite. Estes entregadores eram conhecidos como “repartidores”, também conhecidos como “leiteiros”. Em todos os locais que chegavam, gritavam à vizinhança: “LEITEIRO”. O leite era vendido a granel, que significa em quantidades de litros, conforme o pretendente desejava. A medida era uma caneca, a qual identificavam como canecão de alumínio. Nesse canecão cabia um litro de leite. Os leiteiros se deslocavam até as residências dos consumidores nas povoações e vilas locais. Muitos desses vinham até os bairros Agronomia, como já falamos, na época identificado como Mato Grosso, Partenon. Outros desses distribuidores de leite deslocavam-se até o Menino Deus para fazerem suas entregas.

Esta era uma rotina que começava muito cedo. Chegavam aos tambos de leite por volta das quatro e trinta da manhã. Pegavam o Leite no Produtor ou também conhecido com tambeiro, porque às sete horas deviam estar distribuindo nas residências dos consumidores de Porto Alegre. Jair continua: cabe lembrar que, como não tinha luz elétrica para refrigerar o leite coletado na entrada da noite, os tambeiros tinham que colocá-lo dentro dos tarros de alumínio e colocá-los dentro de um tanque de cimento, com água fria, para manter o mais resfriado possível. O leite ordenhado na madrugada não podia ser misturado com o da noite, se assim o fizesse, era certo que azedava, aí, o prejuízo era de grandes proporções, tanto para o produtor quanto para o distribuidor. Tudo era feito a luz de lamparina, lampião e lanterna com manga de vidro. Tudo necessitava de querosene para acender o pavio, quando faltava querosene, tinha “que lançar mão”, como diz Jair, da lamparina de sebo.

De modo especial, Jair, Alpheu, José, Glaci e Leocilda também falam que, até o final da década de 1960, havia a fabricação de farinha de mandioca, açúcar mascavo, melado e rapadura por meio das tafonas de moagem da mandioca e engenhos de moagem da cana de açúcar. Esses produtos se destinavam a atender as necessidades da propriedade, e o excedente era comercializado.

Eles ainda comentam que havia também o comércio de tijolos, que se estendeu até ao redor de 1990, fabricado por oleiros locais. O barro era extraído nas propriedades e os tijolos eram comercializados por terceiros, que compravam toda a fornada e vendiam nas obras em construção e nos depósitos de materiais de construção. A extração do barro, entretanto, destruía toda a área, formando barreiros, “açudes”, e a terra ficava sem nenhuma serventia para uso agrícola ou habitacional.

Nessa época, os moradores recordam que, na Lomba do Pinheiro, não havia padarias. A maioria das famílias fazia seu pão em casa. Mas havia moradores locais que se encarregavam de exercer a atividade de padeiro. Buscavam pão nas padarias localizadas no Partenon, ou em Viamão, e comercializavam nos armazéns na Lomba do Pinheiro, que, por

sua vez, atendiam a clientela. Tudo era feito utilizando como meio de transporte carroças tracionadas e movidas por cavalo ou burro. Por isso, não tinha pão novinho todos os dias. O padeiro distribuía-o no máximo duas vezes por semana. Com isso, surge o Comércio Local na origem do Bairro, sendo que, segundo os entrevistados, o comércio de vendas de bens de consumo até a década de 1970 era muitíssimo precário. Havia poucos armazéns, denominados Secos e Molhados nas suas fachadas do prédio.

Lembram Jair, Alpheu e Glaci que, na Vila São Francisco, hoje parada três, tinha o Armazém Três Meninas, do Valdomiro Bernardes. Na Parada seis, havia o Armazém Remião, do Osmar Remião, que era um dos mercados mais fortes na época. Na parada oito, o Armazém dos Reis, do Manoel dos Reis. Na parada doze, o Armazém Vicente, do Pedro Vicente. Na parada 19, o Armazém Santos, do Antônio Santos. Na parada 24, o Armazém Bernardes, do Alzemiro Bernardes, e o Armazém do Osvaldo Bernardes. Diziam que, nesses estabelecimentos, encontrava-se desde querosene para lampião até sabonete “Eucalol”, de tudo um pouco, com exceção de tecidos.

Também diziam que a mercadoria vendida era anotada em cadernos para as pessoas que tinham credibilidade. Esses credores de confiança faziam a compra em um dia do mês e, neste dia, pagavam a conta do mês anterior. Quase sempre ficava um mês para traz pendurado e, às vezes, ainda ficava um saldo remanescente para o mês seguinte. Todos comentam que se alguém passasse o “calote” (deixava de pagar), “aí a coisa ficava feia”, porque perdia a confiança e a credibilidade. Sua fama se espalhava dentre os proprietários de casas comerciais e, de imediato, tornava-se difícil para este mau pagador comprar em outro estabelecimento, pois todos se conheciam e a notícia “corria longe”.

Na década de 1970, começou o asfaltamento do bairro, primeiramente até a Vila São Francisco. A pavimentação asfáltica foi acontecendo em etapas. A conclusão até a parada vinte e quatro aconteceu com a implementação da Via do Trabalhador na década de 1990.

A luz elétrica também chegou na região na década de 1960 e foi implantada em etapas. Primeiro até a parada seis, por pedido especial do Sr. Osmar Remião, que era comerciante, morador e proprietário de grande espaço territorial na região, com bom trânsito no meio político porto-alegrense. Depois, a rede elétrica se estendeu até a Vila São Pedro, até a Vila Panorama, no Armazém Santos. A rede foi retomada somente na década de 1980, estendendo-se até a parada vinte e quatro. O mesmo aconteceu com a rede telefônica. Essa chegou na Lomba do Pinheiro na década de 1960. “Foi sendo implantada por etapas até a parada dezesseis e, na década de 1990, foi ampliada até a parada vinte e quatro” (Jair).

De acordo com Vilarino (2000), a partir da década de 1970 começou de fato a surgir o

grande movimento habitacional na Lomba do Pinheiro. Foram surgindo loteamentos e, com isso, passou a modificar-se toda a estrutura física da localidade, desde a forma de viver dos moradores locais, opção de trabalho, ampliação do comércio local e diminuição das propriedades agrícolas, surgimento de escolas municipais e estaduais dentro das vilas, posto de saúde municipal, posto policial, cedendo espaço para a colonização urbana. Com isso, o modo de vida foi se alterando, inclusive quanto à providência de cuidados com a segurança das residências.

Os habitantes passaram a entender a necessidade de aprimoramento, fazendo com que os filhos passassem a frequentar escolas para formação profissional, não bastando somente o ensino básico, ou seja, ler e escrever. O progresso foi chegando e “fincando pé”, como diz M3. Os armazéns foram se extinguindo e dando lugar para os pequenos mercados, já não mais com vendas a varejo e sim produtos empacotados, enlatados, disponibilizados nas prateleiras, sem ser efetuado o atendimento à clientela no balcão.

Surgiram, então, em toda a cidade de Porto Alegre e também neste bairro, Supermercados de grande, médio e pequeno porte. Em 1980, o Carrefour foi o primeiro a se instalar na região na Avenida Bento Gonçalves, com fácil acesso para todos fazerem suas grandes compras, chamadas de “rancho”. Também ocorreu nesta época o advento do comércio farmacêutico na região. Era o progresso chegando à Lomba, não sendo mais necessário deslocar-se até o bairro Partenon para a compra de medicamentos.

2.5 Organização Popular, educação e as Lutas dos Moradores por Dignidade Humana

Sobre a Educação na Lomba do Pinheiro, os entrevistados falam de duas escolas que foram as pioneiras na Lomba do Pinheiro. A escola de maior referência e mais antiga, fundada em 1952 (VILARINO, 2000, p. 224), era o Grupo Escolar Dona Rafaela⁵, na Estrada João de Oliveira Remião, que funcionava no mesmo local onde se encontra ainda hoje, na parada seis desta Avenida.

A outra Escola, o Grupo Escolar Estrada das Quirinas, hoje, é Escola de Ensino Fundamental Solimões. A entrevistada Leocilda trabalhou como professora e também foi diretora dessa Escola. Leocilda conta que fez um belo trabalho e se orgulha da sua participação, não só na Escola, mas também no trabalho com a Comunidade, que, além de envolver os pais dos alunos, envolvia os moradores ao redor do educndário. Diz que era um

⁵ O nome dessa escola é homenagem à esposa de João de Oliveira Remião, que se chamava Rafaela Remião.

trabalho de educadora e, como diria Paulo Freire, na Pedagogia do Oprimido (2002), um trabalho de educadora popular, na Estrada das Quirinas. Lembra que o prédio desse Grupo Escolar da Estrada das Quirinas foi inaugurado em 1958, mas “antes de 1958, esta escola funcionava na casa de moradia do Sr. Armando Câmara, que era localizado na mesma estrada, porém, a uns 700 metros antes do atual endereço”. Ela detalha que o local para a construção do Grupo Escolar Estrada das Quirinas foi cedido num espaço onde havia uma plantação de cana de açúcar na beira da estrada, explorada pelo proprietário desta terra, Sr. Júlio Bernardes, conhecido como Júlio Bernabé.

Em ambas as escolas eram oferecidas escolaridade até o quinto ano primário e, se quisesse fazer o ginásio ou o magistério, as crianças tinham que vir para Porto Alegre. Além das escolas terem papel importante na conjuntura da Lomba do Pinheiro, o Papel das Igrejas também teve e tem fundamental importância para a organização popular.

Jair fala da prática religiosa na Igreja Católica até o início dos anos 70. Diz que “havia pequenas capelas onde os fiéis se encontravam nos domingos. As capelas eram situadas na Vila São Francisco, outra junto ao Grupo Escolar Dona Rafaela e ainda outra na Vila São Pedro”. Além das rezas, aconteciam também quermesses e festejos anuais em homenagem aos santos padroeiros. Esses festejos aconteciam sempre nos fins de semana. Os organizadores, juntamente com o pároco, tinham o cuidado de nunca coincidir festas em duas localidades ao mesmo tempo. Isso, de modo especial, porque o público frequentador vinha das outras comunidades também para prestigiar e deixava o seu lucro, que beneficiava a comunidade em festa. Da mesma forma, a Igreja Evangélica Assembleia de Deus começou a surgir “após a década de 1960, mais dentro das vilas, em pequenos núcleos, com cultos em casas residenciais e, aos poucos, foi construindo suas Igrejas” (Jair).

Nessa mesma época, foi instalada a Ordem dos Freis Franciscanos no Bairro Lomba do Pinheiro.

De acordo com Frei João, a província dos Freis Franciscanos da Ordem Menor, assim chamados, do Rio Grande do Sul, tinham por objetivo agir nas comunidades dentro dos princípios da congregação, que incluem estar perto do povo mais sofrido e, por isso, morar no meio dos mais necessitados.

“As raízes da Entidade/identidade dos Freis nesta província, (a Ordem dos Franciscanos ao qual pertencem os Freis da Lomba do Pinheiro, se divide no mundo inteiro em Províncias, ou seja, grupos) a do Rio Grande do Sul é a Província São Francisco de Assis, que segundo Frei Bruno Goettens (Colega de Província do Frei João), desde o primeiro Capítulo Custodial de 1969, segue duas linhas mestras fundamentais, a saber: 1- Manifestamos nossa

vontade de viver como frades menores, fidelidade à nossa identidade de Frades Menores; 2- Manifestamos nossa vontade de viver nossa identidade franciscana na realidade do Rio Grande do Sul, ou seja, fidelidade à identidade gaúcha. Ainda segundo Frei Bruno (também colega de Província do Frei João), a primeira linha se subdivide em três aspectos: 1- Opção pela vida fraterna; 2- Opção Evangélica pelos pobres; e 3- Opção Missionária (Livro do Capítulo Provincial Intermediário de 2004, p. 166)."

A opção pelo trabalho no Meio Popular Urbano foi uma opção do Capítulo Custodial de 1969, quando a ordem define, em uma de suas prioridades: "Uma ação promocional integral e integrada na realidade colonial." Durante dois anos, foram acontecendo iniciativas em diversos municípios do Rio Grande do Sul, na tentativa de colocar em prática a decisão capitular, mas somente em 1971 teve início. Foi então criada a Equipe Pastoral dos Migrantes, em Canoas, que depois se estabelece na Lomba do Pinheiro, perto de Porto Alegre (Frei João).

Frei João continua dizendo:

"No segundo Capítulo Vicarial, realizado de 9 a 20 de dezembro de 1974, em Taquari, aprova-se a seguinte resolução: Criação de um Centro de Formação e Treinamento para pessoas de periferia de Porto Alegre e Canoas (idem p. 84). A íntegra deste projeto que foi levado ao Capítulo, estudado e debatido, bem como a sua versão final, votada e aprovada, está registrada nos Anais daquele Capítulo."

Para ilustrar e fortalecer esta tese, Frei João nos mostra as justificativas remotas e históricas deste projeto: a criação de um centro de formação e treinamento para pessoas de periferia de Porto Alegre e Canoas:

Em 1969, no Capítulo da então Custódia de Regime São Francisco de Assis, ficou estabelecido que os franciscanos se preocupassem de maneira especial pelas pessoas do meio rural. A partir dessa preocupação, chamou-lhes a atenção a seguinte realidade: o número muito grande de pessoas do meio rural que estão se estabelecendo nos centros urbanos, principalmente nas periferias. Decidiram, então, atuar também junto a esta realidade, se bem que, de modo muito modesto, devido ao pequeno número de elementos que pudessem ser encaminhados para este trabalho. Em 1971, entrosados com o Setor Migrações Sul III da CNBB, três franciscanos realizaram uma longa pesquisa na Grande Porto Alegre, com o objetivo de localizar bairros com a maior afluência de migrantes, e, ao mesmo tempo, desenvolver uma pastoral adequada a este meio. O local escolhido foi a Lomba do Pinheiro, bairro semiurbano, localizado na divisa Viamão/Porto Alegre, com aproximadamente 20.000 habitantes, pastoralmente abandonado e esquecido pelo Estado e Municípios... (Capítulo de 1974, p. 10).

E, nos Objetivos do Projeto transparece, além da “Evangélica Opção pelos pobres”, a sua opção eclesiológica na linha das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, como segue:

Objetivo Geral: Formação de Comunidades Eclesiais de Base, através da criação e treinamento de grupos cristãos de base. Objetivos Específicos: - treinamento de pessoas para formar dirigir círculos bíblicos (...); - Treinamento de pessoas para formar grupos de acolhida nas comunidades cristãs (...); - Treinamento de pessoas para formar equipes litúrgicas para os cultos dominicais nas vilas, sem a presença do sacerdote (...); - Treinamento de grupos de atuação ambiental Pastoral Operária (...); - Encontro dos dirigentes dos vários grupos (...) para aprofundamento, replanejamento e novas motivações para suas atividades (Capítulo de 1974, p. 11).

Na Lomba do Pinheiro, conforme nos diz Frei João, foi montada a primeira casa de formação da congregação dentro da comunidade.

Foi na Lomba do Pinheiro, Porto Alegre – Viamão, RS, a primeira casa de inserção no mundo urbano desta província. Criada na Lomba do Pinheiro, conforme já vimos anteriormente, e que agora vamos apresentar mais detalhes desta missão. A partir de 1º de outubro de 1971, os freis Nilo Formentini e Arno Reckzigel foram morar numa casa alugada na Lomba do Pinheiro - Bairro Agronomia (Parada 13, Rua São Pedro, nº 16) Boletim da Família Franciscana Sul Rio-grandense, novembro de 1971, pág. 57. No mesmo boletim, na edição de março de 1972, Ano VII, nº 1, pág. 9, registra-se, com o título Lista do Congresso Capitular: 6- Lomba do Pinheiro: Frei Jacinto Poletto, Frei Nilo Formentini e Frei Arno Reckzigel.

Continuando no mesmo Boletim, na edição de agosto de 1975, ano X, Nº 5, podemos ler:

Conselho Vicarial – Nomeações e Transferências: O Conselho Vicarial acolheu o pedido para que Frei Artur Agustini fosse morar na Lomba do Pinheiro com o Frei Arno Reckzigel até sua ordenação em dezembro. Em 1976 Frei José Kehrwal e Frei Nestor Inácio Schwersirã morar e trabalhar na Lomba do Pinheiro (5ª a Dom.) Idem Ano XI fevereiro de 1976, Nº 1, pág. 4. Agora citando o Boletim de Comunicações Nº 5 de julho de 1978, pág. 185, lembramos que Paulo Roberto Rodrigues da Rosa inicia seu apostolado na Lomba do Pinheiro a partir de agosto, sendo o primeiro vocacionado daquela região que perseverou na caminhada vocacional por vários anos.

O entrevistado Frei João apresenta dois testemunhos de confrades que vêm a comprovar o que falávamos anteriormente. Um deles é Frei Benício, que nos deixou há poucos dias e que dedicou muito da sua vida à Lomba do Pinheiro.

Abaixo, Frei Benício Varken fala sobre nossa presença na Lomba do Pinheiro:

A motivação era acolher os migrantes vindos do interior que chegavam em grande número a esta região. Era dada assistência religiosa – rezava-se nas casas e o atendimento pastoral. Em 1981 chegou Frei Mário Aloisio Schuh que era totalmente liberado. Ajudou a construir diversos Centros Comunitários, com destaque para o da Vila Pinhal (Entrevista de Frei João com o Autor em 2015).

Frei Flavio Guerra, em um artigo de 2015, com o título “Rede de Comunidades Santa Clara: Estrutura Eclesial da CEBs e das Pastorais Sociais. Sistema atual e perspectiva de seu futuro na Igreja do Brasil”. Em seu nº 1 descreve o objetivo da presença e atuação dos freis na Lomba do Pinheiro, da seguinte forma:

O objetivo central dos freis não foi oferecer sacramentos para o povo, estrutura eclesial da paróquia e dos movimentos. Seu foco foi colocar-se a serviço das necessidades básicas do povo, isto é, de uma infraestrutura mínima para (que) este pudesse viver dignamente. Desse modo, os freis franciscanos implantaram uma estrutura eclesial profética e não sacerdotal, pois sua ação visava à organização do povo em vista da conquista de seus direitos fundamentais e não em vista da instituição Igreja, centrada nos sacramentos.

Mas o que mesmo significa a sigla CEBs? No livro “Do lugar do pobre”, Leonardo Boff nos fala do compromisso que a Igreja toma de encargo, e assume, a partir dos direitos humanos, estar próximo dos mais necessitados, marginalizados, desprotegidos, esquecidos pelos órgãos Públicos. A Proposta é de conscientizar, desvelando da cegueira da miséria ingênua, da vida desumana que muitas famílias vivem, para, a partir de reuniões, cultivos e estudos em grupo, libertar-se das amarras da marginalização e fazer parte de uma nova sociedade.

Frei João nos apresenta uma carta escrita por Frei Flavio Guerra (que participou do trabalho Pastoral em muitos anos na Lomba do Pinheiro), para o 12º Encontro Estadual de CEBs em Pelotas, de 1º a 04 de maio de 2008. Frei Flavio começa a sua carta falando dos tempos em que CEBs era uma sigla das Comunidades Eclesiais de Base, sem necessidade de explicitar o que nela acontecia e o que ela significava:

“Houve um tempo em que não havia muita necessidade de explicar o significado da sigla ‘CEBs’”. Fazia parte do imaginário e do vocabulário de muitos cristãos católicos. Suscitava entusiasmos e esperanças, assim como perplexidades e interrogações. Mas hoje, muitos nem lembram mais dos difíceis e duros anos da ditadura militar no Brasil e nem participaram do processo de democratização. Foi naquela época que pipocaram, em todo país, pequenas comunidades ligadas, principalmente, à Igreja Católica. Querendo ou não, elas contribuíram de diferentes maneiras para o processo de democratização. (Frei João)

Frei Flávio especifica e lembra Paulo Freire quando fala da forma como acontecem as reuniões, que eram em grupo, na forma de diálogo, até mesmo para montar cartas de reivindicação de necessidades da comunidade para os órgãos públicos.

Eram grupos de pessoas que, morando no mesmo bairro ou nos mesmos povoados, encontravam-se para refletir e transformar a realidade à luz da Palavra de Deus e das motivações religiosas. Daí o nome das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Começavam também a reivindicar pequenas melhorias nos bairros, mas, ao mesmo tempo, iniciavam uma caminhada para tomar consciência da situação social e política. Queriam a transformação da sociedade. Inspiradas no método “Paulo Freire” de alfabetização de adultos, executavam uma metodologia que levasse da conscientização à ação. (Frei João)

Frei Flavio Guerra fundamenta, nesta carta, essa caminhada democrática, libertadora das amarras do comodismo, cheia de esperança crente em um novo mundo possível. Para essa conquista, é preciso ser forte, perseverante, audacioso e ter muita fé para chegar ao querer que parecesse ser utópico, trazendo uma grande felicidade ao conquistá-la.

O prof. Faustino Luiz Couto Teixeira, especialista sobre o assunto, escreve que “nos anos 70 e início dos 80, falava-se muito do impacto da atuação das CEBs no campo sócio-político, enquanto geradoras de uma nova consciência das camadas populares e fator de grande importância no processo de libertação dos pobres.” Em outras palavras, essas pequenas comunidades cristãos, de 20 a 100 membros, eram consideradas um novo sujeito popular, capaz de reverter a situação de pobreza e apontando para uma nova sociedade, justa e fraterna. Depois veio a abertura democrática e o fim da ditadura, houve a crise no Leste europeu e a queda do modelo socialista-burocrático; houve a afirmação do capitalismo em sua fase neoliberal, tendo como consequências mais exclusão e pobreza. Foi na segunda metade dos anos 80 e nos anos 90 que as CEBs tiveram que repensar a sua identidade. (Frei João)

E o Frei Flavio Guerra mais uma vez especifica a intenção da quebra do paradigma hegemônico que vem acompanhando a Igreja desde sua origem. A ideia é dar poder aos participantes leigos de exercerem trabalhos na comunidade. Essa é uma nova proposta que nasce no Concílio do Vaticano, que também dá ao leigo a oportunidade de ter acesso à Bíblia Sagrada, não só para ler, mas para tê-la em sua casa.

Mais especificamente no interior da Igreja Católica, as CEBs queriam rever uma estrutura muito piramidal, de cima para baixo. Incentivadas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), vislumbravam uma maior participação dos leigos e um processo mais participativo de tomada de decisões. Ao redor da imagem de “povo de Deus”, que foi caracterizada pelo Concílio, as comunidades sentiram-se parte ativa na construção de uma sociedade com vida digna para todos e todas, sinais do Reino de Deus no meio de nós. Houve quem aplaudisse e quem desqualificasse essa atitude como algo que ameaçasse destruir a estrutura de dois mil anos da Igreja. Falava-se da prioridade do carisma sobre a instituição (L. Boff) e usava-se o método das ciências sociais para analisar a Igreja. (Frei João)

A Filosofia e a Teologia da Libertação nascem juntas e no momento em que o povo se reúne para celebrar a vida juntos, em que todos podem falar, todos os cristãos fervorosos podem dar suas ideias e, em grupo, pensar em qualidade de vida com boa educação e assistência social para a saúde de todos.

Substituir a tradicional filosofia pelas ciências sociais representava o risco de introduzir a análise marxista dentro da Igreja. Começou-se, então, a falar do perigo comunista na Igreja e muitos ficaram alarmados. Até o Departamento de Estado Norte-americano pronunciou-se, contudentemente, através de dois documentos chamados “Santa Fé”: “A Teologia da Libertação e suas células (as CEBs) representam uma doutrina política disfarçada de crença religiosa, com um significado antipapal e antilivre empresa, destinadas a debilitar a independência da sociedade frente ao controle estatal” (Santa Fé II). (Frei João)

Nesta Carta, o Frei Flavio Guerra mostra as características das CEBs, apontando 6 elementos que podem ser detectados: a territorialidade das pessoas, a leitura e a reflexão da Palavra de Deus, Assembleia para discutir os problemas, pessoas da comunidade para exercerem o trabalho de ministros, trabalho de assistência social no meio dos mais necessitados e a tarefa de propagar o reino de Deus.

Mesmo que se tenha certa dificuldade em encontrar traços homogêneos e constantes em todas as CEBs, há alguns elementos que, em geral, podem ser detectados.

1. Um elemento é a territorialidade, isto é, as pessoas de uma comunidade estão situadas num território geográfico específico. É muito fácil que se conheçam e que estabeleçam relações e contatos. “Base” significa propriamente essa concentração de pessoas num povoado ou num bairro. As experiências históricas mostram que, muitas vezes, foram essas comunidades que ajudaram a reivindicar serviços básicos, como água, luz e esgoto, e a reorganizar a vida do bairro.

2. A leitura e a reflexão sobre a Palavra de Deus é outro traço característico das CEBs. Muitas comunidades começaram como reuniões bíblicas que iluminavam a vida das pessoas. Na medida em que a vida comunitária se organizava, foi introduzido também o culto dominical ou a celebração da Eucaristia.

3. A participação e a discussão dos problemas em forma de assembleia caracterizaram muitas Comunidades de Base. A metodologia participativa inclui a colaboração de todos e todas na discussão, na solução e no encaminhamento concreto do problema. Se, por exemplo, o tema é o desemprego, há no final um compromisso concreto que é assumido por todos: preparam-se cestas com alimentos básicos que são distribuídos aos desempregados.

4. Esse espírito desencadeou a emergência de ministérios leigos que foram se multiplicando a partir das exigências da comunidade: há ministros da Palavra, ministros da Eucaristia, ministros da pastoral da moradia, do trabalho, do menor. Muitos serviços englobam mulheres e homens em clubes e pequenas organizações: hortas comunitárias, clubes de mães, alfabetização de adultos e, muitas vezes, grupos de sustentação dos movimentos populares.

5. Estes serviços destacam o compromisso das CEBs com os mais pobres e a relação consequente entre fé professada e vida concreta. É propriamente o compromisso com as

camadas mais desfavorecidas da população que tornaram as CEBs profundamente ativas no campo social. O pobre não é visto como problema, mas como solução no processo de construir uma nova sociedade.

6. Por fim, o horizonte para o qual as CEBs se deslocam é a prática concreta de Jesus e o sonho de testemunhar o Reino de Deus. Termos como justiça, fraternidade, solidariedade, compromisso e caminhada revelam, de um lado, o seguimento de Jesus e, de outro, a vontade de ver o projeto de Deus se realizando concretamente.

A visão do Frei Flavio Guerra traz alguns desafios das CEBs nesta carta. Poderíamos lembrar, mais uma vez, de Freire, quando entendemos que não há saber mais ou saber menos, mas há saberes diferentes que devem ser colocados em comum para deles tirar proveito e também estar atento aos saberes que mais se adaptam ao modo de viver e que beneficiam mais pessoas na comunidade para que, de uma forma democrática, sejam assumidos por todos os membros do grupo por voto de maioria. As CEBs são um forte treinamento para a participação e o debate político em combate ao neoliberalismo.

1. “Nos anos 90 – conta Pe. Fernando – as CEBs entraram numa vida submersa. Durante a época da ditadura, quando tudo estava submerso, as CEBs brilhavam; agora que não há mais ditadura, as CEBs imergiram no fundo”. Essa vida submersa e clandestina é revelada pela pouca visibilidade institucional e pela pouca relevância que as comunidades têm nos meios de comunicação e no campo eclesial. Mesmo não ocupando muito espaço na preocupação dos bispos e na metodologia pastoral, “as CEBs – diz Pe. Fernando – continuam tendo um forte vínculo com as lutas populares, com as ONGs (Organizações Não Governamentais), com os grupos de mulheres e lá onde a vida está mais esmagada (AIDs...)”.

2. Ainda, as CEBs estão dando mais espaços à questão étnica. Negros e indígenas são de casa nas CEBs. É aqui que os grupos fazem descobertas das próprias raízes e levantam a cabeça. O momento é muito mais sapiencial que profético. Trata-se de um dinamismo subterrâneo em que a seiva continua correndo e produzindo vida, a qual, porém, não é visível senão na vida da planta que cresce vigorosa. Isto acontece “mesmo que os novos padres não apoiem e atuem mais como funcionários da instituição.”.

E, no final, o respeito por todos terem o mesmo direito e por todos os sujeitos serem portadores da igualdade social, faz com que os governantes precisem administrar o estado com a partilha e opinião da comunidade, encaminhando as obras sociais para onde as decisões da população opinarem e quiserem aplicar. Isto é, não mais é aceito que os governantes façam com o dinheiro das arrecadações dos impostos o que eles querem, mas sim o que o povo quer. Frei Flavio Guerra conclui a carta em 4 parágrafos com referência às CEBs e Política dos anos 90, dizendo:

“Há certo desencanto das comunidades com a questão política. Antes de tudo, o modelo econômico neoliberal e a falta de um projeto alternativo das esquerdas fazem com que as CEBs fiquem recuadas e decepcionadas. A grande atenção das comunidades se desloca mais para o local. Lá onde é possível a participação popular, os orçamentos comunitários, a pressão e a atuação direta nas prefeituras e nos Estados, as CEBs se movem com mais força e entusiasmo. Na grande política, há muita decepção. Até os grandes partidos, historicamente ligados à mudança social, estão sem perspectivas e projetos. Imagine as bases.” Como nos situamos neste momento político?

1. *“Nossas comunidades, que tempos atrás tinham nascido como Comunidades Eclesiais de Base, estão ultimamente muito apáticas no compromisso social e muito centradas na celebração”. Parece que o povo das comunidades não reage mais como antigamente. E pensar que hoje há muito mais pobreza e sofrimento. Até parece que há uma alergia a todo e qualquer compromisso de transformação da sociedade. A verdade é que as lideranças antigas não se preocuparam com o surgimento de novas lideranças e, também, que muitos ficaram desencantados diante dos poucos resultados. O horizonte encurtou.*

2. *Há cansaço, mas mais do que isso: indiferença. E a pobreza vai aumentando. O problema é que o espaço da Igreja virou um espaço fechado, voltado para dentro. Grandes celebrações em que as emoções são levadas ao extremo e....nada mais. Certo, não dá para repetir aquilo que foi nos anos 70, mas é necessário encontrar novos caminhos. É sofrimento demais no meio do nosso povo.*

3. *Há algum compromisso social presente, como uma tentativa de reconstruir a alfabetização de adultos ou um trabalho com crianças. Mas é somente uma minoria que toma a iniciativa e o resto não quer nada com nada. A verdade é que a Igreja está sempre mais se fechando sobre si mesma. Quer juntar gente para quê? “Se não é em vista do testemunho do Reino, de olhar aberto sobre a realidade, não leva a lugar nenhum”.*

As CEBs, as pequenas comunidades, os grupos de reflexão da Bíblia caíam bem, iam além do oficialismo ou da doutrina, assim como permitiam a participação direta do povo na reflexão e na organização, o que se poderia dizer que era a Teologia da Libertação posta em prática, vivida.

A Lomba do Pinheiro foi lugar de vários encontros arquidiocesanos de CEBs, como relata Wilson Dallagnol. O 3º encontro ocorreu nos dias 05 e 06 de setembro de 1981, com o tema “A nossa participação política; o 6º encontro, foi nos dias 19 e 20 de março de 1983, com o tema “Povo unido, semente de uma nova sociedade”; e o 21º encontro aconteceu nos dias 30 e 31 de outubro de 1999, com o lema “Porque ninguém nos contratou “(Dallagnol, 2001), entre outros encontros locais e de formação da comunidade.

O Bairro Lomba do Pinheiro, que até os anos 70 era exclusivamente agrícola, começou, aos poucos, o seu processo de urbanização. Sua população aumentou rapidamente, compondo-se um cenário de aglomeração por meio de constituição de vilas. Os que vêm chegando, somam-se aos grupos que já estão organizados, partilhando assistência, atendimento médico aos doentes, fazendo pastoral da saúde, encaminhando as crianças para alguma escola do município, organizando a alfabetização dos adultos e organizando creches.

Tais fatos nos dizem que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) já existiam nas décadas anteriores desde o momento da povoação desta comunidade.

No Bairro Lomba do Pinheiro se formaram vários núcleos residenciais. Por ser de grande extensão territorial, organiza-se em vilas (hoje são mais de 32), sendo que, pela proximidade, todos se conhecem. Essas pequenas comunidades tinham encontros permanentes, nos quais cultivavam a formação comunitária, rezavam e debatiam os problemas urbanos existentes (como já mencionado pelo Frei Flavio Guerra). Também os problemas de integração comunitária são articulados à troca de saberes, considerando que cada um tem o seu saber (Freire 2002), respeitando o saber de cada um e construindo uma história e organização da sociedade local. Nos encontros de grupo de famílias, cada um tem oportunidade de expor o seu pensamento, comparando ao que diz Brandão que “todo o conhecimento referente a uma pessoa torna toda a espécie humana mais transparente para si mesma” (...) “todo o conhecimento a respeito de como se vive em uma periferia de Porto Alegre nos ajuda a compreender aquelas pessoas e famílias daquela comunidade” (BRANDÃO, 2007, p. 44).

A participação dos religiosos na organização das lutas populares na periferia estava baseada no papel de mediadores que desempenhavam a ligação entre uma nova maneira de encarar a religiosidade e a reflexão sobre os problemas concretos da realidade das comunidades e, a partir daí, incentivavam a organização popular e a formação de lideranças.

‘Incentivava o povo a lutar e a participar destas organizações, ou criar novas. Criou-se, a partir daí, a União de Vilas da Lomba do Pinheiro, com um jornal próprio e com uma articulação para juntar as diferentes necessidades e levá-las ao poder público ou às empresas de ônibus, por exemplo’ (Depoimento de MI, 2007).

A partir dos anos 90, na mesma direção da reflexão do Frei Flavio Guerra, percebe-se que houve uma mudança significativa, em que o espírito de vínculos comunitários começa a ceder o seu espaço para a lógica do individualismo e das demandas capitalistas que se criam a partir da necessidade de consumo. Tal fato é instigado principalmente pelos meios de comunicação, que requerem maior renda para compras de componentes tidos como novos confortos para dentro de casa e para o consumo social. Esta nova “necessidade” de vida, de cunho capitalista, inibe a participação e corrói aos poucos o estilo de vida comunitário e até mesmo a cultura original que era viver junto no estilo CEBs. Aos poucos, a força operária sai de manhã para o seu trabalho e volta só à noite, estafada e sem disposição para compromissos sociais, e, assim como era até então, as reuniões dos moradores destas vilas vão se esvaziando

e esse costume vai se perdendo com essa nova realidade.

Sendo assim, várias lideranças da comunidade foram atuando na defesa das reivindicações sociais das comunidades. Alguns se elegeram vereadores junto à Prefeitura Municipal, outros como representantes em secretarias e/ou organizações do Bairro.

As novas atividades das lideranças foram se tornando uma rotina e, aos poucos, partes das novas gerações ficaram descomprometidas, pois já encontram uma comunidade bem organizada, não tendo necessidade de se apropriarem de compromissos que possam trazer benefícios a todos. Assim, parece que foi se perdendo o costume de lutar e reivindicar pelos direitos sociais que lhe assistem e, em muitos casos, levam à vida descomprometida até mesmo com a própria família. Observamos que as reclamações de “de novo eu” ou “sempre eu” ou “não tem outro” (como dizia Carlos Pinheiro, componente do grupo que cuida da saúde na Lomba do Pinheiro) são frequentes em todos os encontros da comunidade e em reuniões que acontecem e que precisam de representantes. Percebemos que a presença de jovens ainda é incipiente e que, provavelmente, esses não reconheçam os seus direitos e a história de luta do Bairro.

Já é tradição na Lomba do Pinheiro a luta por melhores condições de vida, principalmente a partir do início dos anos 70. Foi nesta época que começaram a surgir as Associações de Moradores, que tinham como objetivo inibir os loteadores clandestinos a lesar os que vinham morar nesta região. Lembramos, mais uma vez, que a primeira Associação de Bairro que foi criada foi a da *Comunidade São Francisco*. Lembramos, também, que vários grupos se formaram a partir dos movimentos religiosos e que se preocupavam com o bem-estar de todos.

Esse trabalho comunitário de organização popular através das pastorais sociais, somada aos vínculos das lideranças locais e a necessidade de lutar por conquistas dos serviços públicos de urbanização do Bairro, deu origem às associações e aos movimentos populares que até hoje caracterizam a Lomba do Pinheiro.

Neste bairro, há muitas associações comunitárias, sendo que a primeira delas a ser criada foi a *Associação dos Amigos da Vila São Francisco*, localizada na parada 3 desse Bairro, ainda em 1956 (VILARINO, 2000, p. 53). Segundo os entrevistados, essa é considerada uma das primeiras associações de Porto Alegre. De acordo com a entrevistada Fernanda: “eu trabalhei na Escola Comunitária de Educação Infantil São Francisco de Assis. Ela é fruto da luta dos moradores daquela região que, desde a segunda metade da década de 1950, se organizou em forma de associação”.

O desenvolvimento da região conta com a ação incessante e militante de dezenas de

atores sociais, como com associações de moradores, clubes de mães, ONG's; Cooperativas, igrejas, comissões de ruas e conselhos paritários (Conselho de Saúde – CDS, da Assistência – CRAS; Fórum de Segurança; Fórum Regional do Orçamento Participativo – FROP, etc.) e o próprio Conselho Popular, que conta ainda com uma comissão de transporte e de educação.

É exemplo da luta social desses atuantes sociais a constante melhoria do transporte coletivo, a conquista de um posto 24 horas e do Centro Cultural e Praça da Juventude, uma Agência do Banrisul para a região, a ampliação do espaço físico de escolas, praças de lazer, aumento de ruas pavimentadas e muitas outras melhorias que qualificam a vida da população, como, por exemplo, a *Escola de Ensino Médio Rafaela Remião*, a qual só tem a última etapa da educação básica, porque muitos moradores saíram às ruas, fizeram muitas reuniões e lutaram por esse direito”, segundo Fernanda.

Agora já temos uma ideia do nosso campo de trabalho e de onde queremos fazer a nossa busca de dados para dar conta deste trabalho que nos propomos a fazer. A Lomba do Pinheiro é muito grande, muito populosa e uma comunidade que se preocupa, desde sua origem, em estar dentro do contexto oferecido pelo município.

Agora, no próximo capítulo, vamos ver o que diz Paulo Freire, com sua pedagogia política de fazer acontecer um novo mundo viável pela partilha dos saberes com a participação de todos os moradores da comunidade; bem como Boaventura de Sousa Santos (que também diz que um novo mundo é possível se houver a ecologia dos saberes e da troca de saberes entre a comunidade e os centros científicos); e, ainda, Enrique Dussel, quando fala que esconder talentos é um ato de egoísmo dentro do contexto da práxis libertadora. Queremos trabalhar na Educação Popular, sendo que a bibliografia é vasta e não temos como nos ater a toda ela neste trabalho. Por isso, escolhemos estes três autores para nos ajudarem a refletir e a nos orientar dentro da comunidade Lomba do Pinheiro.

3 DIALOGANDO COM OS AUTORES

Nesse capítulo, busco trabalhar com os conceitos centrais dos autores que servem de base para a pesquisa, que são: Paulo Freire, Boaventura de Souza Santos e Enrique Dussel. Também me ajudam na reflexão que aqui apresento as leituras feitas em Hanah Arendt, Leonardo Boff, Pedrinho Guareschi, Carlos Brandão, entre outros. Pretendo aprofundar o diálogo com estes autores, principalmente para a análise dos dados da pesquisa de campo.

No processo de desenvolvimento das leituras e intenções de pesquisa, sempre aberta a novas contribuições, tenho buscado dialogar com autores cujos conceitos e categorias contribuem para compreendermos os movimentos históricos na América Latina e nossa realidade oprimida pela colonização e expansão do capital, seja na sua forma industrial ou no capital financeiro. Os autores aqui apresentados não têm sua escolha de forma aleatória, visto que constituem interpretações e compreensões do movimento que diz respeito a minha história em movimento e à busca de alternativas para as relações sociais vigentes: de exploração, competição, exclusão social e concentração de renda nas mãos de poucos.

A seguir, busco desenvolver os principais conceitos e reflexões sobre a temática e o contexto da pesquisa.

3.1 Educação para a *Emancipação/Libertação*: diálogo entre Freire, Santos e Dussel

É cada vez mais presente na sociedade atual a ideia de “emancipação” como um desafio a ser alcançado, tanto no plano individual, quanto no plano coletivo local e social. Para esse propósito, é necessário que se discuta uma educação coerente com tais desafios. Na história, a ideia de *emancipação* fundou-se a partir do século XVIII (modernidade). Nesse período, ocorreram várias lutas de rebeldia do povo em relação aos regimes autoritários, como: A Revolução Gloriosa, ocorrida no Reino Unido em 1688; a Revolução Americana de 1776, e a Revolução Francesa de 1789. Os três fatos históricos mencionados tiveram como atores principais a burguesia - no caso das revoluções Gloriosa e Francesa - e dos colonos anglo-descendentes - no caso da Americana.

Com isso, entende Mignolo, a ideia de emancipação serviu para afirmar a liberdade da nova classe social, a burguesia, que, desde então, passou a se autodenominar *humanidade* e exportar para o resto do mundo a sua concepção de *emancipação*. Tal conceito é retomado no século XX para justificar a Revolução Proletária, de 1917, e outros movimentos políticos

pautados, principalmente, pelos ideais marxistas. (MIGNOLO, 2010).

Na atualidade, o termo tem adquirido significados mais amplos e profundos. Por isso, é importante hoje discutirmos a temática da emancipação relacionada com a educação a partir de três importantes pensadores: Boaventura de Souza Santos, Enrique Dussel e Paulo Freire.

Para Santos (2007b, p. 17), “a emancipação social é um conceito absolutamente central na modernidade ocidental”, de modo especial por esta ter sido organizada através de uma ‘tensão’ entre regulação e emancipação social”, com a possível expectativa de ir em busca de solução para os problemas e atingir um futuro melhor. Ainda segundo Santos, a emancipação é pensada não numa perspectiva teleológica, de uma ideia-fim orientada por um agente social como garantia do porvir de uma realidade futura, mas como um processo.

Santos (2007b) refere-se a projetos emancipatórios, definindo-os como reivindicações e critérios de inclusão social. O autor ainda explica que projetos emancipatórios vêm configurar um grande conjunto de todos que lutam contra a exclusão econômica, social e política deflagrada pela globalização neoliberal. Nesse sentido, o autor ainda explicita que a redistribuição de recursos materiais, sociais, políticos, culturais e simbólicos baseiam-se, simultaneamente, no princípio da igualdade e no princípio do reconhecimento da diferença.

Portanto, a visão que o autor sustenta defende que as experiências, ou os projetos emancipatórios, viabilizam dimensões da utopia democrática. É a democracia que vem revelar um modo de organização de vida, uma forma de sociabilidade, uma gramática social e cultural. Nessa perspectiva, precisamos compreender os princípios, as regras e os valores que regulam a vida social, contudo, indicando o caminho da liberdade, da igualdade e da justiça com participação na vida social, no respeito à diversidade e na pluralidade. Dessa forma, entende-se que a prática da emancipação passa pela via dessa utopia democrática. Nesse processo, as experiências, gestadas pelos movimentos sociais de diferentes setores organizados e com desenhos distintos, constituem o espaço, por excelência, das lutas pela emancipação social.

Para Freire (2002), a ideia de emancipação significa uma grande conquista política que só pode se manter na práxis humana como luta contínua em prol da libertação dos oprimidos. Além disso, ressalta que devemos olhar profundamente para a realidade das pessoas despossuídas e com vidas marcadas pela dor da desumanização, promovida pela opressão e pela dominação social, para pensarmos alternativas para sua efetiva emancipação.

Falar no desafio da emancipação (SANTOS, 2000) é falar das diferentes formas de opressão e de dominação no mundo neoliberal e de exclusão. É falar de pessoas que vivem com grandes dificuldades materiais, de subtração subjetiva, e que acabam por ter dificuldades

de ordem humana e cultural também. Portanto, o processo emancipatório, percorrendo essa visão, exige uma intencionalidade política que assuma o compromisso diante do futuro voltado para a transformação social. A emancipação é um desafio de todos aqueles que estão comprometidos com a libertação. Nesse sentido, como bem coloca Zitkoski (2006), é necessário superarmos o pessimismo e o fatalismo autoritário, tanto da direita, quanto da esquerda.

Na obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire (2002) defende uma pedagogia para que todos possam se emancipar, mediante uma luta libertadora, que “só faz sentido se os oprimidos buscarem a reconstrução de sua humanidade e realizarem a grande tarefa humanística e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores” (FREIRE, 2002, p. 30). Ou seja, continuar na luta pela transformação social, visando à emancipação, é o desafio do projeto de educação defendido por Freire. Para identificar mais claramente aquilo que Freire defende como projeto emancipatório, é condição fundamental que se busque uma sociedade socialista.

Não se pode falar de emancipação no pensamento *freireano* sem que se fale da relação entre política, educação e emancipação. Segundo o autor, há uma relação necessária entre política e educação, mas não necessariamente entre educação e emancipação. Ele coloca que o potencial educativo vem da articulação possível entre as três dimensões acima. Por isso, é importante reforçar que não significa que a prática educativa possa transformar por si só a realidade, mas, sem a educação, a sociedade tampouco se transforma. A educação é um “*lócus*” de alternativa para que as condições materiais objetivas se transformem pela práxis humana coletiva.

Para Dussel (2011), a categoria *libertação*, diferentemente da *emancipação*, é considerada mais apropriada para expressar a negação e resistência ao domínio europeu, inclusive epistêmico, desde as conquistas do século XVI. Para Dussel (2011), o termo *emancipação* pertence ao iluminismo europeu e segue sendo usado hoje no mesmo sentido. Assim, “cada sujeito ético da vida cotidiana, cada indivíduo concreto em todo o seu agir, já é um sujeito possível da práxis de libertação, enquanto como vítima, ou solidário com a vítima, fundamentar normas, realizar ações, organizar instituições ou transformar sistemas de eticidade” (DUSSEL, 2000, p. 519).

Atualmente, o projeto econômico neoliberal, que é inspirado de modo especial em Hayek, inspirador do Fundo Monetário Internacional (FMI), e do Banco Mundial (BM), produz vítimas em todos os países pobres pós-coloniais (DUSSEL, 2000, p. 552). Surgem, então, movimentos sociais contra essa política, como é o caso na Argentina com a Confederação Geral do Trabalho (CGT) e, no Brasil, os movimentos sociais populares e as

centrais sindicais, que vão às ruas para lutar pelo reconhecimento da dignidade das suas vidas posta em perigo, como uma coação legítima. A partir das vítimas, o problema da legalidade, da legitimidade, da coação de direito e tantos outros temas exigem ser desenvolvidos em seu novo significado. Essa conscientização, como ocorreu com os indígenas do Exército Zapatista de Libertação Nacional do México, pode colocar em crise a legitimidade de um sistema dominador. Aí se produz uma alternativa prática, a qual sempre foi objeto da reflexão da Ética da Libertação, onde a ordem estabelecida, ilegítima, torna-se legal diante da comunidade hegemônica.

Diante disso, a práxis de libertação é a ação possível que transforma a realidade subjetiva e social, tendo como referência última uma vítima, ou uma comunidade de vítimas.

Para Dussel (2000), o movimento positivo do princípio da libertação, que anuncia o “dever ser”, requer realizar a transformação da própria comunidade a partir da sua auto-organização. O processo de afirmação da vida e a exigência de transcender a mera reprodução dela está no desafio de construir a utopia possível, na busca do bem viver, a nova vida. É o movimento de transformar o militante em político, o herói em governante. “É necessário converter a espada em arado para abrir o sulco e produzir o pão para o faminto, que, comendo-o, sacia-se na felicidade de reprodução da vida, agora como aumento de vida” (DUSSEL, 2000, p. 566). “Só alcançará sua libertação se souber aprender de seus próprios erros” (Dussel 2000, p. 557).

Nesse sentido, entendo que Dussel dialoga com Freire e Santos, convergindo para um tema que é a busca da emancipação de todos os oprimidos. Os três concebem que o ponto de partida é o povo se organizando, embora cada um elabore estratégias e metodologias diferenciadas e específicas para atingirem tal objetivo.

Na perspectiva de diálogo entre os três autores acima, permanece o desafio de buscarmos desenvolver uma educação emancipatória para que possamos sonhar com uma sociedade livre e construir um mundo mais humano e feliz, onde caibam todos. Um mundo construído pela via democrática e a participação cidadã de todos os sujeitos políticos.

Como cada um dos autores acima referidos contribuem do seu modo para operar o princípio de emancipação, Santos pela via da luta social, Freire pela via da luta política e Dussel pela via práxis libertadora. Cada um deles desenvolve categorias diferentes para alcançar o mesmo objetivo, a emancipação. Cada uma dessas categorias contempla diferentes aspectos da realidade, mesmo porque os autores vivem em realidades diferentes e fazem a leitura do mundo sob perspectivas diversas. Cada um lê com os olhos que tem e interpreta a partir de onde os pés pisam. Cada ponto de vista é a vista de um ponto (BOFF, 1998, p. 9).

Cada uma dessas reflexões pode ser explorada no sentido de clarificar como, de que forma elas contribuem para realizar a emancipação, a conscientização e a libertação. Elas precisam ser articuladas como num feixe em que os sentidos se unem e contribuem para a realização do sentido maior proposto como emancipação. E, para a nossa pesquisa junto à escola de líderes, devemos ensinar a emancipação, enquanto um processo de formação política, através dos líderes “formados”.

3.2 Desafios práticos para a emancipação: Dialogando com Santos e Freire

Neste item, procuro compreender, a partir de Santos e Freire, o desafio prático para a caminhada emancipatória. Para Freire (2000), falar em emancipação remete ao reconhecimento das diferentes formas de opressão, dominação e de exclusão provocadas pela ascensão capitalista. Mas quem são as pessoas que necessitam de emancipação? Onde elas vivem? Normalmente qual é a sua classe social? De onde surge o processo emancipatório e voltado para onde?

A Emancipação, segundo Santos, parte da ideia de que “os anos 60 apenas começaram, ‘que tentaram combater os excessos de regulação da modernidade através de uma nova equação dentre subjetividade, cidadania e emancipação’ e continuarão a ser uma referência central nos anos 90” (SANTOS, 2010a, p. 276).

De um lado, o sistema mundial é um sistema industrial capitalista, que produz a opressão de modo silencioso; de outro, “a utopia de uma sociedade mais justa e de uma vida melhor, se faz tão necessária quanto o próprio capitalismo” (SANTOS, 2010a, p. 276). No entanto, faz-se necessário mudá-la para uma utopia crítica e engajada com a luta para transformar a lógica opressora.

Percebe-se que, hoje, há uma volta às traduções de Marx em todo mundo. O socialismo, enquanto utopia, será um princípio que regula a transformação emancipatória sem se transformar em algo concreto (SANTOS, 2010a, p. 276). Além do marxismo, persiste o ideal do resgate da unidade do saber, da universalidade do saber científico e sua primazia. A razão que critica não pode ser a mesma que pensa que constrói e legitima o criticável. Sabemos melhor o que não queremos do que o que queremos. Um desafio é distinguir entre objetividade e neutralidade, tanto que devemos tomar uma distância crítica em relação à realidade. Todavia, não podemos nos isolar das consequências e da natureza do nosso saber, pois ele está contextualizado culturalmente. Todo saber é local, inclusive a ciência. Outro desafio consiste sem nos concentrarmos em como desenvolver subjetividades rebeldes, não

apenas as conformistas, sendo o foco principal intensificar a vontade.

Vemos, então, que a emancipação é um conjunto de lutas processuais que se desafiam a cada novo conhecimento. Ou seja, cada luta tem a sua caminhada. Para fazer esta caminhada emancipatória, é necessário estar permanentemente lançando um olhar crítico sobre a caminhada feita até então, reconhecer os pontos positivos e negativos e montar estratégias para a caminhada a partir de onde se está. Por isso, temos um objetivo a alcançar, mas não é sabido se o resultado final seja igual ao nosso previsto. Sim, pois estamos fazendo um caminho de troca de ideias e de respeito a opiniões do grupo que, em assembleia, decide a rota da caminhada com a adesão ao parecer da maioria. O que a distingue de outras lutas é o sentido político da sua processualidade (SANTOS, 2010a, p. 277). Citamos como exemplo, o Fórum Social Mundial (FSM), que tem nos ajudado a renovar a teoria social e política em relação aos diferentes entendimentos e pensamentos, com o propósito de ajustar a sociedade para um nível social de harmonia e igualdade entre todos os seres humanos. O FSM nos ensinou que há diferentes formas de opressão e de poder. A concepção de democracia implica na criação de um novo “senso comum político”, tanto entre os cidadãos e o Estado, como na obrigação política horizontal entre cidadãos. Com isso, é revalorizado o princípio de comunidade, que promove a igualdade (sem *mesmismos*), a autonomia e a solidariedade (SANTOS, 2010a, p. 278).

Toda cultura é política, segundo Santos (2010a), e, nesses temas, ele se lembra de Amílcar Cabral, cuja história também é contada e acompanhada por Paulo Freire no seu Livro *Cartas à Guiné-Bissau*. Cito-o como exemplo de teórico africano para quem a cultura e o renascimento cultural constituem, por excelência, a Pedagogia da Emancipação (SANTOS, 2010a, p. 278). A inovação teórica é necessária para construir a emancipação a partir de uma nova relação respeitosa entre a igualdade e o princípio do reconhecimento da diferença. O importante não é a homogeneização, mas sim as diferenças iguais. Faz-se necessário tentar essa renovação teórica, porque a sociedade capitalista tem vários sistemas. O sistema de desigualdade e o sistema de exclusão. Quanto ao sistema de desigualdade, nas sociedades capitalistas se dá na relação capital/trabalho. O racismo é uma forma de exclusão que está cada vez mais se encaixando no sistema de desigualdade; e, com o *sexismo*, não é diferente. Existem formas híbridas que se identificam com elementos de desigualdade e de exclusão, citando, como exemplo, o racismo e o *sexismo*, trazendo consequências de opressão, como discriminação, racismo e sexualismo.

Para combater as diferenças, por vezes nos parece que só restam instrumentos hegemônicos, porque estamos num contexto onde a hegemonia comanda a legalidade, os

direitos humanos e a própria democracia, muitas vezes, impedem a emancipação social porque são interpretadas a seu favor, com uma fechada ideia capitalista, como veremos a seguir.

Se a base da cidadania são os direitos sociais, o conceito de cidadania está sempre se transformando durante a história da humanidade. Portanto, a Cidadania está longe de ser uma categoria fechada. Durante a história, tem seu significado constantemente redefinido no tempo e no espaço, na comunidade onde o cidadão vive, construindo os direitos e deveres dos seus componentes, dizendo ao cidadão qual é a sua prática legítima.

Quando falamos em Emancipação, vem-nos de imediato o exemplo da África, que viveu uma forte crise política e também uma forte pressão hegemônica portuguesa na Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé. Eles se organizaram e se livraram da dependência portuguesa. Constituem um grande exemplo de luta emancipatória e de organização de um povo que enfrenta o opressor. Passa de oprimido à livre e autônomo, mesmo sabendo que possam lhe faltar necessidades básicas para sobrevivência.

O socialismo é uma democracia sem fim, o qual, neste momento, segundo Santos, é feminista, anti-productivista, pacifista e antirracista. Quanto mais profunda for à desocultação da opressão e exclusão, maior será o número de adjetivos.

A luta operária colocou na agenda da democracia uma tensão entre a democracia e o capitalismo, forçando a luta contra a opressão. Quando falamos sobre democratizar a democracia, busca-se em Santos desenvolver-se esse tema. O Capitalismo é incompatível com a democracia. Dessa forma:

Quando o capital se converte em ídolo e conduz as escolhas dos seres humanos, quando a avidez por dinheiro tutela todo o sistema socioeconômico, arruína a sociedade, condena o homem, o converte em escravo, destrói a fraternidade entre os homens, coloca povo contra povo e, como vemos, põe em risco esta nossa casa comum, a mãe-terra. (Papa Francisco, 2015).

Portanto, buscando afirmar o debate da questão de emancipação, perseguindo a reflexão de Santos, reúno elementos definidores das experiências emancipatórias da utopia democrática. Assim, pretendo refletir sobre as questões do potencial emancipatório, principalmente no que se refere à capacidade de tensionamento do sistema capital em cenários da mundialização hoje em curso.

A pretensão é tentar dar conta do movimento do real, da riqueza da experiência que se estabiliza nas contradições e que vai tecendo-se, processualmente, nos interstícios, nas articulações e nas hibridações. Tais contradições fazem emergir energias emancipatórias das

entranhas dessa expansão do sistema capital que hoje parece não ter limites no seu movimento incontrolável e essencialmente destrutivo.

Se o capital promove transformações no seu padrão de acumulação e nas suas formas de valorização, configurando o momento contemporâneo de “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996), é porque o dinheiro está na base de toda a organização social, marcando assim o espírito dos tempos contemporâneos. Tudo isso cria um cenário social de total indiferença ao inimigo da arte, da cultura, da solidariedade, da ética, enfim, do amor.

Esse acirramento em processos crescentes de exclusões, de descartabilidades, de discriminações e, portanto, gerador constante de oportunidades desiguais, configura uma sociedade da mundialização do capital. Essa lógica imprime a marca por excelência do capitalismo do final do século XX e início do século XXI, registrando a emergência de um crescente contingente de trabalhadores desprovidos de personalidade e autonomia, como bem define Baumann (2005), quando batiza tal realidade de “produção do refugio humano”. Seres humanos refugados como produto inevitável de nossa sociedade são parte da sociedade que Freire define como oprimidos.

São formas de dominação cada vez mais abstratas, impessoais e perversamente sutis, mas objetivamente generalizantes. Em verdade é um metabolismo social que faz sentir sua presença sem poder nem domínio como força estrutural e se coloca como alheia aos indivíduos. Essa força metabólica do capital vai impondo modos de vida, responsabilizando-se pelas definições de formas de sociabilidade (CARVALHO, 2007).

Seguindo o raciocínio desse autor, é preciso compreender as várias formas da dominação social para entender também as questões do fantasma do desemprego estrutural. Todo esse processo opressor revela formas de dominação abstrata, apropriando-se das almas e da consciência dos trabalhadores, e, alienando subjetividades, resulta na alienação dos sujeitos. Tal processo desemboca num quadro que requer cuidado no que se refere à criação de alternativas e possibilidades de experiências emancipatórias.

De fato, a rápida obsolescência das mercadorias e o imediatismo do ter em contrapartida ao ser, difundem-se como um padrão do nosso tempo. Baumann (2005) fala da “era da modernidade líquida”, que traz consigo uma misteriosa fragilidade dos laços humanos, sendo que o homem sem vínculo torna-se a figura central da contemporaneidade de hoje.

A avaliação do momento atual contemporâneo de crise antevê um futuro sombrio e ameaçador para a civilização do capital, na medida em que a complexa máquina de gestão da crise se rompe, provocando convulsões violentas. Isso comprova aquilo que SANTOS (2002)

crítica na modernidade ocidental, reconhecendo que o modelo civilizacional do capitalismo está em crise, constatando-se que a sujeição à *mercadorização* parece atingir seu limite. Portanto, fica claro, nas discussões de Santos, que precisamos de outro modelo de civilização.

É exatamente na crítica à modernidade que Santos (2010b) vincula capitalismo e colonialismo, reconhecendo que o colonialismo foi concebido como missão civilizadora dentro do marco historicista ocidental. Na sequência, o autor avalia que a modernidade ocidental e neocolonialista atravessa um período de enorme turbulência. Isso se revela, sobretudo, pela grave discrepância entre os princípios políticos e práticas políticas. Elas ganham visibilidade e propagam-se globalmente na medida em que assentaram historicamente na legitimidade da sua propagação (SANTOS, 2010b).

A geração de uma coletividade de despossuídos ou despojados, com impossibilidades de acesso aos direitos sociais, é própria da natureza humana. Santos contextualiza a atual crise demonstrando o esgotamento do sistema capitalista e desejando a superação da modernidade ocidental a partir do encaminhamento para o modelo pós-colonial e pós-imperial. Nessa direção, configura-se a transição como um processo em andamento, “enquanto se transita, o sentido das transformações é ambíguo, se não mesmo, opaco” (SANTOS, 2010b, p. 33).

Santos (2010b) sustenta a perspectiva de uma transição epistemológica no campo do conhecimento e para novas formas de sociabilidade. Nesse sentido, parece que a questão pode reverter à urgência de experiências emancipatórias, como sendo uma exigência histórica do nosso tempo.

No contexto da mundialização do capital e das novas formas de domínio dentro das configurações neocolonialistas, opressão e discriminação, o desafio é a “reinvenção da emancipação”. É esse o pensamento central de Santos (2000, 2004 e 2010b), o qual indica que, fundamentalmente, a reinvenção passa pelo “Sul”, concebido não como um conceito geográfico, mas como categoria sócio-política, referente aos países sofredores das consequências neocolonialistas dos poderes do sistema do capital. Essa reinvenção se materializa em experiências emancipatórias, que ocorrem em diferentes partes de mundo, encarnando as diferenças. As formas de lutar contra as múltiplas expressões da opressão são distintas e, às vezes, bem específicas. Mas a questão primordial aqui é o plano da reflexão, que vai orientar e delinear as experiências emancipatórias.

Considerando a amplitude e a pluralidade da experiência social, podem-se abordar tais experiências emancipatórias a partir de determinados definidores, sinalizados por Santos (2000), que identificam a partir do “sul” iniciativas, movimentos e experiências em cinco áreas temáticas que, mais claramente, condensam os conflitos Norte-Sul com os centros

hegemônicos do capital⁶:

1. Democracia participativa: que está colocada, segundo Santos, como alternativa nos campos das teorias não-hegemônicas e dentro dos espaços da emancipação social, com vista a uma nova forma política de agir a partir da conscientização e da criatividade dos atores sociais até chegar às esferas públicas.
2. Sistema de produção alternativa e economia solidária: preocupa-se com a vida e não com o acúmulo de capital. Ela está ligada aos ambientes democráticos e desligada das práticas alienantes de trabalho, em que todos participam das decisões, melhorando a qualidade de vida para todos.
3. Multiculturalismo, direitos coletivos, pluralismo jurídico e cidadania cultural: Para Santos (2007b), somente com a democratização do Estado e da sociedade se poderá pensar em uma revolução do direito e da justiça, pois não existe justiça social global sem justiça cognitiva global (SANTOS, 2007b).
4. Alternativas aos direitos de propriedade intelectual e biodiversidade capitalista: Com a consciência de proteção da natureza, a biodiversidade deve ser preservada como garantia da sobrevivência e deve ser entendida dentro do conjunto de diferentes níveis da hierarquia biológica em permanente mudança genética, adaptando-se a essa evolução e à sua mutação.
5. Novo internacionalismo operário: Entendemos que existe um velho para que possa haver um novo internacionalismo operário. No velho internacionalismo operário, tudo era mais lento, predominava a hierarquia, a centralização, o comando, o controle, a formalidade, e, no novo, tudo é mais rápido, onde agem as redes, a descentralização, a participação, a partilha de poder, o debate aberto, e as decisões são tomadas rapidamente, com menos burocracias, realizando-se mobilizações, tendo como foco as coligações e os novos movimentos, em que os participantes, na maioria, são países periféricos.

Na verdade, em se tratando de emancipação ou de experiências emancipatórias, tudo isso vai mobilizar e canalizar energias e comportamentos a partir de lutas e resistências por direitos à liberdade, à igualdade e à diferença, na garantia de possibilidades determinantes da participação, como sujeitos coletivos, buscando novas formas de sociabilidade, contrários aos padrões e valores da civilização do capital e da cultura colonialista.

Santos (2007b) refere-se a projetos emancipatórios, definindo-os como reivindicações

⁶ Aqui se optou em deixar na íntegra as colocações de Santos (2007) para não perder o sentido de sua escrita.

e critérios de inclusão social. O autor ainda explica que projetos emancipatórios configuram um grande conjunto de todos que lutam contra a exclusão econômica, social e política deflagrada pela globalização neoliberal. Nesse sentido, o autor ainda explicita que a redistribuição de recursos materiais, sociais, políticos, culturais e simbólicos baseia-se, simultaneamente, no princípio de igualdade e no princípio do reconhecimento da diferença.

Portanto, a visão a que o autor se refere esclarece que as experiências ou os projetos emancipatórios viabilizam dimensões da utopia democrática. É a democracia que vem revelar o modo de organização de vida, a forma de sociabilidade e de gramática sociocultural. Nessa perspectiva, o que se deve compreender é que princípios, padrões, regras e valores que regulam a vida social indicam o caminho da liberdade, da igualdade e da justiça, com participação na vida social e no respeito à diversidade plural. Entende-se, então, que a reinvenção da emancipação passa pela via dessa utopia democrática. Nessa dinâmica processual, as experiências, gestadas pelos movimentos sociais, de diferentes naturezas e com desenhos distintos, constituem o espaço, por excelência, das lutas pela emancipação social. Assim, tais experiências emancipatórias configuram processos particulares de transição.

A questão central é avaliar o potencial emancipatório das diferentes experiências em termos de sua capacidade de tencionar com o sistema capital. Aqui se colocam os desafios como, por exemplo, de criar situações para lutas, para se trabalhar movimentos como valores, posturas e ações políticas. A práxis da autonomia requer:

- a- Agendas de lutas;
- b- Cultura política dentro do movimento em termos de valores e princípios norteadores de posturas;
- c- Pedagogia de ação nas estratégias de luta, de exercício de novas práticas e de vivência da autonomia.

Para tanto, Santos (2004) delinea a via analítica da “sociologia das Ausências e das sociologias das Emergências” (SANTOS, 2004 e 2006), efetivando uma amplificação simbólica de sinais, pistas e tendências latentes que, embora dispersas, embrionárias e fragmentadas, apontam para novas constelações de sentido de transformação do mundo. É um pensamento emancipatório indispensável para o exercício da política movida pelo projeto histórico da transformação. Nessa perspectiva, no sentido de conceber e delinear a reinvenção da emancipação, o multiculturalismo constitui-se recurso estratégico fundamental para configurar como exigência histórica, o reconhecimento da diferença e a afirmação do imperativo do diálogo.

O olhar crítico torna-se cada vez mais amplo ao incidir na diversidade das

experiências ou projetos emancipatórios. Em seus avanços e fracassos, vai delimitando questões estratégicas, no intuito de reinventar a emancipação. Tudo isso implica afinar algumas diretrizes numa agenda estratégica. Isso para dizer, como base de estudo e de trabalho, o quanto será possível identificar o conceito da emancipação para uma sociedade em transformação. Significa ir além do capital e do colonialismo em diferentes escalas, quer seja local ou global.

É importante ressaltar que a articulação política, como um caminho referente à reinvenção da emancipação vista no arco de alianças, precisa ter como horizonte a instituição de uma nova sociabilidade. Para tanto, há que se ter em mente que tudo isso deva partir de novos valores, novas formas de viver e conviver e novos fundamentos na organização da vida social.

Seguindo o caminho de Santos (2007b), a novidade de construção de experiências emancipatórias contemporâneas incide na incompletude, sem ambicionar a completude.

É preciso ter e, se preciso, assumir o pensamento alternativo no processo da luta para dar resposta às opressões das lutas e resistências, consciente de que a resistência política deve ter como postulado a resistência epistemológica, pois não existe justiça social global sem justiça cognitiva global (SANTOS, 2007b).

Assim, também para Freire, emancipação significa um grande processo de confirmação política, que só pode se manter na práxis humana como luta contínua em favor da libertação dos sujeitos. Além disso, também deve ser ressaltada a questão de que as pessoas despossuídas e com vidas marcadas pela dor da desumanização, promovida pela opressão e pela dominação social, não são apenas vítimas, mas são sujeitos de transformação capazes de lutar pela superação das barreiras e, portanto, emancipar-se.

Falar em emancipação, retomando Freire (2000), é falar das diferentes formas de opressão, dominação e de exclusão num mundo neoliberal. É falar de pessoas carentes de necessidades materiais, de subtração subjetiva, de conscientização para alcançar a liberdade, a felicidade e a cidadania, a qual desenha a democracia.

Portanto, o processo emancipatório surge de uma intencionalidade política que assume um futuro voltado para transformação social. Acontece com todos aqueles que estão comprometidos com a desopressão. Zitkoski (2006), colocando-se contrariamente ao pessimismo e ao fatalismo autoritário, defendido pela pós-modernidade e pelo mecanismo etapista do marxismo ortodoxo, afirma que o processo de transformação social é “certo” e “inevitável”.

Na obra *Pedagogia do Oprimido* (2002), Freire defende uma pedagogia para que todos

possam se emancipar mediante às lutas libertadoras, pois a educação, como já falamos anteriormente, “só faz sentido se os oprimidos buscarem a reconstrução de sua humanidade e realizarem a grande tarefa humanística e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores” (FREIRE, 2002, p. 30).

Além disso, na continuidade da luta pela transformação social, visando à emancipação, o projeto emancipatório defendido por Freire (2002) busca colocar em prática o multiculturalismo, que é o direito de ser diferente, levando a uma sociedade democrática. Para identificar mais claramente aquilo que Freire defende como projeto emancipatório, é condição fundamental que se busque uma sociedade socialista.

Lembrando o já escrito anteriormente, “não se pode falar de emancipação no pensamento de Freire sem que se fale da relação entre política, educação e emancipação.” Segundo o autor, há uma relação necessária entre política e educação, mas não necessariamente entre educação e emancipação. Ele afirma que o potencial educativo vem dessa articulação possível, sem deixar de esquecer que é tensionado durante a prática através do engajamento do laço social. Por isso, “é importante perceber que não significa que a prática educativa possa transformar por si só a realidade”. A transformação qualitativa da sociedade acontece na alternativa das condições materiais objetivas, pela práxis humana coletiva, nomeando, com isso, a luta de classes.

Quando Freire (2002) diz que há entre política e educação uma relação intrínseca, seu objetivo é esclarecer que a tensão entre esses conceitos revela que não há prática política esvaziada de significado educativo, assim como não há educação neutra.

Caminhando por essa via da relação entre política e educação, encontramos nas leituras de Freire uma constatação de que pode ocorrer uma visão ingênua, querendo negar a natureza política do processo educativo e, portanto, desfazendo a condição fundamental dos indivíduos como sendo constituídos pelos processos históricos. Ou seja, Freire (2002) quer dizer que, em formações sociais, em que predomina o modo de produção capitalista, os homens agem no interior da totalidade estruturada, a qual é determinada pelas relações de produção entre capital e trabalho. Nesse sentido, os homens são atores representando os detentores de meio de produção e de acumuladores de capital, os exploradores. Além disso, os homens, em seus papéis de representantes sociais, tornam-se despojados dos meios de produção e se acomodam como vendedores de força de trabalho: a exploração. Portanto, sofrendo os efeitos deterministas da fatalidade social, cabem as perguntas: A atuação do educador será a favor dos que oprimem, ou daqueles que são oprimidos? O educador lutará pela ordem dos que exploram, ou pela libertação dos explorados?

Uma das grandes tarefas daqueles que atuam pela causa dos oprimidos é, justamente, a desnaturalização da atual forma social, a qual naturaliza as desigualdades. E, acompanhando o efeito da ideologia dominante, esse discurso é interiorizado e propagado, inclusive por aqueles que sofrem a opressão e a exclusão.

Imersos neste tipo e visão, separando política de educação, esses indivíduos passam a viver radicalmente a educação da neutralidade. Para Freire (2002), essa visão é funcional aos opressores com largo interesse no ocultamento da realidade e na manutenção do sistema capitalista. Tanto a neutralidade quanto a manutenção de uma sociedade perversa, cria obstáculos à emergência da consciência de classe e à organização da luta pela emancipação.

Ainda na obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire, entre outros apontamentos fundamentais, afirma: “Se os homens são produtores desta realidade e se esta, na inversão de práxis, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens” (FREIRE, 2002, p. 16). Essa reflexão faz ligação com a ação libertadora quando vista pela ação contrária daquilo que é dito acima. Vista, portanto, no sentido da palavra, condiciona pelo lado que é dito, que dá significado à ação dominadora.

Mas, afinal, como se dá a relação entre educação e emancipação? Do ponto de vista lógico, no pensamento freireano, entre esses dois termos, há uma relação de possibilidades. Vale dizer que daí se constata se pode ou não ocorrer. Explica-se a necessidade de tensão entre os termos mencionados, revelando então possibilidades e potencial libertador das práticas educativas, para iniciar-se o caminho das experiências que responderão ao plano emancipatório. O tensionamento terá sua expressão no laço social consciente dos atores no processo educativo, os quais têm como objetivo primeiro a libertação dos oprimidos.

Embora haja educadores engajados na luta pela causa dos oprimidos, ainda muitos deles contribuem involuntariamente à dominação, fazendo valer a concepção bancária de educação. Ou seja, os educadores, na posição de detentores do conhecimento, e os educandos, na posição de objetos passivos, mantendo uma condição de depósitos do valor. Contrariando a função do educador bancário, Freire (2002) defende que, para cultivar uma prática de educação libertadora, o educador:

“[...] precisa reconhecer, primeiro, nos educandos um processo de saber mais, os sujeitos, com ele, deste processo e não pacientes acomodados; segundo, reconhecer que o conhecimento não é dado aí, algo imobilizado, concluído, terminado, a ser transferido por quem o adquiriu e quem não o adquiriu (FREIRE, 1997, p. 29).

Conforme afirmação acima, uma das premissas da Pedagogia do Oprimido é o

reconhecimento do educando enquanto um sujeito agente do processo educativo. Ele é movido por seus interesses, escolhas, age com intencionalidade e dá sentido humano ao mundo. É o reconhecimento da inserção do educador e do educando na luta de classes, no sentido de assumir posição na luta entre opressores e oprimidos. Nesse sentido, o educando como sujeito-agente encontra-se em sua situação existencial, preponderantemente um sujeito *sujeitado*, adaptado em sua situação de opressão. Freire (1998) considera isso quando expressa que:

“Os oprimidos, contudo, acomodados e adaptados, imersos na própria engrenagem de estrutura dominadora, temem a liberdade, enquanto não se sentem capazes de correr riscos de assumi-la. E terem, também, na medida em que, lutar por ela, significa uma ameaça, não só aos que a usam para oprimir, como seus proprietários, mas aos companheiros, que se assustam com maiores repressões” (FREIRE, 1998, p. 19).

Portanto, a importante função do educador crítico é um ensinamento e um desafio que se reconhece através dos efeitos contraditórios gestados na realidade opressora. O educador crítico deve problematizar, com seu educando, o significado da sua situação existencial concreta. Ou seja, para que ela serve? E, dessa forma, apresentando-a como problema que, por sua vez, desafia-o, exigindo-lhe resposta.

É importante não confundir “exigir resposta” com “falar ao povo sobre a nova visão de mundo”. Ou seja, tentar impor qualquer determinada visão. Mas sim, dialogar sobre a visão de mundo que se manifesta nas mais variadas formas de uma ação. Não se trata de falar sobre a vida do povo, mas de ouvi-lo. Pretender a libertação não é transformá-lo novamente em objeto e fazer cair no engodo populista da massa de manobra.

Na visão freireana, o educador está envolvido no processo de formação para a autonomia dos sujeitos. Quando o educador está voltado para a autonomia dos sujeitos, reconhece a ausência das práticas educativas conservadoras, ou seja, voltadas exclusivamente para a adaptação à produção e para a reprodução social. Aqui, mostra-se o papel da Pedagogia do Oprimido, quando problematiza conservação e reprodução social.

Para compreender melhor a proposta de Freire na valorização das experiências emancipatórias, - trabalhando constantemente na ação libertadora para autonomia e posição crítica da realidade - é importante construir a educação na perspectiva de um projeto de libertação sistemática e de trabalhos educativos.

No processo da educação libertadora, é fundamental a crítica às práticas bancárias e funcionais que se voltam predominantemente para a manutenção das estruturas sociais,

conformando-se, enquanto processo de subjetivação/interiorização, com valores funcionais à ordem. Em outras palavras, a educação dominante significa qualificar sujeitos para a produção pura e para a reprodução da ideologia dominante. Importante aqui é entender qual a possibilidade de melhorar a condição de vida dos oprimidos. Há de se alterar a reprodução dos lugares ocupados na economia e na divisão social do trabalho, para que também haja possibilidade de alterar, a partir de práticas libertadoras e emancipatórias, a condição de explorador/explorado das sociedades capitalistas.

Outras políticas educativas, referentes aos trabalhos educativos, referem-se às práticas libertadoras, comprometidas com a emancipação dos oprimidos. As práticas libertadoras também se comprometem com o ensino de conteúdos, mas estão prioritariamente voltadas à conscientização de seus agentes, implicando:

“[...] que ultrapassaremos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e no qual o homem assume uma posição epistemológica. A conscientização é neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se desvela a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-la. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em estar frente à realidade, assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da práxis, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. Por isso mesmo, a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo” (FREIRE, 1979, p. 15).

Sem o desvelamento das condições sociais opressoras pela crítica reflexiva, não é possível uma prática transformadora e, conseqüentemente, não são possíveis experiências emancipatórias. Mas não se deve esquecer que, para haver prática, há que se ter e saber a teoria. Isso quer dizer que a dominação/subordinação tem suporte teórico e fundamentação que antecipam a prática. Além disso, nas observações e preocupações de Freire, há relevância com a participação horizontal, o que não significa igualar educador e educando no processo educativo. O educador crítico contribui para que as classes subalternas se apropriem do conhecimento produzido historicamente pelos homens. Conhecimento esse que compreende a filosofia, a política, a economia, o direito, entre outras áreas do saber. Mas tudo isso não é possível quando desvinculado das condições objetivas materiais. A Pedagogia do Oprimido é luta por direito, por reconhecimento ao estudo das classes subalternas. No livro se revela como luta política e educacional no interior da ordem, mas com vistas à derrubada dessa ordem, tratando-se de um estudo profundo e substancial como mais uma importantíssima

alternativa da prática libertadora dos despossuídos. Na sua narrativa, encontram-se conteúdos raros e fundamento para a existência da realidade da emancipação.

Para Freire (1987), a superação autêntica da contradição opressor-oprimidos se situa para além da simples troca de lugar entre agentes, pois pode demarcar uma situação, na qual se verificaria apenas a passagem dos indivíduos de um polo a outro, tanto nas relações econômicas quanto nas relações de submissão-subordinação política e ideológicas. Segundo Freire:

“Raros são os camponeses que, ao serem promovidos a capatazes, não se tornaram mais duros opressores de seus antigos companheiros do que o patrão mesmo. Poder-se-ia dizer – e com razão – que isso se deve ao fato de que a situação concreta, vigente de opressão, não foi transformada. E que, nesta hipótese, o capataz, para assegurar seu posto, tem de encarar, com mais dureza ainda, a dureza do patrão” (FREIRE, 1987, p. 18).

Conforme Freire (2002), a emancipação de todos acontece mediante lutas libertadoras, que só faz sentido se os oprimidos buscarem a reconstrução de sua humanidade, realizando a grande tarefa humanística e histórica, que é a de primeiro libertar-se a si e, junto com os seus companheiros que fizeram a caminhada da libertação, libertar os opressores. Ainda, numa luta pela transformação social, visando à emancipação, o projeto emancipatório, defendido por Freire, também chama atenção para o multiculturalismo, que é o direito de ser diferente, em busca de uma sociedade democrática, em que se busque uma sociedade socialista. No pensamento de Freire, não se pode falar de emancipação sem que se fale da relação entre política, educação e emancipação.

Retomando, o já escrito anteriormente, que “Santos delineia a via analítica da “sociologia das Ausências e das sociologias das Emergências” (SANTOS, 2004 e 2010), efetivando uma amplificação simbólica de sinais, pistas e tendências latentes que, embora dispersas, embrionárias e fragmentadas, apontam para novas constelações de sentido de transformação do mundo. Nessa perspectiva, no sentido de conceber e delinear a reinvenção da emancipação, o multiculturalismo constitui-se recurso estratégico fundamental para configurar, como exigência histórica, o reconhecimento da diferença e a afirmação do imperativo do diálogo”. Com intuitos de reinventar a emancipação, numa sociedade em permanente transformação, há a necessidade de montar e criar permanentemente novas estratégias.

Vale lembrar que é preciso ter e assumir o pensamento alternativo no processo da luta, para dar resposta às opressões e afrontas, bem como as resistências, consciente de que a oposição política deve ter como postulado a resistência epistemológica, pois não existe justiça

social global sem justiça cognitiva global (SANTOS, 2007b). Ou seja, o posicionamento de cada sujeito pertencente à sociedade é de extrema importância para sairmos das opressões causadas pelo sistema.

3.3 A educação popular na perspectiva de Freire

Neste item, procuro trazer uma reflexão sobre a Educação, não só a que acontece dentro das escolas, onde normalmente nos parece acontecer a Educação, mas no meio da sociedade, do povo, das famílias que sofrem com pressões de todas as naturezas e sentidos.

A compreensão de educação popular em Paulo Freire vem ao encontro de uma educação que empodera a luta popular para a emancipação. Porém, não basta dizer do que se trata, ou o que significa educação popular. É necessário antes saber o que é educação e o que é popular.

Educação pode ser descrita sob o ponto de vista de vários conceitos. No caso em questão, vamos seguir os caminhos conceituais de Freire. Entendemos que educação significa olhar para o outro como ele é, a partir do que ele pensa, a partir da história que carrega consigo, e com uma linguagem própria. Seguindo esse pensamento, pretendemos fazer um diálogo com a pedagogia de Freire, tentando explicitar o conceito de educação baseado na dialogicidade, na politicidade do ato educativo, nas críticas à educação bancária, na educação como prática de liberdade e na conscientização. Sobre esses conceitos nos debruçamos em uma análise da pedagogia freireana, que concebe a educação como humanização.

“Não vejo como a educação popular, não importa onde e quando, pudesse ter prescindido ou possa prescindir do esforço crítico a envolver educadores e educadoras, de um lado, e educandos, de outro, na busca da razão de ser dos fatos. Em outras palavras, centrando-se a educação popular na produção cooperativada, na atividade sindical, na mobilização e na organização da comunidade para a assunção por ela da educação de seus filhos e filhas através das escolas comunitárias (...) qualquer que seja a hipótese, não é possível descartar o processo gnosiológico” (FREIRE, 1992, p. 132).

Neste sentido, não há dúvida de que Freire deu uma contribuição importante à concepção dialética da educação, que na verdade se afirma como um processo emancipatório, embasando a luta dos oprimidos por direitos e por um mundo mais humanizado.

Para Freire (1992), em se tratando de explicitar um conceito de educação popular, faz-se necessário analisar as categorias a seguir: *dialogicidade*, *politicidade*, *conscientização* e *libertação*. Segundo Freire (1992), a dialogicidade significa que ensinar não é,

fundamentalmente, transmitir conhecimento, mas criar possibilidades para sua produção ou sua construção, é uma relação horizontal com o sujeito, não há saber mais ou menos, são saberes diferentes.

A *dialogicidade* é a prática do diálogo verdadeiro, que mantém viva a dialeticidade entre ação e reflexão. Essa prática dialógica e dialética da nossa vida concreta é uma exigência existencial do ser humano porque constitui-se na própria vocação de nossa espécie radicalmente aberta ao mundo e, por isso mesmo, é histórica, incompleta e sedenta de humanização. É pelo diálogo, que implica em uma atitude de vida, que homens e mulheres constroem um mundo humano, refazendo o que já existe e projetando um futuro que está por realizar-se.

“A existência, porque humana, não pode ser muda, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir humanamente é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar” (FREIRE, 1987, p. 78).

Outra característica da Educação Popular é a politicidade do ato educativo, que vem da opção pelos oprimidos em Freire. Para os educadores progressistas, toda educação é um ato político que busca intervir no mundo para transformá-lo. Freire nos explica, pedagogicamente, que não basta saber ler que “vovó viu a uva”, pois é preciso compreender a posição que vovó e a uva ocupam no contexto social de cada indivíduo. Ao escrevermos essa última frase, passamos a entender melhor o significado de popular e de diversificações de saberes. Toda cultura popular é marcada por contextos sociais e políticos evidenciados pelas desigualdades. No Brasil e na América Latina isso é evidente, e o educador não pode ser neutro diante dessa realidade. A opção de classe é um imperativo ético do educador progressista.

Ao contrário de uma visão bancária de educação, em que o educador deposita conhecimento de memorização e de reprodução, repassando uma leitura de mundo pronta, de silêncio e subordinação, na *Educação como prática de liberdade*, ele reflete sobre o homem, situado no seu tempo histórico e nas suas relações com o mundo, que possibilita ao sujeito se perceber na sua condição histórica e como construtor do seu caminhar:

“Uma das tarefas da educação popular progressista, ontem como hoje, é procurar, por meio da compreensão crítica de como se dão os conflitos sociais, ajudar o processo no qual a fraqueza dos oprimidos se vai tornando força capaz de transformar a força dos opressores em fraqueza” (FREIRE, 1992, p. 126).

Esse processo busca formar um ser humano consciente de sua presença atuante e transformadora no mundo. Nesse sentido, colocaríamos a conscientização, entendendo no diálogo com Freire, como sendo uma atuação do homem sobre a realidade social em busca da transformação dessa realidade e da superação da visão ingênua de mundo. Ou, como bem expressa Fiori (1992), em sua profundidade filosófica que revela o constante movimento dialetizador da reflexão-ação humanizadora do mundo:

“A conscientização, como processo interno às contradições estruturais, pode ser fator relevante da transformação sociocultural, de qualquer maneira deverá ser, sempre, o seu acabamento. O homem não pode libertar-se, se ele mesmo não tomar sua existência em suas mãos. A isso conduz a dinâmica da conscientização” (FIORI, 1992, p. 65-66).

Analisando o conceito de educação em Freire, temos a pedagogia como humanização, pois, voltando ao sentido de humanização, conseguimos ligar aportes teóricos de Freire com o que pretendemos dizer sobre o ser humano em processo permanente de educar-se.

E, resumindo tais conceitos de educação segundo Freire, conseguiremos elaborar um conceito de humanização baseando-nos nas definições do ponto anterior.

Se um ato humano se relaciona com um olhar sobre o sujeito, então educação passa a ter significado de humanização na perspectiva de mudança da realidade e luta por um mundo mais humanizado.

Em primeiro lugar, popular é pertencente ou relativo ao povo, próprio do povo, comum e usual entre o povo: por exemplo, a linguagem popular. Popular adapta-se à compreensão ou ao gosto do povo, ou promovido pelo povo: manifesto popular. Originado entre o povo ou por ele composto ou transmitido: música popular; dança popular. Que representa ou pretende representar a vontade do povo: partido popular; governo popular.

Conforme Dicionário de português (2009) Popular é visto, ainda, como sendo o que é do agrado do povo; que tem as simpatias, o afeto do povo, o que é democrático homem do povo, partidários do povo.

E, para Freire, “*educar é uma obra de arte coletiva*”. Pensando em educação como obra de arte coletiva, como processo de humanização e como pertencente ou relativo ao povo, relacionamos as nossas ideias e percepções aos conceitos de Freire para dizer que educação popular pretende se apresentar como um movimento de educação que valoriza os saberes prévios do povo e suas realidades culturais na construção de novos saberes. Ela está atrelada ao desenvolvimento do ser humano em sua totalidade. Como processo, ela é anterior ao aparecimento da escola, pois, com o surgimento do sistema escolar, cada vez mais a educação

vai se institucionalizando para controlar o desenvolvimento humano. Vista por esse parâmetro, a educação popular vem facilitar o desenvolvimento da comunidade na qual o sujeito está inserido, uma vez que estimula o diálogo e a participação comunitária, possibilitando uma melhor leitura da realidade social, política e econômica.

É importante salientar, também, que a educação popular não se trata simplesmente de uma educação informal, porque uma educação popular objetiva a formação de sujeitos com conhecimento, conscientização e organização do trabalho político com vistas à transformação social.

Se educação se estabelece como processo de humanização, utilizando-se a linguagem popular, pode ser vista também no processo de educação popular como uma estratégia de construção da participação para as mudanças que o povo exige na vida social. Seguindo por essa linha, entende-se, também, que a principal característica da educação popular é utilizar o saber da comunidade como base para o debate, valorizando, essencialmente, a cultura popular, mas buscando a organização política para transformar a realidade.

Ao colocar um modo de olhar freireano na educação popular como um ato político e humano, o espaço de educação torna-se o lugar de afetos, de amorosidade e de alegria, mas, principalmente, um espaço de oportunidades de saberes e um espaço de oportunidades para o compromisso da cidadania. Tudo isso remete a nosso diálogo com Freire, no qual menciona que educação popular é o reconhecimento do conhecimento do sujeito a partir de uma linguagem e temáticas geradoras do cotidiano dele, pontuando ainda a importância do saber popular, tornando-se um saber científico. E, em se tratando de saber popular - saber científico, remete, também, ao sentido de luta, com a convicção de que aprender possa nada mais ser do que dizer a sua palavra, conforme o pensamento que Brandão nos mostra pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), (GADOTTI, 1988).

Assim como Brandão, existe um grupo de educadores que vem se ampliando na luta da educação popular. São intelectuais que trabalham na linha popular e na pesquisa participante. Na diversidade de pesquisadores e trabalhadores na linha da Educação Popular, o conceito de educação tem hoje uma compreensão muito ampla, que articula saberes da experiência com as diferentes áreas da ciência, tornando-se um conceito tão amplo e diversificado como o conceito de democracia. Por isso, ao se falar de educação popular, é preciso esclarecer de que educação se está falando, ou seja, qual a área a que nos referimos.

Neste sentido, segundo Wanderlei (1984), há no Brasil orientações que configuram diferentes perspectivas de educação popular, conforme as três correntes, a saber:

- 1) A Educação Popular com orientação de integração, visando popularizar a educação

oficial sob a hegemonia das classes dominantes e a integração do campesinato ao capitalismo, enfatizando a alfabetização como bandeira de integração da cultura e do desenvolvimento;

2) A Educação Popular com a orientação nacional – desenvolvimentista, visando distribuir os benefícios do processo social e econômico, sem questionar a legitimidade do desenvolvimento e seu custo social;

3) A Educação Popular com visão de libertação, movimentando para uma participação mais ampla, problematizando a ordem capitalista e mobilizando para uma mudança profunda no sistema.

Essa última perspectiva é a mais próxima de Paulo Freire. Unindo as orientações de uma educação popular com compromisso político, enfatizando como um ato de conhecimento e transformação social, o resultado é observado quando os movimentos populares podem situar-se no espaço da liberdade, justiça e busca da igualdade social.

Enfim, como síntese, pode-se dizer que a Educação Popular, enquanto utopia latino-americana de libertação dos oprimidos:

[...] é um paradigma teórico que surge no calor das lutas populares. Trata de codificar e decodificar os temas geradores dessas lutas, busca colaborar com os movimentos sociais e os partidos políticos que expressam essas lutas. Trata de diminuir o impacto da crise social na pobreza e dar voz à indignação e ao desespero moral do pobre, do oprimido, do indígena, do camponês, da mulher, do afro-americano, do analfabeto e do trabalhador industrial. (GADOTTI e TORRES, 1994, p. 8).

Dessa forma, então, a educação popular é concebida como uma educação comprometida e orientada pela perspectiva de realização de todos os direitos do povo. Seria ela, então, conhecimento e transformação social? Estaria pautada na educação política? Entendemos que sim. Entendemos que todas essas perguntas se direcionam à educação popular na perspectiva de Freire, pois educação popular visa à formação de sujeitos de conhecimento e consciência cidadã no sentido da luta por transformações sociais e construção de um mundo humanizado. Educação popular não se restringe pelos contextos, mas busca caracterizar os contextos em que ela precisa ser trabalhada. Assim, a educação popular contribui com os movimentos sociais e vem colocando a discussão de direitos das classes populares, as diferenças e compromissos sociais, bem como a qualidade da educação também na rede pública.

É sabido que as classes populares produzem saberes os quais possuem experiência de vida e contexto social em que estão inseridos. Além disso, sabe-se que a educação popular valoriza e problematiza saberes, sem subjugar-los pelos saberes acadêmicos, mas, em

articulação com esses, produzir sínteses novas que permitem uma práxis social inovadora.

Com relação ao que viemos explicando sobre educação popular, no sentido de refletir sobre as experiências sociais de cada sujeito ou de grupos, Freire e Schor (1986) ressaltam: A experiência de estar por baixo leva os alunos a pensarem que, se você é um professor dialógico, nega definitivamente as diferenças entre ele e você. Assim, a educação popular não tem uma metodologia pronta, algo definido a ser seguido. Ela parte do conhecimento dos sujeitos. A educação popular não é uma atividade pedagógica para se alcançar um objetivo individual apenas, mas um trabalho coletivo em si mesmo, um momento na vivência do saber compartilhado, que cria uma experiência. Ela valoriza e problematiza saberes sem perder a articulação entre esses.

É para superar a separação entre o conhecimento erudito e o popular numa sociedade desigual que surge a educação popular, pois seu compromisso é com a participação orientada pela perspectiva de luta em prol dos direitos do povo. É, enfim, um ato de conhecimento e de transformação social.

Diante da reflexão acerca da educação popular, identificamos algumas dimensões no campo político, epistemológico e antropológico, caracterizando, assim, a identidade da educação popular a partir de Freire (1986). Os significados e sentidos da educação numa perspectiva ampla, de cunho humanizador, estão implicados na afirmação da pedagogia da luta e da formação política com vistas à emancipação social e humana.

Freire considera a educação humanizadora enquanto processo de conscientização política, respeitando a problematização dos diferentes saberes e culturas. E, finalmente, os argumentos de Freire, na defesa da educação humanizadora, estão associados à transformação social e, portanto, na organização da luta por uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

Mesmo que hoje no Brasil estejamos vivendo tempos difíceis, que caracterizam uma tendência à negação dos direitos sociais já conquistados, a pedagogia freireana é um horizonte da esperança no futuro. A perspectiva de novos embates e a afirmação das vontades democráticas haverão de construir novos caminhos para que as classes populares afirmem seu modo de fazer o mundo e, assim, garantam seus direitos sociais, políticos e humanos.

Precisamos acreditar em um novo mundo possível de ser construído. Para isso, precisamos fazer parte desta construção. Estou convicto de que ninguém vence sozinho. Precisamos formar um “time” para juntos vencermos os obstáculos que nos incomodam.

3.4 Ecologia dos Saberes e Interculturalidade na perspectiva de Santos

Para que o conhecimento seja produzido, levando em conta a diversidade de saberes e visões de mundo socialmente disponíveis, Santos (2010b) propõe a Ecologia de Saberes, que, de acordo com o autor:

“A ecologia dos saberes é um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra-hegemônicas e pretendem contribuir para as credibilizar e fortalecer. Assentam em dois pressupostos: 1) não há epistemologias neutras e as que clamam sê-lo são as menos neutras; 2) a reflexão epistemológica deve incidir não nos conhecimentos em abstracto, mas nas práticas de conhecimento e seus impactos noutras práticas sociais. Quando falo em ecologia de saberes, entendo-a como ecologia de práticas de saberes.” (SANTOS, 2010b, p. 154).

As Ecologias dos Saberes fazem parte dos aspectos centrais da Epistemologia do Sul. Argumenta-se que as linhas cartográficas “abissais” de que Santos fala demarcavam o Velho e o Novo mundo na era colonial. Elas subsistem estruturalmente no pensamento moderno presentes nas relações políticas e culturais excludentes que percebemos no sistema mundial contemporâneo. O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal porque distingue o visível do invisível. Considerando que os invisíveis fundamentam os visíveis, divide-se a realidade social em dois universos distintos, o universo “deste lado da linha” do Equador (o Sul), e o universo que está “do outro lado da linha” do Equador (o Norte). O universo do outro lado da linha desaparece enquanto realidade que se torna e é produzido como inexistente, ou seja, significando que não existe com relevância.

Santos (2010b, p. 155) parte da modernidade ocidental que se constitui na base de duas epistemologias, as quais ele designa como conhecimento-regulação e como conhecimento-emancipação. No conhecimento-regulação, entende-se que a ignorância é concebida como caos e o saber como ordenamento da desordem. Por exemplo, o capitalismo confunde a possibilidade de emancipação preponderante e a solidariedade em forma de caos. Assim, descredencia e classifica como epistemicídio todos os conhecimentos tanto no Norte como no Sul. E no conhecimento-emancipação, a ignorância é conhecida como colonialismo e o saber como liberdade.

Santos (2010b) afirma que o contexto onde se situa a ecologia dos saberes é ambíguo: por um lado favorece os valores do mundo e, por outro, crê na ciência como uma forma de conhecimento válido e rigoroso. Portanto, as ideias nascem das dúvidas, as crenças das

ausências delas, ou seja, a diferença do ser e do ter.

“A ecologia dos saberes é assim, simultaneamente, uma epistemologia da corrente e da contra-corrente. As suas condições de possibilidades são também as da sua dificuldade” (2010b p. 155 - 156). Primeiro, porque o capitalismo proliferou nas periferias do sistema mundial por uma questão de fragilidade da ciência moderna. Segundo, porque as “práticas do saber crítico estão menos dominadas pelas práticas hegemônicas da ciência moderna do que as práticas de saber prospectivo”.

“A ecologia dos saberes procura dar consistência epistemológica ao saber propositivo” (SANTOS, 2010b p. 157), dando autonomia a cada um dos saberes e dando uma dinâmica horizontal entre eles. [...] O conhecimento é interconhecimento, é reconhecimento, é auto-conhecimento. Nele se cruza conhecimento e ignorância. [...] Parte do pressuposto que todas as práticas de relação entre seres humanos e deles para com a natureza parte mais de uma forma de saber, portanto, de ignorância. [...] A injustiça social esta na injustiça cognitiva. Ela é a luta contra a injustiça cognitiva. (SANTOS, 2010b, p. 155).

Como as Ecologias dos Saberes fazem parte dos aspectos centrais da Epistemologia do Sul, não vão emergir espontaneamente, pois só poderão se desenvolver através de uma sociologia de ausências por se confrontar com a monocultura do saber científico e se tornam presentes e credíveis os saberes suprimidos, marginalizados e desacreditados. A sociologia das ausências não é uma sociologia convencional e que dificilmente poderá ser exercida em lugares convencionais onde saberes científicos hegemônicos são produzidos, como é o caso das Universidades e dos centros de produção de pesquisa científica. Isso não significa, segundo Santos, que seja impossível a produção de saberes científicos contra hegemônicos nas Universidades e centros de produção de pesquisa científica, mas é muito difícil. “As Ecologias dos Saberes apelam a saberes contextualizados, situados, úteis ao serviço de práticas transformadoras” (SANTOS, 2010b, p. 167-168), só podendo florescer em ambientes onde os protagonistas sociais sejam reconhecidos como sendo da criação de saberes.

“O conhecimento científico é a forma oficialmente privilegiada de conhecimento e importância para a vida da sociedade contemporânea, não oferecendo contestação” (SANTOS, 2010b, p. 137). Todos os países se dedicam à promoção da ciência e dela esperam benefícios, promovendo debates sempre com a visão voltada para o bem-estar da sociedade, procurando ter privilégios extra cognitivos, nos campos políticos, sociais e culturais.

Por um lado, só existe conhecimento em sociedade e, quanto maior for esse conhecimento, maior é a satisfação daquela sociedade referente ao conhecimento inteligível do passado e do presente com vistas ao futuro. Por outro, o conhecimento tem múltiplas

formas e não está distribuído equitativamente na sociedade e, quanto menos o está, maior o seu privilégio epistemológico (SANTOS, 2010b).

Desde o século XVII, as sociedades começaram a se aprofundar mais em conhecimento científico, trazendo um privilégio muito grande, produzindo uma ruptura com o passado. Tal movimento tinha em vista uma nova ciência, baseada no método objetivo, bem como na interlocução com a filosofia, artes, religião, literatura,... que pretendia não só compreender o mundo, mas transformá-lo. O privilégio epistemológico era de que a ciência é feita no mundo e não de mundo (SANTOS, 2010b).

O pensamento pós-abissal parte do reconhecimento de que a exclusão social, no seu sentido mais amplo, toma diferentes formas, definindo qual é a linha abissal. A ecologia dos saberes constitui-se de perguntas constantes e de respostas incompletas, capacitando-nos para uma visão mais abrangente do que conhecemos e também do que não conhecemos, ou ao menos não conhecemos tanto. O que não conhecemos é por nossa ignorância como indivíduo e não de todos. A ignorância não necessariamente é um ponto de partida, mas pode ser um ponto de chegada. Em se tratando de Ecologia de Saberes, a intersubjetividade é tão importante quanto complexa. Ela nos mostra as diferenças de conhecimento e também nos serve para aprendermos a agir em escalas diversas. Proporciona o respeito à opinião dos outros sujeitos e apresenta as próprias ideias sem se frustrar ao ser superado pelas ideias de outro. Isso oportuniza um exercício de autoreflexividade porque nos faz ser vigilantes epistemológicos da ecologia dos saberes.

Santo Agostinho disse: “Converti-me numa questão para mim” (SANTOS, 2010c, p. 66). Esse pensamento, pós-abissal, pode nos levar a aprender com o Sul, confrontando uma monocultura com a ecologia dos saberes. Santos fala na utopia do interconhecimento, que é conhecer outros conhecimentos, mas tendo o cuidado de não esquecer os próprios. A ecologia dos saberes convida para uma reflexão mais profunda referente à diferença da ciência como conhecimento monopolista-unisista, e a ciência como parte desta ecologia dos saberes.

Ao longo dos três últimos séculos, os questionamentos da ciência estiveram sempre presentes. Nesse sentido, Santos enfatiza duas vertentes: 1) uma, a da natureza e o sentido das transformações do mundo operadas pela ciência; 2) e a outra, a natureza e a validade do conhecimento científico, que produz e legitima essa transformação. A ecologia dos saberes se baseia na ideia de que o conhecimento é interconhecimento e está num contexto ambíguo, ou seja, de um lado, há a ideia da diversidade sociocultural do mundo que amadureceu muito nestes últimos três séculos e, de outro, acredita-se que a ciência seja a única forma de conhecimento válido.

A ecologia dos saberes se pauta pelo princípio da precaução, ou seja, quando as circunstâncias se assemelham ou são aparentemente iguais, devemos dar preferência à forma de conhecimento que garanta a maior participação dos grupos sociais envolvidos na concepção, execução e controle da intervenção. A luta pela justiça de conhecimento não terá êxito se não se fizer esta avaliação junto ao grupo, porque a produção imprudente e exclusivista da ciência é bem maior e mais séria do que a epistemologia pretendida na ciência dominante (SANTOS, 2011). Por isso, a ecologia dos saberes deve ser articulada com a participação, num contexto onde diferentes sujeitos, componentes da sociedade, realizam o conhecimento, interconhecimento, reconhecimento e o autoconhecimento de saberes. É também objetivo da ecologia dos saberes a emancipação dos sujeitos que se encontram oprimidos, favorecendo para que o conhecimento se torne uma libertação conscientizadora do sujeito como indivíduo e também coletivamente dentro da realidade em que se encontra. Muito embora cada saber seja parte de uma epistemologia pessoal de cada sujeito, é possível externalizar e compartilhar com seu grupo social.

Santos (2011) faz questão de mostrar que a ciência não entra como monocultura, como pensamento único, mas como parte de uma ecologia mais ampla de saberes, em que o saber científico possa dialogar com o saber do senso comum. Então, vemos, nos dias de hoje, exemplos de ecologia de saberes e de troca de saberes, bem como de diferentes práticas de conhecimento quando nos referimos aos oprimidos e marginalizados, tais como: nos movimentos dos sem terra, que estão lutando pela reforma agrária; dos oprimidos que moram nas margens das cidades; dos grupos indígenas que vivem num estado de extrema pobreza e abandono, lutando pela recuperação dos seus territórios; dos afrodescendentes que lutam pela recuperação dos seus quilombos e de reconhecimento de igualdade nesta sociedade. Esta é a luta pelo reconhecimento das diferentes formas de saber no mundo real, fazendo cada um a sua proposta cultural de que pronuncie seu saber para que possa ser entendido e reconhecido por todos os que compõem a humanidade. Assim, inspirados pela democracia, todos poderão viver harmoniosamente numa sociedade rica de culturas as quais procedem das experiências e reflexões de cada etnia.

Nesse sentido, no 3º Fórum Social Mundial (FSM) de Porto Alegre (2003), Santos propôs a criação de uma Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS) em contraposição à Universidade de estilo atual, favorecendo quem está empenhado na formação social emancipatória progressista.

Portanto, na Ecologia dos Saberes não é possível seguir uma só direção. “A existência de múltiplas bússolas faz com que a vigilância epistemológica se converta no mais profundo

ato de auto reflexividade.” (SANTOS, 2010b, p. 165).

Precisamos fazer uma relação de interculturalidade para que seja disponibilizado a todos os experimentos já feitos e aprovados e que todos possam usá-los

É “incultural” egocentricamente guardar dentro de nós os saberes (SANTOS, 2011) que podem fazer bem a toda a humanidade. As criativas ideias de construção de melhorar a vida social devem ser disponibilizadas a fim de que sejam criteriosamente avaliadas, experimentadas e, se necessário, melhoradas. Também não é cultural nem social esconder talentos criativos que possam beneficiar a humanidade.

Percebe-se que, por inveja, na mídia e no meio político, grandes propostas, teorias, projetos e benefícios são boicotados. Os invejosos nunca aprovam e nem admitem excelentes ideias criativas procedentes se não deles mesmos. Com isso, perde toda a sociedade, perde o próprio invejoso e atrofia-se o potencial humano.

Temos hoje um problema social, que é o de encontrar uma grande massa popular que adota o sistema da ideia pronta. A maioria, por ignorância, não se envolve em um debate onde a troca de saberes poderá resolver problemas de ordem comunitária, humanizando mais a humanidade e acelerando a saída de muitos seres humanos da linha de exploração, de miséria e de abandono para um mundo novo possível. As pessoas de ideias prontas são fechadas para o debate, para a troca de experiências, para o aprofundamento de importantes temas sociais, pelo simples fato de que acham que sabem tudo. Não admitem, assim, que outros possam trazer novos conhecimentos com fundamentação teórica e que essa possa abalar e/ou contrapor a sua errada convicção de que já sabe tudo e que o mundo em que vive lhe basta.

Dentro desta ignorante forma de agir, chamou-nos atenção, em uma conversa de almoço, os pareceres de dois professores: o primeiro, um professor de Matemática, atuante no ensino de nível superior e o segundo, um professor de filosofia e história de Ensino Médio, os quais falaram, que infelizmente, eles não estão sendo escutados pelos seus alunos quando pretendem debater saberes em sala de aula. A resposta é: “eu já sei tudo”. Segundo esses dois professores, o comportamento dos seus alunos é de que eles imaginam que o Educador seja um mágico que cria permanentemente novas teorias e que o referencial teórico em nada lhes é interessante.

Na minha leitura, Interculturalidade é dialogar com os diferentes saberes já meditados, experimentados e com aprovações que vivenciamos no coletivo. É reconhecer que existem outros saberes, outras pessoas que sabem, outros seres humanos que já fizeram excelentes e criativos objetos e/ou projetos para o bem de toda a humanidade e que poderão continuar produzindo muitas novidades. O nosso Ego precisa respeitar, valorizar e admitir que não são

pensadores individuais e que, como indivíduos, têm capacidade criativa e, tampouco, que só “*eu sei ou posso saber*”. Temos que sair dessa ideia doentia egocêntrica e apoiar os que conseguem ser tão inteligentes a ponto de que seus inventos favoreçam a fraternidade humana. Claro que precisamos também ser humildes, não retendo os nossos conhecimentos com a doentia ideia de querer só ganhar dinheiro com isso. Como disse o colega Dorvalino Cardoso, nosso companheiro de estudo e reflexão, com a expressão indígena da qual faz parte, em um dos nossos encontros de 2015: “*Ensinar para ganhar dinheiro não é ensinar*”.

Cada comunidade tem a sua filosofia, costume, comportamento, convivência, divertimento, entre outros, que é próprio dela. Isso é cultura. Essa cultura deve ser interculturalizada e meditada para que a comunidade possa, em sintonia, progredir sempre.

A Ecologia dos Saberes procura fazer com que, epistemologicamente, os saberes tenham autonomia e que todos os saberes tenham igual valor, não importando a sua procedência e o tema a que o novo saber se refere. Todos os saberes são de igual valia para a humanidade. No conhecimento se cruza o conhecimento com a ignorância. Conhecemos o que os outros, com os quais convivemos, não sabem, e precisamos aprender com esses mesmos sobre o que eles sabem e nós ignoramos. Isto é, fazemos uma troca permanente de conhecimentos.

A Academia tem o conhecimento e o poder de entender o que é um conhecimento científico e o de conhecer os saberes populares. E, conhecendo os saberes populares, saber se são únicos, verdadeiros e se são passíveis de se tornarem conhecimentos científicos.

A inculturalidade precisa caminhar para uma interculturalidade e não pode ser uma “desculturalidade”, já que a sociabilidade humana é pura cultura.

Precisamos nos sentir fazendo parte da nossa comunidade e perceber que todos os que formam a nossa comunidade também estão fazendo parte de cada um de nós, com nossas qualidades, defeitos, saberes, construindo-nos e recebendo o nosso desejo de externar os nossos saberes.

Vejo uma semelhança entre Freire (2002) e Santos (2010b), quando os dois se voltam para o respeito às ideias dos diferentes, com a prática de acolher os que pensam diferente. Os dois pensadores nos ensinam que devemos provocar o debate com o objetivo de sair da ignorância para o saber mais, a fim de que as ideias e os saberes dos participantes sejam escutadas, debatidas e estudadas. E, então, as ideias e saberes que mais se salientam e são do acordo da maioria, são democraticamente colocados em prática dentro da comunidade e em todos os âmbitos da convivência humana em que o debate do sujeito acontece. Todos precisam ter a liberdade de expressão, ser respeitados nas suas expressões e, por

consequência, ter a possibilidade de se realizar como ser humano.

3.5 A formação política e a organização popular na América Latina: dialogando com Dussel

Outro desafio prático para a emancipação, depois de uma lição de Educação Popular com a troca de saberes que recebemos de Freire e de Santos, com a fala da Ecologia dos saberes e da interculturalidade, parece-nos importante dialogar um pouco com o pensamento de Dussel (2000) e sua reflexão sobre como podemos chegar a uma libertação das amarras dos nossos comodismos e satisfações escravas. Dussel (2000) nos quer dar conceitos e caminhos para chegarmos à Libertação.

A ideia, nesse ponto, é compreender a relação entre Reforma, Revolução e Transformação. Ou seja, pelo dizer de Dussel (2000), buscar na organização política os caminhos e formas que devem ser construídos pelo ser humano como sujeito, ou como povo, para uma conscientização e organização da luta pela libertação que deve ocorrer na prática, mudando para melhor a vida do povo.

Ao dialogar com Dussel (2000) sobre a ação libertadora e sobre os desafios, vemos a possibilidade para superar a crise do comodismo e da insatisfação, vivenciada pelos oprimidos, principalmente seu complexo pelo que é tido como “não ser”.

A ação do sujeito, quando crítica e responsável, pode servir como instrumento para a razão crítica ou ética de libertação. Ele, o sujeito, busca nesta prática uma “reforma” ou uma transformação libertadora. A ação de libertação que Dussel (2000) denomina estritamente como sendo de transformação é espelhada em Marx. O sujeito Sócio-histórico se organiza de diversas formas, como, por exemplo, partidos políticos, sindicatos, associações, para atuar estrategicamente no combate aos opressores que o estejam marginalizando.

A ação reformista é a que responde com o critério de um sistema vigente formal, atuando dentro deste sistema (p. ex. economia capital), racional e eticamente correta, reivindicando o seu inconformismo. Por isso, a partir de objetivos da busca da reforma, as regras devem ser bem definidas e conscientes em cada sujeito reivindicante ao ponto de se tornarem invisíveis aos sujeitos reais. Ao serem assumidas as regras que aos poucos estão sendo reivindicadas e acertadas com os dirigentes do sistema, como sendo leis sociais, “pareceria que o mercado se regula por si mesmo”. Assim, pensar apenas em Reforma, Dussel (2000) diz que, para Marx, é a pretensão fetichista da explicação da economia política de Smith ou Ricardo (DUSSEL, 2000, p. 534).

Na autorregulação está a vida social e na auto-organização está a vida em geral, que não pode ser substituída por atos meramente conscientes. Deve-se ir em busca do planejamento perfeito, ou total; segundo o cientista soviético Kantorovic (DUSSEL 2000. p. 535), é a pretensão extrema da perfeição que sonha que o ser humano venha a viver um dia onde tudo poderá ser planejado racional e conscientemente.

“Entre o espontaneísmo total da autorregulação não intencional das massas e o vanguardismo hiperconsciente dos líderes, encontra-se todo o claro-escuro de ações conscientes cumprindo regras fixas até os efeitos não intencionais que aparecem como autorreguladoras (e que se postulam como empiricamente incalculáveis por sua quase infinita complexidade) e que se determinam marcos empíricos que mostram como “tendências” ou “leis” que se cumprem sem “determinismo natural” – as “leis sociais” no dizer de Marx” (DUSSEL, 2000, p. 535 – 536).

Seria um suicídio o ser humano permitir que fosse posto em risco a reprodução de sua própria vida, não admitindo a importância da intervenção estratégica da consciência crítica em relação aos efeitos perversos não intencionais do sistema. É imprescindível ter o domínio da situação, até mesmo para descobrir quando se faz necessário alterar, por mínimo que seja, a rota prevista, comparada a uma bússola de navegação. E, dentro da comunidade crítica das vítimas, onde a consciência adquire nível ilustrado referente ao visto, tem-se o exemplo brasileiro do político e líder operário, Lula (Luís Inácio Lula da Silva), e do grande especialista, cientista e intelectual Paulo Freire. Então, a ética se decide “no mostrar, normatizar a compatibilidade do sistema formal não intencional com a produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana de cada sujeito ético com participação discursiva.” (DUSSEL, 2000, p. 536). A intervenção ética crítica se faz necessária em todas as vezes que houver descrição através da lógica do capital, a que limita a práxis libertadora de vida e da participação democrática. “É neste contexto que devemos compreender a relação entre ‘reforma’, ‘revolução’ e ‘transformação’”.

Mas, quem é o reformista? Dussel (2000) cita a posição de Rosa Luxemburgo: “É aquele que, pretendendo cumprir com os princípios revolucionários, caiu na adaptabilidade do capitalismo” (DUSSEL, 2000, p. 536 e 540). Seria o que atua segundo os critérios do sistema formal hegemônico, ou dominante. Baseado em Marx, Dussel quer “mostrar que o diagnóstico crítico foi superado pelas circunstâncias”, começando uma redefinição por todos os seus detalhes para uma reforma a partir de dentro do sistema formal vigente. Para Luxemburgo, essa tentativa reformista é a ética-da-Libertação. “Reformistas são os que parecem ser críticos, adotam os critérios do sistema formal que pretendem criticar” (DUSSEL, 2000, p. 537). Para tanto, é imprescindível uma confrontação teórica.

O reformismo diz que o capital não é impossível, porque ele pode se reproduzir e se valorizar indefinidamente. Por isso, Luxemburgo, que nasceu na Polônia, país periférico do socialismo soviético, fixa como tema do seu programa científico crítico esse centro do argumento reformista sobre a acumulação do capital: “Meu trabalho não tem somente um interesse teórico puro, mas encerra também, em minha opinião, certa importância para nossa luta prática contra o imperialismo” (DUSSEL, 2000, p. 537). E diz ainda:

O capital necessita, para sua existência e desenvolvimento (para sua reprodução ampliada), estar rodeado de formas de produção não capitalistas. Mas não basta qualquer destas formas. Necessita como os mercados, de camadas sociais não capitalistas para realizar sua mais-valia. (DUSSEL, 2000, p. 538).

Do princípio ético, fazem parte os países de periferia, as possíveis ações estratégicas que chamamos de lutas, e os críticos articulados organicamente na comunidade das vítimas.

O Reformismo adota uma estratégia tática reformista, que pode ser pacífica ou violenta. Importa que assuma os critérios do sistema vigente, dominante, embora proclame ser crítico. Então ela cria uma nova teoria, que usa a terminologia crítica, mas dentro do horizonte interpretativo do sistema vigente, que não é já a ciência social crítica, mas funcional. Depois de Luxemburgo, surge, na Alemanha, a social democracia, que tem fundamentos capitalistas e socialistas nas suas formulações linguísticas, com pensamento crítico e claro dos princípios crítico-éticos. Essa deve evoluir e atingir mais profundamente a necessidade das vítimas.

Nesse horizonte, Dussel (2000) fala da Ética da Libertação que, ao contrário de Luxemburgo, explica que a “ação ética contrária a práxis funcional, não sendo revolução, mas transformação.” E, “de fato, os critérios e princípios que obrigam o sujeito ético na luta, até de participar de uma revolução, são os mesmos que exigem transformar toda norma, ação, microestrutura ou instituição” (DUSSEL, 2000, p. 538). É uma revolução comprometida com as vítimas, com o outro, com as massas oprimidas, a favor da vida. Revolução é denominada apenas a transformação crítica de um sistema de eticidade completo, a cultura, sistema econômico, estado e nação.

Assim, a revolução não é senão o momento extremo de um nível de complexidade que começa em sua posição mínima pela transformação de uma máxima da vida cotidiana em referência a uma ação possível insignificante (p.ex., desde o muito vulgar, “vou cuspir no chão”), e que deve ser “transformada” a partir do critério e princípio que se enuncia como a não negação do outro, em algum aspecto que possa redundar em diminuição de vida ou participação simétrico-discursiva da vítima da realização de tal máxima. (DUSSEL, 2000, p. 539).

Transformar é mudar o rumo de uma intenção, o conteúdo de uma norma. Tudo é projetado dentro do complexo mecanismo comunitário.

Enrique Dussel (2000) cita Rosa Luxemburgo, que critica e pergunta: isso é reforma ou revolução? Dussel admite, dizendo que “o reformista” desloca o programa do movimento socialista de sua base material e procura colocá-la sobre a base idealista.

O reformista não é aquele que usa um modo mais pacífico de táticas ou simplesmente evita os meios rupturistas de revolução, mas aquele que escolhe outro fim. Que é uma ação ética com outra natureza: a funcional ou reformista (muito diversas por sua origem, mediações e justificação) confirmam o sistema formal vigente; a transformativa julga e modifica o sistema formal a partir da vida e da discursividade responsável de todo sujeito humano e, como última instância, das vítimas (DUSSEL, 2000, p. 540).

Dussel considera isso grave, porque Luxemburgo confunde o eticamente justo com revolucionário ou reformista, o que não necessariamente o são. O que transforma o processo da práxis respondido aos critérios e princípios do sistema formal vigente é a Ação Crítica, que produz o momento de desenvolvimento, acrescentando o novo ao processo de produção e reprodução da vida do sujeito humano.

A mera “reprodução” (racional ou pulsional, institucional civilizatória) pode se fechar autorreferentemente sobre si, fixar-se, totaliza-se totalitariamente, tornar-se repressora (dos sujeitos reais como na criticada alienação do trabalho assalariado de Marx, na repressão das pulsões pelos mecanismos do “supremo” de Freud, na “disciplina” carcerária de Foucault). Por isso, o princípio ético é “transformativo”, desenvolve a vida e não só a mantém. Esta transformação não é um mero “progresso” quantitativo do sistema formal. (DUSSEL, 2000, p. 542).

Isso quer dizer que não devem ser eliminados no progresso moderno o quantitativo e a eficácia do micro fim. O domínio do instrumento técnico, do cálculo eficaz e do número deve ser colocado dentro da ética da vida do sujeito humano, bem como ser usado para a promoção da vida e da participação humana, ou seja, de todos os sujeitos que fazem o sistema e por ele são oprimidos.

O processo histórico de libertação implica no desenvolvimento integral do ser humano como transformação e emancipação integral (do econômico, do corporal, do cultural e de conteúdo político). É o sujeito que tem uma história de vida e participa de uma comunidade “tudo como instância última crítico-prática das vítimas de seu nível específico de intersubjetividade”.

O que temos indicado arquetonicamente em toda esta obra até aqui é, estritamente, uma introdução à famosa formulação de Marx, quando plasmou a tese 11 de suas Teses sobre Feuerbach: Os filósofos só interpretaram o mundo de diferentes maneiras; trata-se de transformá-lo[...] Neste aforismo Marx, já citado em outro lugar desta obra, não nega a filosofia como bem pensava Korsch - , mas diz que ela deve deixar de ser só hermenêutica teórica para se desenvolver como um discurso que fundamenta a “transformação” prática e real do mundo, como “atividade crítico-prática. (DUSSEL, 2000, p. 543).

O discurso filosófico só pode ser uma filosofia prática, não sendo uma ação de transformação reformista, mas uma ética de libertação. “A ética da libertação tentou isso de diversas maneiras desde o final da década de 1960”.

Quando, com boas conversas, não acontecem os desejos da maioria, é preciso ter força, e então Dussel começa a falar sobre violência, com citação de Hannah Arendt (2002):

As guerras e as revoluções – como se os fatos tivessem unicamente acelerado o cumprimento das primeiras predições de Lenin – determinaram, portanto, a fisionomia do século XX. (DUSSEL, 2000, p. 544) [...] uma teoria da guerra ou uma teoria da revolução pode somente ser justificação da violência, porém o que é glorificação ou justificação da violência enquanto tal, já não é política, mas antipolítica. (DUSSEL, 2000, p. 455).

Dussel (2000) não concebe que o problema deva ser proposto desta maneira, mas se esforça para elaborar categorias analíticas que os permitam chegar à posição própria de uma ética libertadora. Primeiro ele define o sistema institucional, que permite desenvolver a vida de cada sujeito no âmbito sistêmico.

Se todos os membros de uma instituição forem perfeitos, eticamente, como sonha o anarquista, nenhuma instituição seria necessária e por isso seriam perversas já desde a sua origem. [...] e nenhuma vida humana seria possível [...] quem poderia limitar opor-se ou desarmar o membro injusto que usasse a força contra a comunidade? (DUSSEL, 2000, p. 455 e 456).

As vítimas do sistema se revoltam porque tomam consciência de não terem participado do acordo original do sistema e porque, em tal sistema, as vítimas não podem viver dignamente a ponto de usarem a força contra o direito do outro. É um ato heroico dar a sua vida pela causa da defesa das vítimas do sistema, como, por exemplo, os nascidos na América do Sul, oprimidos pelos europeus para serem lembrados pelas gerações futuras. Talvez o meio mais frio e impiedoso para essa ação seja a arma, que nasceu nas mãos do caçador à procura de proteína para sobreviver e não para matar seres humanos.

Então, Dussel (2000) se refere a Mahatma Gandhi, que usou uma tática sem armas na emancipação da Índia do domínio Inglês. E Martin Luther King, que mobilizou milhões de

afro-americanos no aumento significativo dos seus direitos civis nos Estados Unidos. Quando existe respeito democrático diante de ocasiões bem determinadas, Antônio Gramsci (2004) dá a esse fenômeno o nome de Crise de Hermenêutica (DUSSEL, 2000, p. 459). E os dominados cumprem a vontade do outro como se fosse a própria, realizando os interesses dos dominadores e não os próprios. E então aparece o Poder, que significa a imposição da própria vontade em qualquer fundamento dentro de uma relação social. Por sua vez, a instituição última da ordem política legítima é o estado.

Em relação à legitimidade, Dussel cita Habermas:

Legitimidade significa que a pretensão concomitante a uma ordem política de ser reconhecida como reta e justa não está desprovida de bons argumentos; uma ordem legítima merece o reconhecimento [...] Com esta definição se destaca que a ilegalidade é uma pretensão de validade discutível de cujo reconhecimento (quando menos) fático depende (também) a estabilidade de uma ordem de dominação. (DUSSEL, 2000, p. 550).

Então, Dussel (2000) lembra e fala que Habermas superou a fundamentação da legitimidade para apoiá-la na normatividade da ética discursiva. Também “não pode deixar de considerar que a dominação continua sendo um momento empiricamente inevitável e fonte de permanente crise” (DUSSEL, 2000, p. 550). A crise de legitimidade será uma crise de sociabilidade. É também uma crise de reprodução da vida no problema da miséria dos dominados e excluídos, onde a ordem política perde sua legitimidade. “Por tudo isso, a legitimidade deveria ser definida – num sentido primário e básico – como a auto avaliação comunitária que se outorga a uma ordem política” (DUSSEL, 2000, p. 551). A legislação, portanto, necessita de disciplina interna.

Dussel (2000) reserva um espaço para falar da violência. Essa palavra, que vem do latim “vis”, é usada contra o direito do outro, no sentido de violar. Corresponde à luta pelo conhecimento dos novos direitos e a transformação de normas, ações, instituições ou sistemas completos de eticidade, quando não restam mais alternativas para as vítimas.

A guerra é a revolução em estado extremo de usar a força, para conquistar suas reivindicações, podendo ser justa ou injusta, de povos dominados que lutam por emancipação, dos novos dominadores que conseguem seu objetivo: o domínio sobre os dominadores antigos. O objetivo final é a garantia da sobrevivência dos que se sentem oprimidos, que é um legítimo direito de todos os seres humanos.

Dussel (2000), citando Rosa Luxemburgo, ainda fala da greve, que é outra forma de fazer protesto e de manifestação da massa diante da opressão e insatisfação perante o sistema

vigente.

A revolução russa de 1905 submeteu o argumento exposto mais acima a uma revisão completa. A revolução russa, pela primeira vez na história das lutas de classe, tornou possível uma realização grandiosa da ideia da greve de massa, e inclusive – como explicaremos mais detalhadamente – da greve geral, abrindo assim uma nova época na evolução do movimento operário. (DUSSEL, 2000, p. 556).

A greve de massas não é um método anarquista, também não deixa de ser uma ação política. É uma ação sindical-social. É um movimento por reivindicação para sacudir e romper as cadeias que são ignoradas pelos opressores, de modo especial as socioeconômicas. A greve é, portanto, um meio coativo para que o operário aprenda sua essencial função dentro do capital e, segundo Marx, todo capital é trabalho. Esse capital precisa descobrir a presença de um novo sujeito histórico-social que exige uma mesa de negociação para pensar novas estratégias de conformidade e que beneficiem a todos.

Diante desse caminho que Dussel (2000) nos mostrou, de ir em busca da Libertação, pela práxis libertadora, queremos buscar em Boaventura Santos, que já é por nós conhecido neste trabalho, o caminho para chegarmos à Cidadania Popular, democratizando a democracia.

3.6 Democratizar a Democracia: Os Caminhos para a Cidadania Popular

Santos (2004) sustenta como estratégia para o avanço das lutas emancipatórias, a ampliação das lutas sociais para democratizar a sociedade e transformar a cultura, lutando contra todas as formas de discriminação e mobilizando as solidariedades locais e nacionais.

No final da década de 60 (ditaduras militares na América Latina), houve uma crise da cidadania social, marcada por fortes confrontos entre o Estado e a População, tendo de um lado os mecanismos de controle e repressão e, de outro, a reivindicação de necessidades básicas feitas pelas manifestações populares. Elas não eram apenas restritas à esfera individual e subjetiva, mas à estrutura social, de onde a maioria das pessoas se sentia excluída quanto ao acesso aos recursos básicos que lhe pertenciam por direito. A seguir, destacamos dois fenômenos marcantes.

O primeiro é o de um *Estado-Providência* com um forte regime Pós-Guerra, conhecido como “regime fordista⁷”, que se caracteriza por uma “total separação entre

⁷ Fordismo é um termo que se refere ao modelo de produção em massa de um produto, ou seja, ao sistema das linhas de produção. O Fordismo foi criado pelo norte-americano Henry Ford, em 1914, revolucionando o

concepção e execução do processo de trabalho”, [...] “acoplada à integração maciça dos trabalhadores na sociedade de consumo através de certa indexação dos aumentos de salários aos ganhos de produtividade”. Ou seja, “os benefícios sociais em que se traduz a cidadania social e, em última instância, o Estado-Providência”. E, na sequência, “Classe Operária, através dos sindicatos e Partida Operária, teve um papel central na configuração deste compromisso, que também é conhecido por compromisso social-democrático para dar conta das transformações socializantes do capitalismo neste período” (SANTOS, 2010a, p. 248). Essa foi a grande meta do movimento operário, hoje conhecido como neocorporativismo, no qual os trabalhadores participam das políticas de rendimentos e preços, bem como da gestão das suas empresas, tornando-se reféns do capitalismo, sendo assim desviada a sua energia emancipatória.

O segundo é o movimento estudantil dos anos sessenta, que articula a crise político-cultural do fordismo. São três as facetas principais desta confrontação: a) a opção ao produtivismo e ao consumismo, que é uma ideologia antiprodutivista e pós-materialista; b) identificação das múltiplas opressões no nível de produção (trabalho, alimento), como da produção social, que é a família burguesa, autoritarismo da educação, monotonia no lazer, dependência burocrática, propondo o debate e a participação política; c) a “declaração do fim da hegemonia operária nas lutas pela emancipação social e legitimação da criação de novos sujeitos sociais de base transclássica” (SANTOS, 2010a, p. 249). Esse movimento constitui uma nova cultura política instituída pelo movimento estudantil, que faz entender os Novos Movimentos Sociais (NMS) dos anos 70 e 80 e também torna possível entender os anos 90 (SANTOS, 2010a, p. 250).

A leitura dos movimentos sociais emancipatórios implica na crítica a um capitalismo opressor e hegemônico: poucos acumulam muito e a maioria absoluta está desprovida de tudo. Uns precisam se submeter às ordens dos que compram a força de trabalho para torná-los mais ricos. Em troca recebem um simbólico salário e, na maioria das vezes, precisam aceitar a oferta de trabalho. Essas minorias procedem de diversos grupos sociais, tais como Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que têm a sua origem na Igreja Católica e se preocupam com a justiça social, a ética, a moradia, o emprego, a assistência social, escolas, comida para todos, transporte coletivo, divisão dos recursos financeiros recolhidos pelo Estado em igual proporção para todas as classes sociais. Da mesma forma atuam os movimentos jovens, feministas, racistas, ecologistas, ruralistas, entre outros. (SANTOS,

2010a, p. 257).

Nos anos 70 e 80, o Capital começa a definir respostas aos desafios da década de 60 na lógica do controle a partir das ditaduras militares na América Latina. No entanto, também foram duas décadas de experiências sociais muito fortes, que formulam alternativas contra o sistema capitalista em toda a América Latina, numa afirmação política de novos sujeitos sociais bem simbolizados nos NMS.

O fim do século passado foi muito eficaz em apresentar soluções capitalistas novas, respondendo aos desafios dos anos 60. Santos sintetiza essas soluções em dois grupos: **a)** *A difusão social da produção* (SANTOS, 2010a, p. 251), que assume várias formas, descentralizando a produção, fragmentando geográfica e socialmente o processo de trabalho, denominado “fábrica difusa”. Atrai o investimento das empresas multinacionais, criando uma concorrência muito grande no mercado de trabalho, criando e heterogeneizando a relação salarial. **b)** O outro grupo é o *isolamento político das classes trabalhadoras na produção* (SANTOS, 2010a, p. 251), que transforma o operariado em mera força de trabalho. Várias dimensões contribuíram para transformar operariado em mera força de trabalho. Os contratos temporários não trazem segurança às famílias pelo fato de poderem ser rescindidos a qualquer momento de suas funções laborais.

Segundo Santos, há quem diga que os NMSs representam a subjetividade perante a cidadania. “A emancipação pela qual lutam os trabalhadores não é política, mas antes pessoal, social e cultural” (SANTOS, 2010a, p. 261). Ela se pauta pela luta por democracias partidárias e não mais por democracia representativa, e há certa distância aparente do Estado. “Uma das características próprias da AL é que não há movimentos sociais puros ou claramente definidos, dada a multidirecionalidade, não somente das relações sociais, mas também dos próprios sentidos da ação coletiva” (SANTOS, 2010a, p. 262). [...].

“Os NMSs (MST, CEBs e outros) são movidos por inúmeras energias” (SANTOS, 2010a, p. 263). Esses movimentos não recusam a política, mas a alargam para além do marco liberal de distinção entre Estado e sociedade civil (SANTOS, 2010a, p. 263), partindo do pressuposto de que o princípio do Estado e do Mercado são mais aparentes do que reais. “A ideia da obrigação política entre cidadãos e a ideia da participação e da solidariedade na formulação” da vontade de todos é a única forma de “fundar uma nova cultura política e, em última instância, uma nova qualidade de vida pessoal e coletiva” na “descentralização e na democracia participativa, no cooperativismo e na produção socialmente útil” (SANTOS, 2010a, p. 263). Em se tratando dos manifestos públicos, encontramos os que são institucionalizados e se tornaram até partidos políticos, tornando-se, assim, movimentos

legais. Não existe um padrão único entre democracia representativa e democracia participativa (SANTOS, 2010a, p. 265).

O Brasil, que tem uma tradição de velhos movimentos sociais, conheceu, nas décadas de 70 e 80, um notável florescimento de Movimentos Sociais e Populares, com uma grande bibliografia local, em que até mesmo Santos se baseou para escrever sobre o tema (SANTOS, 2010a, p. 265). É testemunhado nesta bibliografia brasileira que os NMSs surgem a partir dos velhos movimentos sociais a partir de 1970 e 80, no Brasil, na África e em Portugal. A África vive uma forte crise política e também uma forte pressão hegemônica portuguesa. A Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé se organizam para se livrar da dependência portuguesa. Esse é um grande exemplo de luta emancipatória e de organização de um povo capaz de enfrentar o opressor. Passa de oprimido para livre e autônomo, mesmo que isso lhe custe muito trabalho e muita carência de necessidades básicas de sobrevivência. A escolha de líderes se dá pelo meio democrático de representação na organização do país e de coordenação nos trabalhos que precisam ser conduzidos com eficácia para garantir todas as frentes necessárias, desde a agricultura até a produção nas fábricas, incluindo a alfabetização de todos os que não sabem ler e escrever.

Os anos 90 constituem o aprofundamento das experiências de Movimentos Sociais já realizadas nas décadas anteriores. Isso não significa que esses novos Movimentos não sejam substituídos, reformados ou até adotados para sempre como sendo sempre novos. Precisa-se ter o cuidado de não perder o hábito de imaginar outras possibilidades para além do que existe e celebrar os existentes como sendo o conjunto de todos os imagináveis.

3.7 Dialogando com a realidade local e regional na perspectiva das epistemologias do Sul

A partir do diálogo com a realidade, e identificando-nos dentro do espectro de pesquisa que queremos aprofundar, realizamos algumas incursões teórico-investigativas. Buscamos, inicialmente, a aproximação contextual da proposta das Epistemologias do Sul, as quais poderão nos ajudar a explicitar a caminhada que fizemos numa comunidade da Lomba do Pinheiro, Porto Alegre, RS. Tomamos como ponto de partida teórico as considerações que desenvolve Santos, quando aborda o tema sobre a Epistemologia do Sul. Na verdade, este tema nos fustiga e incomoda há mais tempo. A linha abissal, separadora dos seres humanos, está sempre presente e se caracteriza pela distinção das diferentes classes sociais que, de imediato, distinguimos e identificamos por todos os lugares por onde andamos.

Pelo que sabemos através da história da humanidade, os países que se encontram

acima da linha do Equador, na sua grande maioria, articularam toda evolução do ser humano. A partir desse ponto, faz-se necessária a criação de normas de vivência, regras de conduta, limitações da liberdade e de divisas de circulação, higiene, escolarização, especulação teórica, pesquisa, ativação do progresso e novas invenções industriais para melhorar e satisfazer as necessidades do consumo e do favorecimento ao trabalho mais cômodo. Também não é desconhecido que, ao redor dos anos de 1500, a sede de conhecer fez com que a tecnologia instigasse a curiosidade para descobrir e povoar outras partes do mundo. Assim foram povoados os diversos continentes. Junto com os colonizadores vinha uma bagagem considerável de conhecimentos trazidos da terra natal. Bagagem que fez a diferença na nova morada.

É, portanto, perceptível uma diferença muito grande entre as nações de origem, que são as do Norte e as de novo assentamentos que são as do Sul. É nesse hemisfério que começa a caminhada para uma emancipação. Enquanto as nações de maior experiência vão aperfeiçoando suas indústrias, a partir de centros de preparação intelectual, vida social, ciências e regras de convivência humana, as novas nações caminham em direção à emancipação em todos os sentidos. Isso tudo para superar as suas dificuldades de dependência das outras nações, de modo muito especial dos países que se julgam superiores. É, portanto, esta barreira que precisa ser rompida com força de superação tecnológica e cultural em todas as direções em que se percebe dependência.

Segundo o pensador em questão, essa diversidade de culturas oportunizou uma diferenciação entre classes sociais, as quais foram identificadas, em um primeiro momento, pela ótica do “TER” e depois pelo critério do “SER”, seguido pelo grau de instrução, bem como a submissão pelo critério de moradia, sustento, saúde, etc.

Quanto à ótica do “TER”, a ordem social da classe toma como critério a subestimação de quem tem menos. Nessa perspectiva, a ordem capitalista cega as pessoas no que tange ao convívio social fraterno e separa-as da rotina da sociedade dentro dos limites de suas conquistas materiais. Esse ter, na ótica de Santos, é entendido como “Poder Mais”, e vem carregado de uma espécie de “autorização” cuja realidade se confunde com uma ilusão de satisfação.

Por outro lado, a atitude fundada no “SER” não articula o comportamento ontológico do SER MAIS (FREIRE, 2002). Por isso, não adquire a conotação de liderança. Isso implica na indisponibilidade em atender os mais necessitados. Encarna-se o orgulho do distanciamento material e intelectual dos melhores em relação aos que não tiveram oportunidades.

Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (SANTOS, 2009a, p. 183) falam em Epistemologia do Sul, como segue:

A Epistemologia do Sul é uma metáfora do sofrimento, da exclusão e do silenciamento de povos e culturas que, ao longo da História, foram dominados pelo capitalismo e colonialismo. Colonialismo que imprimiu uma dinâmica histórica de dominação política e cultural, submetendo à sua visão etnocêntrica o conhecimento do mundo, o sentido da vida e das práticas sociais. Afirmação, afinal, de uma única ontologia, de uma epistemologia, de uma ética, de um modelo antropológico, de um pensamento único e sua imposição universal (SANTOS, 2009a, p. 183).

Usando a expressão “Epistemologia do Sul”, o sociólogo observa um grande abismo social entre os países do Norte e do Sul. É nesse sentido que, com frequência, quando se faz referência a uma direção, é usada a expressão “estamos procurando um Norte”. Tal atitude, na perspectiva intelectual do autor, seria uma referência aos “países europeus”.

Há um abismo entre o Norte e o Sul que demarca uma linha da contenção poderosa entre os países do Norte, que detêm o conhecimento e as tecnologias mais avançadas, dos países do hemisfério Sul, que apenas brigam pelo direito de ser. Todavia, as sociedades submissas do Sul devem fazer o que a sociedade dos que vivem no Norte exige para se manter no outro lado do abismo. Os países colonizados, silenciosos e oprimidos, não imaginam e não sabem por que estão produzindo, plantando ou cultivando determinados produtos, os quais apenas são de interesse para a exportação com endereço europeu.

Para o Norte, sem dúvida, está tudo certo. Essa forma exploradora de proceder com os países subdesenvolvidos é, no mínimo, cômoda. Certamente, é considerado como uma forma de fazer a sua parte para que a ordem ou a exigência de mercado, colonial, intelectual, social ou industrial não seja mais do que dar a oportunidade para que os países em situação de dependência possam sobreviver socialmente, a um contentamento de cunho internacional para com as ordens emitidas pelos de cá (Norte) para os de lá (Sul), segundo o que disse Santos (2010c), numa palestra, e foi publicado assim:

O segundo aspecto abordado por Boaventura foi o risco. Fator que, segundo ele, é uma concessão colonial e abissal. Para o sociólogo, pensamento abissal é uma característica da modernidade ocidental, que consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis que dividem a realidade social em dois universos ontologicamente diferentes. O lado de cá da linha, correspondendo ao Norte imperial, colonial e neo-colonial, e o lado de lá da linha corresponde ao Sul colonizado, silenciado e oprimido. Essa linha é tão abissal que torna invisível tudo que acontece do lado de lá da linha. Este lado colonizado não tem realidade ou, se a tem, é em função dos interesses do Norte operacionalizados na apropriação e na violência. O que caracteriza este pensamento abissal é a impossibilidade de copresença entre os dois lados referidos. No domínio do conhecimento, a ciência e o direito constituem as manifestações mais bem-sucedidas deste pensamento abissal

na medida em que definiram, do ponto de vista científico, a distinção entre verdadeiro e falso e, do ponto de vista jurídico, a distinção entre legal e ilegal, impondo, internacionalmente, esta diferenciação através do direito internacional (SANTOS, 2010d, p. 2).

O autor refere-se à distância que separa os países do hemisfério Sul dos do hemisfério Norte, ressaltando o tempo de experiência e de conhecimento que os países do Norte têm a mais do que os do Sul. Observa-se, ainda, que a partir do século XIX (SANTOS, 2007, p. 117) houve um despertar para uma nova realidade que caminha com muita força no que tange aos países do Sul. Esse caminho com força é para o abandono da submissão ao imperialismo dos países do Norte. Percebe-se, também, a organização de grupos que atuam em direção à defesa dos direitos emancipatórios (SANTOS, 2011, p. 258). Portanto, há um acordar para a autonomia de sustentação, de direção, esquemas de conhecimento e estudo, centros universitários voltados para a realidade local, etc. Nesse sentido, faz-se necessário, no Sul, a criação de centros escolares independentes das imposições do Norte, mesmo porque a realidade, o consumo, a forma de vida e de alimentação são diferentes ou quase inversos.

Nas grandes transformações vivenciadas pela humanidade, a juventude sempre marcou presença, de modo muito especial nos anos 60 até 2000, na tentativa de se libertar da dominação hegemônica dos que têm o poder ou incumbência política de dirigir, ou mandar na sociedade (SANTOS, 2011, p. 249). Esses jovens organizaram atos de protesto, manifestando inconformidade à submissão pacífica a um mando de quem é detentor de um poder econômico e político superior e, por isso, impõe as suas exigências, pagando pela obediência o valor por eles imposto aos seus pedidos, e exigindo, nas suas formas legais, normas dessa transação e execução. Destaca-se aqui a rebeldia ao imperialismo do Norte, bem como aos dirigentes dos países do Sul com mentalidade submissa, capazes de usar como reféns os que precisam se submeter para conquistar classes sociais mais privilegiadas.

Há um século e meio Marx e Engels gritavam em favor da união das classes trabalhadoras do mundo contra sua espoliação. Agora, necessário e urgente se fazem a união e a rebelião das gentes contra a ameaça que nos atinge, a da negação de nós mesmos como seres humanos submetidos à “fereza” da ética do mercado. (FREIRE, 1998, p. 57).

No Brasil, que faz parte do grupo dos países do hemisfério Sul, durante o século XX, começou uma grande efervescência de âmbito social. Iniciava-se uma explosão de conscientização rumo à emancipação, bem como a necessidade de conquistar direitos fundamentais humanos, objetivando viver com dignidade. É um forte movimento que procura despertar o povo de um sono letárgico da colonização para uma sadia caminhada à libertação.

Tal movimento forçou a desacomodação em busca de um horizonte promissor com muita transformação social. Parte-se, assim, do sistema colonial primário para um mundo mais urbanizado, onde há luz elétrica, água encanada, tratamento do esgoto, tecnologias automotivas de indústria e de locomoção, tecnologias para alta produção e com vistas à diminuição a forças braçais, aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos ao alcance de todos e, por fim, a chegada da informática, que também está sendo recebida com facilidade em todas as residências. Até então a maioria da população vivia submetida a processos de exclusão e violência sem precedentes.

É insustentável a situação de, por exemplo, as ciências sociais continuarem a descrever e interpretar o mundo em função de teorias, de categorias e de metodologias desenvolvidas para lidar com as sociedades modernas do Norte, quando a maioria das sociedades não só apresentam características e dinâmicas históricas diferentes, como tem gerado as suas próprias formas de conhecimento das suas experiências sociais e históricas e produzido contribuições significativas para as ciências sociais, ainda que remetidas para as margens destas. (SANTOS, 2004b, p. 21).

A transformação que ocorreu durante o século XX trouxe o automóvel, o avião e a energia elétrica, com seus equipamentos eletroeletrônicos para o uso doméstico, culminando com a vasta corrida informacional que facilita e encurta distâncias. Isso se evidencia nas facilidades para pagar uma conta sem sair de casa ou na veiculação de uma notícia procedente de qualquer parte do mundo. Nota-se uma satisfação social nessas conquistas com efeitos imediatos na vitória libertadora. Isso produziu seus efeitos também entre os operários oprimidos pelas exigências patronais, que até então os inferiorizavam ao ponto de torná-los insignificantes, sem endereço e sem voz de direito social.

Na periferia da cidade de Porto Alegre, também se inicia uma caminhada social crítica, como podemos ver no comentário de Carlos Rodrigues Brandão, em seu artigo intitulado “Entre Freire e Santos: algumas aproximações entre o saber e a pesquisa”, publicada na Revista Trimestral de Debate da FASE, em outubro de 2007. O autor enfatiza que, nos encontros de grupo, nos quais cada um tem a oportunidade de expor o seu pensamento, “todo o conhecimento referente a uma pessoa torna toda a espécie humana mais transparente para si mesma” (...) “todo o conhecimento a respeito de como se vive em uma periferia de Porto Alegre nos ajuda a compreender aquelas pessoas e famílias daquela comunidade” (BRANDÃO, 2007, p. 44).

Aqui se inicia, com ajuda de pessoas com maior conhecimento social e crítico, a caminhada de uma comunidade rumo ao despertar para as necessidades básicas como saúde,

moradia, assistência social, educação (construção de escolas), entre outras. Há também uma conscientização efetiva rumo à urbanização digna, mesmo em uma vila periférica de uma capital de estado brasileiro. Essa caminhada a favor da conquista das necessidades básicas, já a partir dos anos 60 do século passado, soa como um sonho para as pessoas que aspiram a dias melhores para sua família, com moradia digna, luz, água encanada, esgoto cloacal e fluvial, escola, postos de saúde, transporte e regularização fundiária, etc.

A luta pelo sonho, decorrente do processo da construção da crítica, que é resultado da conscientização, porém, está ligada à “utopia”, como diz Freire (1979b, p. 30). Quando esse sonho acontece coletivamente, ele implica num duplo compromisso: na denúncia das situações-limites e no anúncio de possibilidades ineditamente-viáveis (FREITAS, 2005, p. 7). A denúncia instiga a coragem de lutar por dias melhores. Isto é, querer ter participação nos direitos sociais. Implica ainda em cercar as decisões políticas e os políticos que foram por eles eleitos (democracia representativa) (SANTOS, 2007b, p. 91) para os defenderem nos seus compromissos sociais e, depois das eleições, esqueceram seus deveres de continuar defendendo com autoridade de representação a comunidade (SANTOS, 2007b, p. 97).

Defender os mesmos direitos sociais para todas as camadas sociais, culturais, econômicas, de cada distrito, nas distribuições do dinheiro público para cada bairro, com o mesmo critério e de mesmo valor é fundamental. Com essa garantia, os bairros decidem, individualmente, onde são prioritários os melhoramentos e como devem ser gastos os recursos disponibilizados pelo poder público. Esse movimento representativo e democrático constitui o máximo de consciência política possível do capitalismo. Na sequência, Santos afirma que o capitalismo é criticável por não ser suficientemente democrático, pois a democracia representativa deve ser apropriada positivamente no campo social da emancipação (SANTOS, 2011, p. 270).

A esse movimento de democracia participativa e representativa é dado o nome de Orçamento Participativo, que propõe o anúncio de possibilidades ineditamente viáveis (FREIRE, 1979). As comunidades de centro, bem como as comunidades de periferia, movimentam-se organizando plenárias democráticas, discutindo e votando as suas reivindicações, distribuindo, dessa forma, os recursos recebidos do poder público e, ao mesmo tempo, participando da administração pública e dando o seu parecer de cidadão. Com essa organização, a comunidade se entusiasma e se mobiliza para definir as prioridades e as ações de melhoria no bairro. Segundo Santos, “o Socialismo é a democracia sem fim” (SANTOS, 2011, p. 277). Esse é o caminho de construção de uma comunidade.

Cabe citar, também, os movimentos do querer, do refletir e do agir que se articulam no

imaginário de Paulo Freire. O querer, que orienta a direção do sonho a ser construído. O refletir, no qual se amplia a compreensão da razão de ser, bem como das situações limites e os motivos para ir em busca do sonho, mesmo que com todos os seus limites, que não dispensam a sensibilidade e a natureza política, exigindo metodologia. E o agir, que fala da qualidade da participação.

A reflexão em torno destes três movimentos auxilia e vislumbra a possibilidade de construir o inédito-viável como um modo de superação dos condicionamentos históricos que o tornam momentaneamente inviável. Acreditar na potencialidade do ato de sonhar coletivamente, nessa perspectiva, significa compreender a importância da rigorosidade metódica para, ao perceber os temas contidos nas situações-limites, torná-los como objeto de estudo e reflexão, podendo perceber também que “além dessas situações e em contradição com elas encontra-se algo não experimentado” (FREIRE, 1979, p. 30).

Em 1996, Santos, ao falar da necessidade de um projeto político-pedagógico emancipatório, adequado ao tempo presente, afirma que:

[...] trata-se de um projeto educativo orientado para combater a trivialização do sofrimento [...] consiste em recuperar a capacidade de espanto e indignação e orientá-lo para a formação de objetivos inconformistas e rebeldes [...] a conflitualidade do passado, enquanto um campo de possibilidade de conhecimentos [...] todo conhecimento é uma prática social de conhecimentos, ou seja, só existe na medida em que é protagonizado e mobilizado por um grupo social [...] é um projeto de aprendizagem de conhecimentos conflitantes com o objetivo de, através dele, produzir imagens radicais e desestabilizadoras [...] educação, pois, para o inconformismo [...] que recusa a trivialização do sofrimento e da opressão e veja neles o resultado de indesculpáveis opções (SANTOS, 2010a, p. 17-18).

Freire (1979) então diz o quanto é importante sonhar, porque o sonho leva a uma nova esperança, a propostas que transformam a sociedade e levam ao inédito viável.

Compreendido desse modo, o ato de sonhar coletivamente constitui-se em atitude crítica de formação que concebe a distância entre o sonhado e o realizado como um espaço a ser ocupado pelo ato criador. Assumi-lo coletivamente abre possibilidades para que se consolidem propostas transformadoras e ineditamente-viáveis. Trata-se portanto de considerar que sonhar coletivamente é uma atitude de formação produto-produtora do inédito-viável (in: FREITAS, 2005, p. 8).

Os líderes das comunidades percebem que as ideias sobre emancipação precisam ser discutidas e cultivadas, inclusive teoricamente, contemplando os dilemas e as perspectivas mundiais da humanidade diante dessa explosão da nova configuração social. Nesse sentido, afirma Zitkoski, “O desafio é a construção de propostas concretas para superar dialeticamente os processos socioculturais desumanizantes, construindo, igualmente, novas bases filosófico-

científicas capazes de orientar um projeto emancipatório de sociedade” (ZITKOSKI, 2004, p. 1).

Oportunamente, para reforçar o que foi dito até aqui, ocorre-nos o texto de Santos, cuja apreciação é a seguinte:

Em meu entender, as representações que a modernidade deixou até agora mais inacabadas e abertas são, no domínio da regulação, o princípio da comunidade e, no domínio da emancipação, a racionalização estético-expressiva. Dos três princípios de regulação (mercado, Estado e comunidade), o princípio de comunidade foi, nos últimos duzentos anos, o mais negligenciado. E tanto assim foi que acabou por ser quase totalmente absorvido pelos princípios do Estado e do mercado. “Mas, também por isso, é o princípio menos obstruído por determinação e, portanto, o mais bem colocado para instaurar uma dialética positiva com o pilar da emancipação”. (SANTOS, 2000, p. 75).

Essa emancipação não tem um fim definido, porque depende e é um conjunto de lutas sociais permanente. Todos os participantes sabem muito bem o que querem e o que não querem (SANTOS, 2011, p. 277).

Também a democracia é uma luta sem fim. Na democracia, faz-se necessária uma hierarquia de representantes, os quais são votados pela sua assembleia. Isso, segundo Santos, ocorre nas três vias onde é constituída uma articulação entre democracia representativa e participativa, (2007b, p. 93), isto é: a) participação e movimentos sociais; b) partidos e movimentos sociais; e c) movimentos sociais entre si. Nesses movimentos há a necessidade de prestação de contas para criar uma transparência e, assim, limitar a corrupção, conseguindo, dessa forma, redistribuição social da receita recebida.

Com essa rápida linha do tempo não se pode esquecer que, segundo Santos (2007b, p. 99), outro mundo é possível, mesmo que seja trabalhoso e não tão preciso, mesmo que tenha um longo caminho a percorrer, mesmo que tenha que ser enfrentado em longo prazo nas suas grandes divisões (...). Freire, todavia, alerta que esse novo mundo só será possível a partir do amadurecimento da consciência em seus níveis individual, comunitário e social. Deve-se despertar para um debate reflexivo que inventarie as necessidades da comunidade e juntos se faça uma caminhada social rumo à emancipação. “O lado político de uma epistemologia dos saberes é a incompletude de propostas políticas e a necessidade de uni-las sem uma teoria geral (SANTOS, 2007b, p. 101)”.

Ao concluir este capítulo, sem nos exceder, e sem buscar todas as bibliografias que nos foram indicadas, acredito termos subsídios para fundamentar o nosso curso realizado em 2015, conforme anunciamos no capítulo II e como detalharemos no capítulo IV, com o objetivo de desvendar o mistério dos saberes, pela linha social com Santos, pela linha política

com Freire e pela linha da libertação com Dussel. Aprendemos um pouco mais, para fazer a nossa caminhada da práxis libertadora mais segura e mais proveitosa.

Essa discussão é um momento de trabalhar a Educação Popular para que a comunidade possa encurtar caminho em busca da Emancipação libertadora das garras dos opressores. Sem dúvida, é para nos ajudar a fazer o desafio da práxis libertadora. Consciente da necessidade de libertação, é preciso se estar atento ao que significa a Educação Popular, aprimorando os saberes populares e científicos, fazendo a troca dos saberes e entendendo com todo o respeito a ecologia dos saberes no nosso bairro, na nossa cidade, no Brasil, na América Latina, dentro e fora das Universidades. Entendemos o caminho da cidadania popular como a possibilidade de democratizar a democracia, com a criação de espaço para dialogarmos com os moradores do Bairro da Lomba do Pinheiro interessados em fazerem parte da formação de lideranças e de aumentar o grupo de pessoas preparadas e com fundamentação teórica para enfrentarem o comando de frentes de trabalho na comunidade. A verdade é que a realidade da comunidade é a de desvendar os que ainda são cegos e ou não querem ver a realidade de bairro periférico de uma grande capital de Estado. A partir do momento em que somos desvendados, não podemos mais ficar acomodados.

Neste sentido, Freire (1997) diz que ninguém se liberta, se educa, se constrói sozinho. É bíblica a frase: “ninguém se salva sozinho”. Essa caminhada foi importante porque não somos mais os mesmos. Este capítulo nos deu teoria e exemplos que nos são necessários durante toda a nossa vida para acompanhar os trabalhos numa comunidade democrática e com a direção voltada para a práxis libertadora. É ali que aproveitamos também a teoria do curso de formação que aplicamos, mesmo que tenhamos nos atido apenas, com maior ênfase, a Freire, Santos e Dussel. Quiçá num futuro próximo possamos alargar este nosso trabalho para outros escritos e autores da linha da Educação Popular e da vida emancipatória das pessoas de periferia de grandes cidades com vistas a uma caminhada libertadora.

Por fim, a revisão teórica deste capítulo nos fundamenta e nos assenta dentro do nosso bairro com empoderamento de base teórica, já nos dando muita segurança para conduzir os trabalhos dentro de uma perspectiva de ver os problemas, julgá-los e agir para superá-los. Evidentemente que sempre acompanhados por nossos vizinhos, ou moradores mais próximos, e que sofrem os mesmos problemas sociais.

A comunidade não é só minha. Ela passa a ser nossa no momento em que entendemos que todos somos iguais, embora possamos ter ideias diferentes, mas abertura para estudarmos as melhores saídas de problemas que afetam a todos os moradores da minha rua, vila ou bairro.

4 CONSELHO POPULAR DA LOMBA DO PINHEIRO E A ESCOLA DE LÍDERES

Em 1981 foi criada a *União de Vilas da Lomba do Pinheiro*, que passou a articular, unificar a comunidade e, conseqüentemente, foram se reforçando as lutas dos movimentos populares de todo o Bairro.

Consta no livro “*A Lomba do Futuro*”, que foi montado pela prefeitura de Porto Alegre, em 2003, falando sobre o surgimento da União de Vilas da Lomba do Pinheiro, como sendo a “primeira entidade a congregar cerca de 17 associações, o que veio a mudar o perfil de atuação política desta extensa região. Esse senso de organização e entusiasmo dos moradores diversificou as atividades realizadas pelas comunidades, levando a Lomba a eleger vários representantes políticos, inclusive para vereadores e deputados.” (CHAGAS, 2003, p. 44).

Como já comentamos, desde os anos de 1960 até hoje, a comunidade da Lomba do Pinheiro fez uma longa caminhada de experiências populares de organização do povo. É claro que experiências muito boas de organização e lutas populares produziram melhorias no bairro, como é o caso do transporte, postos de saúde, formação popular, sanidade, higiene e o quanto ainda falta para fazer na área de educação popular, ambiental e escolar, também na regularização fundiária, na saúde e no bem-estar.

Lembramos o que escrevemos anteriormente: Diante desta caminhada, em 1992, em substituição à União de Vilas, surge uma nova organização para atender as demandas da comunidade da Lomba do Pinheiro. Essa organização é chamada de Conselho Popular. Conseguimos vários dados e os descrevemos na sequência.

A metodologia, portanto, é produzida através de uma epistemologia crítica presente na Educação Popular. Com isso, questões como compromisso ideológico e político no processo de investigação estão indissociáveis, além de objetivar o bem viver de todos através da problematização, reflexão e partilha de saberes. Nesse sentido, a “investigação, a educação e a ação social convertem-se em momentos metodológicos de um único processo dirigido à transformação social” (BRANDÃO; STRECK, 2006, p. 43).

Os dados foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas e de observação participante, bem como acompanhamento dos egressos do Curso de Formação de Líderes. O período da realização da pesquisa compreende os anos de 2014 até junho de 2017. A coleta de dados se deu da seguinte maneira:

- a) Durante os momentos de organização e planejamento do curso;
- b) Durante a realização do Curso (abril a outubro de 2015);

- c) Após a realização do curso, mediante o acompanhamento e entrevistas de oito (8) egressos do curso (até junho de 2017).

As entrevistas foram realizadas individualmente, com data, local e horários combinados com os sujeitos da pesquisa. O tema da entrevista está relacionado com os objetivos da pesquisa e a minha participação foi a de mediador e problematizador. As questões não são únicas, porque os sujeitos ocupam posições diferentes, a saber: antigos moradores, coordenadores do curso de Formação de Líderes e egressos deste curso. Por tais razões, apresento três roteiros diferentes em anexo.

No tocante à Pesquisa Documental, enquanto procedimento técnico (GIL, 1999), destaco documentos que foram usados:

- a) Atas dos encontros de preparação do curso;
- b) Registros dos encontros do curso;
- c) Registros da avaliação do curso;
- d) Atas e registros do Conselho Popular, organizador do referido curso.

4.1 Histórias do Conselho Popular

A nossa construção deste texto se faz a partir do questionário de entrevistas que montamos para a nossa proposta de dissertação para mestrado na Faculdade de Educação da UFRGS, com alguns dos componentes deste Conselho Popular. Junto com componentes do Conselho Popular, fizemos um trabalho de reconstrução da história a partir da sua existência e como este age ainda hoje dentro da comunidade da Lomba do Pinheiro.

Fernanda se orgulha de ter trabalhado na mais antiga das Associações deste bairro, na assistência às crianças que, como já vimos, foi criada em 1956, assim destacando:

“No início, dizia minha mãe, que tudo era ‘mato” [risos]. Era como se fosse uma grande fazenda com seus donos. No caso da Vila São Francisco, onde temos a Associação dos Amigos da Vila São Francisco e Lomba do Pinheiro, ali era uma chácara com poucos proprietários. Havia plantações e tambo de leite. Estes donos das chácaras dividiram suas terras em terrenos e comercializaram. “A Associação dos Amigos da Vila São Francisco e Lomba do Pinheiro surgiu a partir dos moradores e da doação de um terreno para sediar a Associação. Essa associação foi a primeira associação comunitária do bairro”. (Fernanda).

A relação com o Conselho Popular, segundo a moradora Fernanda, está relacionada à questão das lutas populares que começaram desde cedo dentro desta comunidade. Como vimos, uma resposta a essas organizações é a União de Vilas, criada em 1981. De acordo com Fernanda:

“A Associação da Vila São Francisco foi a primeira organização comunitária que se criou”. Depois surgiram outras associações. Essas Associações estiveram na luta por escola, saúde, iluminação, água, esgoto e transporte... Deste passado até hoje a “luta continua”.

Mas, para falarmos e apresentarmos o Conselho Popular da Lomba do Pinheiro, precisamos lembrar, como vimos ao longo do Capítulo 2 deste trabalho, que este bairro sempre teve pessoas de frente que lideraram a organização popular única e que tentavam manter a comunidade unida e forte. Nós entendemos, até aqui, que, de fato, todos os líderes que atuaram neste bairro desde sua origem tiveram êxito.

A comunidade teve seu mérito em participar desta caminhada na perspectiva da Educação Popular, praticando Paulo Freire em vários dos seus livros, como a Pedagogia do Oprimido, Pedagogia da Esperança, Pedagogia da Autonomia e Cartas à Guiné Bissau, fazendo uma caminhada de troca de saberes, de educação libertadora, democrática, participativa e de reivindicação de direitos comunitários que a ela pertencem e que devem ser exigidos da administração pública do Município. Por isso, este é um bairro que sempre se preocupou em ser organizado, apesar das dificuldades enfrentadas.

Para conhecer o Conselho Popular da Lomba, fomos ao encontro de seu coordenador atual, que também foi o coordenador fundador, para nos falar desta história.

4.2 Origem e Objetivo do Conselho Popular da Lomba do Pinheiro

A prática da União de Vilas amadurece a ideia de que se faz necessário uma coordenação, e se pudermos comparar, ao abrir um guarda-chuva, têm-se o cabo e as hastes. Um guarda-chuva aberto se torna um abrigo do sol e da chuva. Mas, se formos aplicar esse símbolo na nossa comunidade, parece-nos bem compreensível que uma coordenação precisa ser organizada para manter essa união.

Cria-se então o Conselho Popular de todas as entidades do Bairro que, na nossa comparação, é quem segura o cabo do guarda-chuva. A União de Vilas tem agora um

Conselho, o qual é o Centro do comando e faz com que, apartidariamente, todos caminhem juntos e, se alguém precisar de ajuda, o Conselho convoca a todos para o devido trabalho.

Entre os principais Movimentos Sociais e Organizações Populares, ou entidades que atuam efetivamente junto ao Conselho Popular da Lomba, estão⁸:

a) Associações das Vilas: Cada uma tem sua organização interna e estatuto próprio a partir da demanda e necessidades próprias. Preocupam-se com o seu bem-estar e se unem para buscar melhorias a fim de que todos os seus moradores possam bem viver. Buscam o Conselho Popular para reivindicar forças e combinar sanar necessidades do Bairro. Por exemplo, quanto a transportes coletivos e suas combinações de horários de atendimento e a proporção de número de carros necessários para atender o bairro. A Associação de Vilas encaminha, posteriormente, as demandas ao Conselho Popular.

b) Educação do Bairro: **1) Escolas** – Em 2000, com a ajuda do Conselho Popular, foi trazido o Ensino Médio até a Lomba do Pinheiro. **2) Creches** – funcionam conforme a sua intenção de atender as necessidades da demanda por região dentro do bairro e com a devida aprovação junto aos Órgãos Públicos. Essas se unem às Escolas e às áreas de lazer, com a combinação feita junto ao Conselho Popular. **3) Áreas de Lazer:** São áreas de esporte, de convívio de todos enquanto cumprem seus objetivos. O Conselho Popular entra em ação quando em algum desses espaços está sendo usado erradamente e não para o seu objetivo.

c) Conselho Distrital de Saúde: objetiva que toda a população do bairro tenha o seu devido e melhor atendimento médico. Que todos tenham acesso aos seus medicamentos e que o bairro seja atendido pelo Conselho Municipal de Saúde. Se necessário, busca pelo Conselho Popular a força de chamar a Prefeitura a dar conta das necessidades do Bairro.

d) Conselho de Segurança: Sempre voltado para a Segurança do Bairro quanto à depredação, assaltos, riscos de vida, sinalizações, controle de fluxos de carros, nas residências, nas escolas, nas áreas de lazer, encontros festivos, entre muitos outros que não nos ocorrem no momento. É o caso de ajudar os haitianos que vieram para este Bairro, os quais precisam ser protegidos e acolhidos por esta comunidade.

e) Conselho Regional da Assistência Social: Ninguém pode ficar sem sua residência e, tampouco, sem agasalho e comida. Nenhuma criança pode ficar fora de sala de aula. Ninguém pode ficar sem emprego e acesso à renda mínima. Esse é o papel do conselho, apoiar as famílias e pessoas no Bairro que demandam essas necessidades básicas.

d) Horta Comunitária: Fundada em 2003, pelo Conselho Popular, hoje com outro perfil,

⁸ Optou-se deixar de forma integral os principais Movimentos Sociais e Organizações Populares da Lomba do Pinheiro.

apenas recebe o apoio desse conselho, assim como o fez recentemente, quando estava sendo ameaçada para a construção de uma avenida cortando essa área ao meio, em 2015. Com a ajuda do Conselho Popular, o prefeito foi informado e sustou a obra. A Horta é um espaço de encontro dos que se ligam à terra, à natureza e para orientar quem não conhece esse meio natural e saudável de produzir alimentos.

e) Centros Religiosos: O Conselho Popular foi criado com a força especial da Igreja Católica, que era, em 1992, a mais organizada deste bairro. Hoje, todos os movimentos religiosos do bairro se unem ao Conselho Popular permanentemente, garantindo a sua força em nível de bairro. Em cada movimento que acima citamos, encontram-se membros da comunidade que também têm crença religiosa e, a partir dela, buscam uma vida de comunidades unidas, apaziguadas, com direitos iguais garantidos.

A pretensão é que haja bem-estar e boa convivência na comunidade deste Bairro. Todas as pastorais que estão dentro de cada uma das Igrejas que acima citamos fazem a diferença e têm o Conselho Popular como um guarda-chuva que abriga todos os moradores, sem exclusões.

“O Conselho Popular surgiu da organização de várias lideranças comunitárias porque havia a necessidade de unificar a luta na Lomba do Pinheiro. O Conselho Popular é como se fosse um guarda-chuva que acolhe todas as organizações populares do bairro. Por isso vejo que o Conselho Popular é uma organização formada pelas diferentes frentes de trabalho da Lomba do Pinheiro, cada uma com representantes nele, que trabalha com o coletivo e não está localizado numa vila ou região, é de toda Lomba do Pinheiro”.
(Fernanda)

Junto com o Giovani que, como já apresentamos, foi o Coordenador Fundador do Conselho Popular da Lomba do Pinheiro e, agora, novamente exerce esta árdua função, o entrevistado G2 nos mostra essa história a partir de seu conhecimento e da documentação que está arquivada: atas, regimento, fotos, registros e outros.

Está no Regimento do Conselho Popular da Lomba do Pinheiro (que se encontra anexo neste trabalho), que esse terá duração indeterminada e tem por objetivo congregar as forças vivas – tipo: Associações de Moradores, entidades, comissões de ruas, Clubes de Mães, fóruns, conselhos paritários, movimentos sociais e indivíduos que lutem por melhorias para a região da Lomba do Pinheiro, mediante ampla participação da população, defendendo todos os interesses coletivos, para o desenvolvimento e a qualidade de vida dos moradores em geral.

Esses objetivos serão atingidos com a apresentação de propostas de superação de problemas pela Coordenação, a qual articula reivindicações e fortalece demandas de segmentos organizados, quando necessitar. Contribui, também, para ampliar a consciência crítica das pessoas, procurando romper com o individualismo, o bairrismo e todas as formas de discriminação. Não substitui e nem tira a autonomia das demais instâncias organizadas, agindo, quando necessário, na ampliação do fortalecimento das lutas em benefício ao conjunto da região.

O Conselho Popular foi fundado em 14 de fevereiro de 1992. Substitui as articulações que eram desenvolvidas pela então “União de Vilas” ativas em várias regiões da Capital Gaúcha, desde a década de 1970, e que, na Lomba do Pinheiro, foi fundada em 1981. Tem caráter amplo, do ponto de vista político-ideológico partidário e religioso, cujas diferenças existentes servirão para proporcionar maior riqueza para a luta popular e devem ser encaradas como elementos de superação e não de dificuldades. O Conselho será igualmente amplo do ponto de vista da participação de representantes das forças vivas e por pessoas individualmente interessadas, cujo espaço é destinado às disputas dos verdadeiros interesses coletivos, em busca de melhorias e de qualidade de vida aos moradores da região.

Nesse Conselho, como vimos, todos têm lugar e ninguém está excluído. O trabalho é apartidário e voltado para o bem da comunidade. Em todas as reuniões e trabalhos, sempre são combatidas as tendências com benefícios a privilegiados.

“Dentre as suas competências, estão: a de planejar, elaborar plano de trabalho, programas, com propostas direcionadas ao desenvolvimento do conjunto da região, a partir das demandas e reivindicações priorizadas pelos atores sociais e moradores; representar os interesses da região da Lomba do Pinheiro e adjacência junto ao poder público e demais instâncias, seja em nível municipal, estadual ou federal; contribuir para a superação das rivalidades entre indivíduos, das forças vivas da região e vilas da Lomba do Pinheiro e adjacência; reforçar a luta das entidades, grupos em defesa de direitos, instituições, fóruns, movimentos sociais locais, sem substituí-los, mas ampliando suas lutas para o conjunto da região da Lomba do Pinheiro; e, organizar seminários com temas variados, cursos de formação, eventos em geral, em prol da região e de seus participantes (Giovani)”.

No Regimento do Conselho Popular da Lomba do Pinheiro⁹ consta que esse é composto pelas seguintes instâncias:

⁹ Em se tratando do Regimento do Conselho Popular da Lomba do Pinheiro, optou-se em deixar na íntegra o documento, para uma melhor clareza na leitura.

1 – **Coordenação Geral:** integrada por Coordenador e Vice-coordenador; primeiro e segundo secretários, um membro de cada comissão constituída quando houver e será eleita em Assembleia de Representantes. Suas atribuições são:

- a) Representar as instâncias do Conselho Popular, em qualquer esfera e segmentos, em benefício geral das suas demandas e reivindicações gerais da região;
- b) Convocar e instalar, pelo Coordenador Geral, reuniões ordinárias e extraordinárias das instâncias do Conselho Popular;
- c) Deliberar e executar pautas da sua competência, bem como ações designadas pelas demais instâncias – Assembleia de representantes e assembleia geral;
- d) Coordenar reuniões e encaminhar deliberações aprovadas por essas;
- e) Divulgar ações do Conselho Popular da Lomba do Pinheiro através dos meios de comunicação escrito, falada e/ou outras ferramentas.
- f) Emitir ofícios e documentos necessários aos órgãos públicos contendo suas reivindicações e demandas, bem como mantê-los sob arquivo e guarda as cópias, bem como dos demais documentos e suas atas com listas de presenças.

2 – **Assembleia de Representantes:** convocada e instalada com pauta definida previamente pela Coordenação Geral, composta por representantes das forças vivas em funcionamento na região da Lomba do Pinheiro. Tem como atribuição:

- a) Aprovar o Estatuto, Regimento interno e outros documentos de amplitude geral;
- b) Eleger a Coordenação Geral e suas comissões;
- c) Deliberar por ações de amplitude geral da região e que não diz respeito somente a questões específicas de uma vila ou outra, em qualquer política pública, tais como: transporte, educação, saúde, assistência social, segurança, meio ambiente/ecologia, cultural, moradia, etc;
- d) Aprovar planejamentos, plano de metas, programas, projetos, bem como, realizar avaliações das ações do Conselho Popular.

3 – **Assembleia Geral:** convocada e instalada com pauta definida previamente pela Coordenação Geral, composta pelas entidades, grupos em defesa de direitos, instituições, fóruns, movimentos sociais locais que lutem por melhorias da região e por todos moradores interessados. Suas atribuições são:

- a) Apoiar as deliberações da Coordenação Geral e Assembleia de Representantes, fortalecendo ações frente demandas de ordem regional e não atendida pelo poder público;
- b) Pressionar o poder público em geral em benefício da região da Lomba do Pinheiro;
- c) Aprovar pautas de reivindicações gerais.

Giovani também ressalta que, nesses espaços do Conselho Popular da Lomba do Pinheiro, qualquer autoridade municipal, estadual ou federal poderá participar das reuniões, porém, não poderão fazer campanha eleitoral. No entanto, isso não se aplica no caso do próprio Conselho Popular, que pode realizar atividades para esse fim, como, por exemplo: debates com candidaturas, reuniões reflexivas sobre programas, etc.

Como Metodologia de Trabalho¹⁰, o Conselho Popular da Lomba do Pinheiro se desenvolve na seguinte dinâmica:

¹⁰ Como Metodologia de Trabalho do Conselho Popular da Lomba do Pinheiro, optou-se em deixar na íntegra o documento, para uma melhor clareza na leitura.

- a) Toda ação do Conselho Popular será reconstruída a partir da(s) luta(s), ou seja, realizar, refletir e avaliar e tornar a fazer com mais qualidade, evitando começar da “teoria”.
- b) Deve estar presente nas comunidades e em todas as organizações populares, de forma regular, para ouvir e participar dos debates promovidos;
- c) Suas reuniões poderão ser realizadas em sua sede ou em comunidades de uma das microrregiões definidas na região;
- d) Deverá buscar o consenso a partir das diferentes posições existentes em seu interior;
- e) Sempre que um assunto tiver posições diferentes devem-se esgotar os argumentos e a síntese do mesmo, após todos os esclarecimentos, deve ser defendida por um representante de cada posicionamento e depois votado pelos presentes, sendo a posição com a maior adesão, a vencedora;
- f) Toda reunião se inicia com a apresentação da pauta, debate com tempo determinado de cada ponto e aprovação dos seus encaminhamentos, e assim, da mesma forma, com os demais pontos de pauta seguintes;
- g) Deverá ser referencial de LUTA, DE ALGUM SÍMBOLO, DE LIDERANÇAS COLETIVAS e deverá ter prédio que se transforme em uma referência também;
- h) As reuniões terão pautas curtas e serão organizadas para que sejam reuniões objetivas e com consequências nas deliberações;
- i) Sempre buscará mecanismos que proporcione critérios de resoluções em que agregue o maior número de participantes nas suas decisões.

A área de atuação¹¹ do **Conselho Popular da Lomba do Pinheiro** dar-se-á pelos seguintes critérios:

- a) O Conselho Popular se relacionará com o parlamento municipal, estadual e demais esferas, bem como com todos os níveis de governos e instâncias Geograficamente participarão todas as entidades e forças vivas da região da Lomba do Pinheiro e adjacência, que desejarem e tenham atuação local nesse perímetro, bem como em outras esferas de unidade da federação nacional que por ventura interfira direta ou indiretamente na qualidade de vida dos moradores da região.
- b) Apoiará e atuará em todas as lutas e organizações que de alguma forma tenham relação com as necessidades e interesses da região da Lomba do Pinheiro, ou que tenha concernência com alguma demanda pontual em benefício dela.
- c) Suas lutas serão de cunho reivindicativo e social, de promoção e defesa ao crescimento regional e individual dos seus moradores, tais como: luta por emprego, contra a carestia, em defesa da qualidade de políticas públicas, na área da saúde, educação, saneamento básico, transporte, cultura, lazer, moradia, meio ambiente/ecologia, escolas de samba, etc., bem como, contra toda forma de discriminação e preconceitos.

O Conselho Popular¹² da Lomba do Pinheiro terá o seguinte funcionamento:

¹¹ Sobre a área de atuação do Conselho Popular da Lomba do Pinheiro, deixou-se na íntegra para uma melhor compreensão.

¹² Sobre o Conselho Popular da Lomba do Pinheiro, optou-se em deixar de forma integral o escrito.

- a) Suas reuniões da Coordenação Geral e de Representantes ocorrerão quinzenalmente, de preferência na primeira e terceira quarta-feira do mês e em horário noturno, privilegiando o maior número de participantes; ocorrerão, no entanto, reuniões extraordinárias, sempre que se julgar necessária.
- b) Os locais da reunião se darão, ordinária ou extraordinariamente no endereço contido no parágrafo único do artigo primeiro deste Estatuto, e/ou descentralizada conforme demandado por alguma instituição ou microrregião instituída no bairro.
- c) Para melhor facilitar suas ações, podem ser criadas Comissões pertinentes a alguma política específica, como: Comissão de Transporte, Comissão de Educação, de Meio ambiente, etc. ou Grupo de Trabalho para aprofundar ou desenvolver alguma ação específica e com curto período de tempo.
- d) A convocação de seus eventos, atividades ou reuniões, se darão da forma mais ampla possível e sem seletividade de participação, trabalhando na pluralidade.
- e) Buscará mecanismos de divulgação das suas ações, como: boletim informático da sua própria produção, jornais de bairro ou de grande circulação, mídia falada ou televisiva, blog, redes sociais, etc.
- f) As Assembleias Gerais serão demandadas nas reuniões da Coordenação Geral e de Representantes, sempre que se entender necessário e em dia e local deliberados por esses.

Portanto, é o Conselho Popular que vai fazer, dentro do seu regimento, o possível para que, no Bairro, todos os trabalhos se voltem para o atendimento à população. Com a organização dos trabalhos que devem ser feitos pela Coordenação, no regimento mostra-se a metodologia deste trabalho. O Conselho precisa estar sempre ciente de que ele deve ser a ponte segura na comunidade e se relacionar em nome da sua representação com as instâncias maiores a nível municipal, estadual e até federal, nunca se esquecendo de reunir sua base para ouvir os acontecimentos, dificuldades ou glórias, coordenar debates entre todos e manter unidas todas essas forças.

Para que a comunidade tenha um grupo com capacidade coesa, percebeu-se que havia a necessidade de capacitação dos dirigentes e abertura de espaço para outros membros da comunidade que quisessem participar das atividades do Bairro como líderes comunitários. No nosso Bairro, já é normal que haja convocações para participação de palestras e atividades da comunidade, nem sempre para cursos ou palestras de formação, mas para reuniões de trabalho de cada frente e com representantes dessas frentes com o Conselho Popular da Comunidade.

Surgiu a ideia dentro do Conselho Popular de organizar um curso de formação de Lideranças. Esse Curso foi projetado para alcançar as lideranças de todo o Bairro, para que todos possam ampliar seu trabalho na comunidade. Também esse curso foi projetado para uma capacitação dentro da Conjuntura em que vivemos, para que os líderes tenham uma fundamentação teórica por pessoas capacitadas, e com temas pertinentes ao uso na direção das frentes de trabalho em que esses líderes participam e precisam conduzir e responder aos demais e até os representar. Essas forças capacitadas também são procedentes das Universidades, do Estado e do Município.

4.3 O Curso de Formação de Lideranças e sua proposta

Vimos, ao longo do capítulo dois deste trabalho, o quanto, na Lomba do Pinheiro, preocupa-se com a formação, com a educação popular e escolar e com o bem-estar de sua comunidade, desde a prática da boa vizinhança, ainda quando era um ambiente rural, ao respeito que todos os moradores tinham um pelo outro. Sempre foi possível a prática de bons diálogos, trocas de experiências, do cultivo da terra e até as melhorias na infraestrutura para a comunidade. Vimos que, na Lomba do Pinheiro, sempre estiveram à frente dessa comunidade pessoas dedicadas e, por isso, tentaram estar capacitadas para que toda a população pudesse crescer e se libertar das amarras do abandono social, local como em âmbito geral e diante da Administração Pública Municipal.

Esse clima de interajuda conduz para que todos se unam para aprender e participar das chamadas para troca de experiências e propostas de ações comunitárias, sempre designando alguém como coordenador das tarefas a serem por todos feitas. Inclusive para fazer cursos eram indicadas pessoas que já demonstravam conhecimento no tema proposto, para que pudessem trazer informações mais esclarecidas para a comunidade e fazer, então, a capacitação dos moradores locais.

Mas percebe-se que, no decorrer dos anos e de modo muito especial a partir dos anos 90, com o advento da Informática, da evolução dos meios de comunicação social e do aumento das propostas de opções de consumo da humanidade, diminui muito o espírito de participação na comunidade local. O Conselho Popular percebe que a renovação de pessoas na frente dos trabalhos comunitários sofreu um grande prejuízo de força de trabalho. Mas a comunidade permanece, os problemas continuam e aumentam e os que estão à frente começam a se sentir cansados ao ponto de dizerem nas reuniões que, se não houver substituto, será fechada a frente de trabalho. A grande chamada do Conselho Popular é, então, a tentativa de convidar a comunidade a se capacitar, convidando não só os que estão à frente de trabalhos, mas os que tiverem interesse em se capacitar ou se apoderar de conhecimento teórico e de estrutura de conjuntura social para fazerem parte desses que garantem o bem social na Lomba do Pinheiro.

O Curso de Formação de Lideranças, como diz Tavama, Diretora do Colégio Guerreiro Lima deste bairro, “a ideia do curso surgiu a partir de um diagnóstico de que não estava havendo a renovação de lideranças na região. E, nesse sentido, fazia-se necessária a formação qualificada de pessoas da região para que pudessem ter uma intervenção no movimento mais propositiva e consciente.” O Curso realizado é mais um trabalho proposto,

mais uma possibilidade oferecida à comunidade do Bairro, com a intenção de capacitar mais moradores e dirigentes de organizações aqui existentes pelos componentes que dirigem este Conselho Popular.

Vamos ver então os pareceres de alguns dos componentes do conselho Popular da Lomba do Pinheiro referentes a este trabalho de Formação de Lideranças.

Esta é uma história longa, mas, resumidamente, foi em conversas com Geovani. Falei para ele de construirmos um projeto de formação de lideranças. Fomos amadurecendo a ideia. Sentamos juntos e depois convidamos outras lideranças para discutirmos a ideia. Colocamos tudo no papel, fizemos reuniões e nasceu o projeto piloto chamado de Escola de Lideranças. (Giovani).

Giovani diz: O Curso de Formação para Lideranças da Lomba do Pinheiro é uma iniciativa promovida pelo Conselho Popular, a partir de um projeto denominado “Escola de Lideranças – A troca de Experiências como Exercício do Aprender”. Teve sua inserção no segundo semestre de 2009, cujo objetivo era possibilitar às lideranças populares da Lomba do Pinheiro formação prática e teórica, para aprimorar a intervenção nas lutas sociais. Além de partilhar experiências significativas da luta popular como exercício de aprender o melhor caminho de intervir nas lutas em benefício do povo da Lomba do Pinheiro; aprimorar o planejamento das lutas no sentido de torná-las mais eficientes; e refletir e escolher quais as melhores ferramentas das lutas populares.

Nessa primeira edição, foi proporcionado o seguinte conteúdo:

- a) Categorias para uma análise de conjuntura (onde estamos?);*
- b) A mística das Relações Sociais e pessoais na ação interventiva do protagonismo da liderança popular (quem somos);*
- c) Reflexão/Ação/Reflexão: metodologia do trabalho da liderança e os instrumentos interventivos – da teoria a práxis (como fazemos?); e,*
- d) Os processos de um planejamento – Por que, quando e como planejar.*
(Por solicitação, o curso foi reeditado em 2015).

Tavama lembra que, com o propósito de montar e organizar o curso de formação de líderes, Edição 2015:

... reunimos uma comissão de lideranças, contando, também, com a preciosa ajuda do CPCA e do Instituto de Ciência Fiscal. Fizemos várias reuniões, algumas aqui mesmo em minha escola, para discutirmos o conceito, a formação e a estrutura dos encontros, Se não me engano, todo este processo levou uns 4 meses, da concepção à realização (Tavama).

Pelas palavras da entrevistada Tavama, percebe-se a importância do trabalho em grupo para a organização de formação de líderes, de pessoas com percepção dos problemas locais e com sensibilidade e espírito de luta e doação para a concretização do bem comum e de melhorias para todos os membros da comunidade.

4.4 Organização do Curso de Formação de Lideranças na Lomba do Pinheiro

O Curso se desenvolve a partir da demanda dos coletivos, da parceria de professores das escolas públicas e de universidades e também das lideranças.

Para Giovani: Os cursos de formação para lideranças da Lomba do Pinheiro são programados, primeiramente, por priorização dos temas a serem abordados ao público alvo. Este conteúdo amplamente debatido com a coordenação do Conselho Popular é avaliado e estabelecido a dinâmica, os palestrantes que ministrarão as aulas, período e local. Após a metodologia estabelecida, é desenvolvido o processo de inscrições, priorizando o público alvo da região, mas disponível a outros interessados. A divulgação ocorre em reuniões dos seguimentos organizados da região, através das redes sociais e no blog do Conselho Popular (<http://cplombadopinheiro.blogspot.com.br/>). Quanto ao custo para o curso ocorre de forma gratuita e por parcerias estabelecidas com seguimentos da iniciativa privada e universidade. Em dois cursos a UFRGS foi uma das grandes parceiras nesse processo de formação. Eles sempre ocorreram com momentos lúdicos, onde a transmissão e trocas de conhecimentos também se deram a partir da animação de músicas temáticas puxadas ao som de gaita e violão, o que deixou os encontros leves e descontraídos.

4.5 Avaliação do curso de formação de líderes pelos Gestores

A avaliação dos Gestores do curso de formação de Lideranças, na sua edição de 2015, também foi muito importante quanto a limites, avanços e possibilidades. Essa avaliação é uma observação de quatro dos gestores deste curso, baseado nos depoimentos dos participantes na

última hora antes do encerramento, quando tiveram a oportunidade de falar do composto do curso desde as horas a ele dedicadas até os conteúdos que tiveram a oportunidade de debater e vivenciar junto com os explicitadores, conforme o programa proposto. Também teremos oportunidade de ouvi-los no capítulo cinco deste trabalho. Em síntese, os gestores disseram:

Limites: Em alguns momentos, os temas estão ficando relacionado às questões imediatas e de conjuntura e não se aprofundam temas estruturais.

A Avanços: Vejo que é um espaço potente no que se refere à organização popular, discussão e de aprendizagens coletivas. Possibilidades: Tornar-se um movimento de formação política (Fernanda)

Na minha opinião, o Curso atende a uma necessidade muito grande de preparar o maior número possível de lideranças para a luta social por direitos que são travadas na região da Lomba do Pinheiro. Nas edições em que participei, os avanços foram na ampliação dos temas abordados, desde a análise da realidade até o tema da Justiça Fiscal. Como limite, vejo como desafio a capacitação de novas lideranças, especialmente jovens, pois o curso atinge, ainda, as lideranças que já estão atuando há mais tempo. (Rui).

A avaliação feita pelos participantes dos cursos realizados foi de excelente aceitação dos conteúdos, dos professores e da metodologia adotada. Os limites desse processo de formação também podem ser registrados e analisados. No que tange às possibilidades, podemos dizer que os cursos ministrados proporcionaram, pelos aspectos do contexto das correlações de forças estabelecidas, (o que se dá de forma natural em qualquer ambiente onde interagem pessoas, grupos e instituições), que é o caso de determinados líderes que deixaram de participar por “preconceito” ao achar que os encontros tinham enfoque político partidário. Razão pela qual eles perderam muito, pois os eventos foram ministrados de forma isenta e plural. Os avanços do Curso se deram na medida em que a dinâmica dialógica foi estabelecida na metodologia, alicerçada nos preceitos de Paulo Freire, onde tínhamos a partilha de experiência como exercício do aprender, que foi uma das oportunidades de poder conhecer o contexto de uma realidade dialeticamente. Inspirado, portanto, no que refere o mestre Paulo Freire, “Não há docência sem dissidência, quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (Freire, 1996). Foi importante o “enlargecer” à visão de mundo de forma crítica e incentivadora à melhor forma de intervenções dessas lideranças nas lutas sociais em que estão imbuídos em benefício da qualidade de vida das suas comunidades, do bairro da cidade e numa visão de conjunto da Conjuntura social, política e econômica do país como um todo. Portanto, as avaliações positivas constatadas nesses cursos de lideranças são medidas a partir do desejo deles com novas edições e a propagação feita junto aos demais que não participaram (Giovani).

Limites: não conseguimos envolver o público que mais almejávamos, que era a juventude.

Avanços: a qualidade do curso e da participação foi muito boa, inclusive na avaliação dos próprios participantes.

Possibilidades: realizarmos uma nova edição, mas tentando renovar o público atingido (Tavama).

Sendo assim, os gestores, provocados a falar sobre Avaliação do curso de formação de Líderes, apontaram limites e avanços, ficando muitos aspectos positivos. O limite mais evidente foi o não alcance dos jovens para essa formação como se pretendia. Já nos aspectos de avanços, o curso veio ao encontro do que se esperava, inclusive, sugerindo nova edição.

4.6 Participação Universitária

Este foi um grande objetivo de uma utopia viável, possível nas palavras de Freire, que foi o contato com a Universidade e contar com a sua participação. A parceria com as Universidades nessa experiência da formação de lideranças foi de altíssimo destaque. Essa parceria impôs o respeito de um conteúdo refinado, que também encheu o participante de orgulho e satisfação por ter tido oportunidade única de ser coroado gratuitamente por explicitadores altamente capacitados.

A UFRGS, a partir do curso de Serviço social, tem participado das atividades da Lomba para discutir a relação política social e dos Movimentos sociais. (Fernanda).

Nas edições mais recentes, tivemos uma boa parceria com a UFRGS, o que proporciona maior rigor científico na análise da realidade e da complexidade dos temas que se apresentam em nossa luta social. (Rui).

A parceria da Universidade ocorreu de duas maneiras: uma a partir da inserção dos alunos do curso de Serviço Social da UFRGS que participaram das aulas como processo do desenvolvimento acadêmico; e, a outra maneira foi com adaptação do curso com modelo de extensão Universitária, cuja certificação para os participantes foi proporcionada nesse viés. Sobretudo, com a importante parceria conjugada com a

universidade, que foi contribuição significativa do Centro de Estudos Internacionais sobre Governos (CEGOV); a Receita Federal e a Secretaria da Fazenda do Estado do RS (SEFAZ), o Programa Municipal de Educação Fiscal de Porto Alegre (PMEFPA) e o Instituto de Educação Fiscal (IJF). Esse casamento entre essas instituições foi, sem dúvida, o grande diferencial para a excelente qualidade nesse processo de formação e, significativamente, de grande aprendizado aos que acompanharam as aulas (Giovani).

Foi muito boa a participação da Universidade. Mas ainda acho que é uma troca desigual, embora válida, onde os universitários aprendem mais conosco do que nós com eles (Tavama).

Aqui os entrevistados relatam suas experiências com a universidade, pontuando ser de grande valia a participação da UFRGS a partir do curso do Serviço Social.

4.7 Crise Política, formação de lideranças e o pós-curso – reflexos de um país em crise

Em 2015, durante o nosso curso de formação de Lideranças, a crise política brasileira alcançou níveis críticos de ameaça à democracia e às conquistas sociais até então alcançadas. O Conselho Popular, mesmo fazendo um trabalho isento de manifestação político partidária, por vezes, parecia ser mal entendido e acusado como o sendo. Em momentos, os debates se voltavam com maior força ao pedido de a Presidente Dilma não renunciar ao Cargo. Como Giovani comentava anteriormente, teve até desistências por conta da interpretação errada quanto à condução dos debates, tendo-os como direcionados partidariamente.

A crise política economia do Brasil não é só econômica, é social também. Avalio que esse tema deve estar no currículo dos cursos da Escola de Lideranças. A política nacional afeta a municipal e isto parece não ser compreendido nas comunidades, infelizmente. Assim, a questão das reformas econômicas são temas que deveriam estar presentes no cotidiano do trabalho das lideranças. Por outro lado, a capacidade de divisão da classe trabalhadora via reformas econômicas e políticas de governos de direita são enormes, o que divide a luta e pode ter relação com a crise de Lideranças, principalmente com as incertezas políticas, com desconfianças surgidas dos problemas políticos. (Fernanda).

Vejo que vivemos uma crise profunda em vários aspectos da vida humana, desde a econômica até a própria dimensão da subjetividade, dos objetivos e finalidades da própria existência humana e o seu papel no mundo. A crise política brasileira se insere num contexto mundial, de desvalorização do que é público, de despreocupação com o bem comum e com o destino do nosso planeta. No Brasil, o agravante é que temos uma elite e classe média extremamente egoísta, preocupada em defender privilégios que sempre tiveram na estrutura do Estado. Além disso, temos uma crise de representatividade nos parlamentos, eleitos através do financiamento de grandes empresas que depois cobram o seu preço. O peso e a influência da grande mídia, que aliena e distorce a realidade, faz com que as mudanças se tornem quase impossíveis. Daí o reflexo no surgimento de novas lideranças, capazes de uma leitura diferente do que está acontecendo no Brasil e no mundo (Rui).

A crise política, que ora toma por assalto o contexto da conjuntura nas três esferas de poder, afeta por demais os novos paradigmas em que as lideranças atuais estão envolvidas. Em nível nacional, são embebecidas pela lógica midiática que anestesia de forma danosa, a partir de notícias seletivas e parciais, sem que os possibilitem, em boa medida, fazer uma análise crítica do contexto em que somos levados com “reformas e mais reformas que afetam diretamente a precarização dos trabalhadores e a supressão de direitos duramente conquistados pelas lutas sociais”. Em nível Estadual, não é diferente. O velho jargão de que não se “deve discutir política, futebol e religião”, parece ser o mote em que deixam as atuais lideranças sem a devida tomada de posição frente aos descasos e desmontes das políticas públicas vigentes. Terminam se embrenhando em uma lógica de ativismos pelo imediatismo paliativo, sem se enfronhar em lutas estruturais da sociedade. No contexto municipal, o agravante é mais explícito. São tomados por cooptações pelo clientelismo das demandas pleiteadas e que terminam não sendo agentes pressionadores e desses modelos de gestão. Por fim, terminam, em grande maioria, saldados de candidaturas eleitorais como cabos eleitorais, que os enxergam com potenciais detentores de “Capital social”. O Curso de Formação, portanto, visou fazer o caminho inverso dessa lógica. Buscou instrumentalizá-los para uma tomada de consciência diante dessas realidades desafiadas pela conjuntura e proporcionando o exercício de uma cidadania emancipatória, que busca a construção de uma sociedade mais justa, solidária e onde a luta não se limita apenas ao redor da sua órbita do quintal em que habita, mas para uma ótica de conjunto e para uma ampla visão crítica de mundo e da sociedade como um todo (Giovani).

A Crise Política em nosso País, Estado ou Município em relação com a crise de lideranças está totalmente vinculada. Vivenciamos um período de retrocesso de direitos, de políticas sociais sendo desmanteladas e da estrutura do estado sendo sucateada. Esses fatores desmotivam a participação, pois não se tem uma concretude ao final das lutas e discussões. Só tendo muita consciência política para continuar no movimento, não são todas as pessoas que se motivam a só reclamar, denunciar e fazer diagnóstico. Temos que entender isto. Por isto a formação é fundamental. Para que mais pessoas se vinculem a estas tarefas, que são tão importantes quanto uma “rua asfaltada” (Tavama).

Através dessas falas, podemos perceber como a crise política, social e econômica que atinge o Brasil acaba interferindo nas mais diversas instâncias dos movimentos populares e sociais, terminando com as utopias sociais de um mundo melhor e verticalizando os debates por meio da manipulação e de promessas midiáticas.

4.8 A importância de formar novas lideranças

Aprendemos, durante a nossa vida, que sempre é necessários termos pessoas que nos representam. Essa é a lógica de uma democracia representativa como a nossa, em que escolhemos os nossos representantes em diversos e variados níveis.

Na nossa administração local do Conselho Popular da Lomba do Pinheiro, em que não ganhamos financeiramente para realizar este trabalho, fazemos um revezamento frequente para não sobrecarregarmos ninguém e não ficarmos com o compromisso de nos mantermos ligados às administrações públicas. Muitos se sentem incapacitados para esse trabalho, muito embora sejam até pessoas esclarecidas e cultas.

Nesse sentido, dá-se a importância da formação e capacitação para os atuais e novos líderes. Isso fica evidente na fala dos entrevistados, quando eles manifestam que:

Formação de novas lideranças é para mim formação política. Ser liderança, neste contexto, é ser um mobilizador. (Fernanda).

É imprescindível o surgimento e formação de novas lideranças. Por quê? Porque somente os movimentos sociais populares organizados é que podem renovar a política, para que ela

esteja a serviço das reais necessidades das pessoas, do meio ambiente e do bem comum. Sem movimentos organizados, não há democracia e não há esperança, pois entregamos nosso destino à mão cruel do mercado que visa o lucro e o privilégio dos mais fortes. Para mim, ser liderança é, sobretudo saber escutar e ter a sensibilidade para perceber as necessidades e as virtudes de um grupo e das pessoas que essa liderança coordena. Liderança deve ser uma pessoa extremamente democrática para organizar as ações conforme as demandas do grupo e não conforme alguma ideia 'iluminada' do próprio líder (Rui).

A formação de novas lideranças contribui para a renovação de quadros nas lutas sociais, para ampliar novos atores sociais e oxigenar e criar sangue novo no movimento popular. Sobre a conceituação de Liderança em uma comunidade ou nas lutas sociais, são todos os que, de uma forma ou outra, se destacam por sua condução nas ações coletivas em busca do bem comum. Que sabem lidar de forma plural e convive com as diferenças sem impor sua posição de opinião. Sabem ouvir e encaminhar soluções de forma mediada e construída, de maneira positiva ao bem comum, pela vida e qualidade social e justa para todos. Há o líder nato que se manifesta de maneira natural, o líder despertado que se constitui pelo forjamento das lutas e os que se somam aos demais na busca de objetivos comuns. A liderança surge como uma necessidade imperiosa na condução das reivindicações e nas discussões dessa comunidade e no auxílio às pessoas que fazem parte do grupo a exercerem sua cidadania de modo ativo. Num contexto geral, a partir do dia-a-dia da militância é possível identificar a prática de três tipos de lideranças nos movimentos sociais: 1) o autoritário – que são aqueles que levantam o problema, emitem as suas ideias e deliberam sem proporcionar o debate. Só levam em conta sua própria opinião, não dando abertura para contribuições de outros companheiros de militância na reunião. 2) O democrático – tem a dinâmica de abrir a reunião, explanando os objetivos da reunião, ordenando as prioridades de assunto, administrando inscrições e tempos de fala e dando o espaço ao debate e clareza nos encaminhamentos com a opinião do que for eleita melhor para a maioria. Esse tipo de liderança acredita que a opinião de todos é importante para o resultado final de qualquer pauta de uma reunião. Sabe respeitar o contraditório e se comporta de forma leal com seus pares. Tem bom relacionamento interpessoal e o reflexo de suas atitudes está na cordialidade e contribuições positivas com seus companheiros nos processos decisórios. Ouve mais do que fala. Participantes de uma reunião ou seguimento reconhecidas por esse perfil de liderança, e principalmente, “ouvidos”, sentem-se muito mais abertos e receptivos aos chamados, motivados e costumam dar o melhor de si para o bom resultado dos encaminhamentos deliberados. Sentem-se pertencentes! 3) Por fim, o outro tipo de líder é aquele que a sua própria conduta já o define como tal. Deixa uma reunião sem comando e desgovernada. Não tem metodologia de início e nem de regramento de tempo e do debate. Pelo contrário, deixa os participantes e companheiros à vontade. Esse tipo de condução pode desmotivar um processo decisório, pois demonstra fragilidade e pouca objetividade. A possibilidade de perspectiva positiva tende a ocorrer em ocasiões

que os integrantes exercem certo grau de maturidade e vivência de militância, em que já são talhados de caminhadas com suas próprias pernas, bem como sabem conduzir os seus passos (Giovani).

A renovação é uma necessidade biológica!!! Se analisarmos a faixa etária dos participantes, estaremos enquadrados logo, logo, no estatuto do idoso!! Que aliás é muito bom! Longevidade e participação. Mas quem vai continuar a luta??? Ser uma liderança é ter compromisso com a região e participação (Tavama).

A formação de novas lideranças, principalmente de pessoas mais jovens, parece-nos ser o maior investimento que podemos fazer dentro de uma comunidade. Nesta formação, como fizemos neste curso, é necessário falar do mapa local, dos problemas locais, das vantagens e coisas boas locais. Mas, também, estudar toda a composição da conjuntura política e social que nos circunda e que nos abriga como cidadãos que participam nos recolhimentos de impostos e usufruem das aplicações locais pelos órgãos públicos, que é o retorno do nosso dinheiro de impostos recolhido, atendendo às demandas que são reivindicadas ao governo municipal, estadual ou federal. Por certo, nós já esperávamos respostas boas, pois é algo necessário e pertinente a formação de novas lideranças com perfil jovem, para que possamos inovar juntos.

5 ANÁLISE DO CURSO DE FORMAÇÃO DE LÍDERES - EDIÇÃO 2015

Para analisar a formação oferecida pelo curso de formação de lideranças, escolhi a edição de 2015, por essa ainda ser recente como percurso formativo e, ao mesmo tempo, por já ter fechado um ciclo com tempo válido para que os egressos tenham mobilizado os conhecimentos adquiridos e refletido sobre a sua práxis.

No ano de 2015 ocorreu a segunda edição do Curso de Formação para Lideranças Comunitárias, intitulado “A troca de experiências como exercício do aprender”. O curso foi articulado em módulos interdisciplinares com conteúdos específicos, abrangendo diversas áreas de conhecimento.

Qualificar através do Curso de Formação de Lideranças é oportunizar aos líderes comunitários acesso a novos saberes para melhor atuarem e defenderem os direitos sociais em benefício dos mais desprovidos na sociedade. Portanto, o objetivo principal do Curso visa proporcionar às lideranças comunitárias, envolvidas ou não nos movimentos populares da Lomba do Pinheiro, uma formação teórica e prática que aprimora sua intervenção com o poder público para o bom êxito nas diversas demandas oriundas das lutas sociais da região. Este objetivo visa capacitar lideranças populares para atuar nos movimentos sociais da região. O *Curso de Formação de lideranças* procura envolver atores sociais das diversas comunidades da Lomba do Pinheiro; tais como: dirigentes de instituições, comunidades da Paróquia Santa Clara, coordenação de Conselhos, Fóruns, Conselheiros e Delegados do OP, jovens representando as escolas da região, convidados. A seguir, explana-se a programação do curso de formação de líderes que ocorreu em 2015.

Para o efetivo êxito deste Curso de Formação, contou-se com diversas parcerias, pois o Conselho Popular é uma instância sem fins lucrativos e não dispõe de recursos financeiros.

O Curso contou com 81 inscritos, com uma média de participação por módulo de aproximadamente 50 a 60 pessoas. Embora, no decorrer do Curso, nele tenham transitado 123. Isto é, em algum momento estiveram em algum dos módulos.

5.1 Programação comentada do Curso de Formação de Líderes Edição 2015

A edição de 2015 contou com a realização da programação de cinco módulos de encontros de formação, mediados pela assessoria de educadores convidados, que

oportunizaram o debate político-pedagógico proposto pelo Projeto. São eles:

Abertura: No dia 22 de abril, às 19h, no Centro de Promoção da Criança e do Adolescente (CPCA), foi realizada a abertura desses encontros de formação, com o Tema: “*O Contexto do Movimento Popular e suas perspectivas na Conjuntura Contemporânea*”. Para desenvolver este tema foi convidado o Professor **Jacques Távora Alfonsin**, Mestre em Direito pela UNISINOS, professor da Escola Superior do Ministério Público e da Ajuris, Conselheiro do Instituto de Apoio Jurídico Popular do Rio de Janeiro e procurador do Estado do Rio. É Advogado da ONG: Acesso, Cidadania e Direitos Humanos, assessor jurídico de movimentos populares.

Módulo I: Construção da Identidade Social: Quem somos e onde moramos – Analisando a Conjuntura. Este Módulo foi realizado nos dias 25 (Sábado - das 13h30min às 17h30min) e 26 (Domingo - 8h30min às 17h30min) de abril, no CPCA – parada 10 da Lomba do Pinheiro. Ocorreu em dois momentos: um que proporcionou o conhecimento de cada ator social e a região como um todo, a partir de um olhar imerso e de um Tur nas diversas vilas; e outro que contextualizou o processo histórico da região. **Como se faz Análise de Conjuntura:** proporcionou aos participantes inscritos a visão de como ocorrem os acontecimentos no bairro, na cidade, no Estado, no País e no mundo – diferenciando fatos de acontecimentos; qual é o cenário; quem são os atores envolvidos, suas correlações de força e articulação.

No Blog do Conselho Popular da Lomba do Pinheiro, podemos confirmar, com referência a esse primeiro módulo, que o evento foi marcado por dois dias de intensas atividades. No sábado, contou com a mediação dos educadores: 1 - **José Ovídio C. Waldemar** – Psiquiatra da Infância e Adolescência; Coordenador e Professor do Centro de Desenvolvimento Humano do Instituto da Família, que versou sobre o tema – *Construção da identidade Social: Quem Sou* no contexto da humanidade; 2 - **Francisco Giovani de Sousa** – Assistente Social e Especialista em Gestão Política de Assistência Social; Coordenador do Conselho Popular da Lomba do Pinheiro, que media a apresentação dos sujeitos sociais: “*quem somos*” – oportunizando a apresentação individual dos presentes; e 3 - **Tavama Nunes dos Santos** – Historiadora; Mestre em História; Diretora da Escola Afonso Guerreiro de Lima, que brilhantemente expôs o contexto histórico da Lomba do Pinheiro - *Onde moramos*.

No domingo foi a vez da visita às comunidades, ouvindo das lideranças locais o contexto *histórico in-loco*, conhecendo o território a partir do relato de moradores antigos, que descreveram pontos marcantes da origem dessa comunidade. Foram visitadas as Vilas Jardim Franciscano, Quinta do Portal, MAPA, Herdeiros/Barragem da Lomba do Sabão, Santa

Helena, Panorama, Tribo Caigangues, Recreio da Divisa, Primeiro de Maio e São Carlos.

Na volta desse passeio, foi servido almoço aos participantes no CPCA e, então, foi a vez de ouvir **João Marcelo Pereira dos Santos** – Diretor e Assessor da CUT/RS, que apresentou o conteúdo de “*Como se faz Análise de Conjuntura*”.

Todo o encontro deste fim de semana foi marcado pela animação de gaita e violão nos intervalos das palestras, com cantos de letras temáticas e também com músicas populares, sempre com a intenção de descontrair e render mais nos trabalhos seguintes.

Observou-se que a participação e disposição dos participantes foram muito importantes. Eles interagiram de forma muito interessada na metodologia e dinâmica apresentada. Mais uma vez, a avaliação expressada demonstrou satisfação, interesse e positividade com o conteúdo oferecido.

Módulo II: Processos de Organização e Planejamento: instrumentos de gestão participativa. Este Módulo foi realizado nos dias 16 de maio (Sábado - das 13h30min às 17h30min) e 17 de maio (Domingo - dia todo – 8h30min às 17h30min), no CPCA – parada 10 da Lomba do Pinheiro. 1 - O tema **Processos de Planejamento** foi trabalhado por **Sérgio Baierle** – Consultor independente, Mestre em Ciências Políticas pela UNICAMP, Especialista em Sociologia Urbana e História das Artes, Graduado em História, Letras e Educação Dramática. Ofereceu técnicas de como se fazer um planejamento, tendo em vista a importância desse mecanismo em todos os momentos de uma organização; seja no desenvolvimento de uma reunião, manifestação, eventos, cronograma de ações, etc. 2 - O ensinamento de **Como organizar e coordenar eventos/ações/reuniões** foi trabalhado por **Francisco Giovani de Sousa** – Assistente Social e Especialista em Gestão Política de Assistência Social; Coordenador do Conselho Popular da Lomba do Pinheiro, que trabalhou mecanismos de como organizar, dirigir, coordenar, controlar uma reunião ou evento – participação programada. 3 - Para mostrar **Técnicas de elaboração de documentos**, foi a vez de **Rui Antônio de Souza** – Filósofo; Mestre em Comunicação Social pela PUCRS; membro da Equipe do Jornal Mundo Jovem e da Associação de Moradores Loteamento Santa Paula na Vila dos Herdeiros - como se faz atas de reuniões, ofícios, relatórios e outros documentos utilizados nas instituições, emitidos a órgãos públicos e outros segmentos. Nos intervalos, todos foram convidados a escolher cantos e músicas para que pudessem descontrair e enriquecer a atenção nos trabalhos seguintes.

Módulo III: Educação Fiscal e Cidadania: Contextualização do Sistema Fiscal no Estado e suas características, compreendendo o sistema para controle social democrático. Este Módulo foi realizado nos dias 15 de agosto (Sábado - das 8h30min às 17h30min), no CPCA –

parada 10 da Lomba do Pinheiro. A primeira parte foi trabalhada por **Dão Real Pereira dos Santos** – Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre/RS; Inspetor da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre/RS; Superintendente da Receita Federal na 10ª Região Fiscal e, para a segunda parte, foi convidada **Rosa Ângela Cheiza** – Professora da Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS e Sócia do Instituto Justiça Fiscal, que abordaram sobre o tema *Contextualização do Sistema Fiscal no Estado e suas características*, compreendendo o sistema para o controle social democrático. Lembramos que os paradigmas do cansaço sempre são quebrados com o som de gaita e violão e a solicitação de que os participantes se levantem das cadeiras e se movimentem dentro da sala.

Módulo IV: O Controle Social e os desafios atuais. A convidada para conduzir este tema foi a professora **Rosa Maria Castilhos** – Assistente Social; Mestre e Doutora em Serviço Social; Professora de Serviço Social da UFRGS, que debateu o papel dos agentes sociais e dos conselhos frente ao controle social e seu papel, atribuições, competências e ação com o gestor público. Este Módulo foi realizado nos dias 15 de setembro (Quarta-feira – das 19h às 22h) e 22 de setembro (Quarta-feira – das 19h às 22h), no CPCA – parada 10 da Lomba do Pinheiro. Foi mais um importante momento de troca de saberes, tendo como momentos recreativos a participação de todos em músicas do conhecimento do grupo, acompanhados por Gaita e Violão.

Módulo V: Avaliação e certificação dos participantes. Este Módulo foi realizado no dia 10 de outubro (Sábado - às 14h), no CPCA – parada 10 da Lomba do Pinheiro. Para esta difícil tarefa de trazer a costura dos trabalhos realizados durante o curso todo, que nesta data teve o seu último encontro como curso, o convite foi dado e não podia ser outro e nem melhor, o Padre Doutor Professor **Pedrinho Arcides Guareschi** - Formado em Filosofia, Teologia, Letras e Mestre e Doutor em Psicologia Social com Pós-Doutorado na mesma área; aposentado como Professor da PUCRS e Professor Visitante na Psicologia Social da UFRGS. Com a grande habilidade do palestrante, Pedrinho fez um fechamento dos Módulos trabalhados durante todo o curso, dando assim encaminhamento para os cursistas em aproveitar e disseminar o conteúdo trabalhado e aprendido durante este ano, junto com as suas comunidades. Foi um encontro de saudade e de desejo de “quero mais”.

Após esta Palestra, foi disponibilizada a palavra a todos os participantes que quisessem manifestar a sua opinião sobre o encontro e também de apontamentos para o futuro. Todos participaram manifestando sua gratidão de terem participado deste curso preparatório de líderes, lamentando que alguns o abandonaram no decorrer dele. Essa lamentação é no sentido de perda de conteúdo, convivência e fraternidade, como treinamento

para participar melhor das atividades sociais onde moram, convivem e participam.

Após essa participação, todos foram convidados a ler uma mensagem em forma de amigo secreto, dirigida a cada um a um dos participantes. E, na saída, esperava um “Salchipão” (Salsichão assado na brasa colocado dentro de um pão de massinha) no Pátio, que todos saborearam com muito apreço e fraternidade.

5.2 Perfil dos Egressos

Quanto ao perfil dos egressos, no momento da inscrição do curso, foi solicitada uma ficha com dados cadastrais e motivação da procura pela formação. A partir das fichas de inscrição, conseguimos ver o perfil dos inscritos e pôde-se preparar os nossos conteúdos dentro desta realidade, ou seja, idade, escolaridade, profissão, realidade, gênero, ou seja, ao encontro do perfil ali identificado.

Transcrevo a seguir os pontos levantados:

Apresentação da faixa etária os participantes deste curso

Faixa Etária	Quantidade	Percentual
Até 16 anos	0	0%
17 a 20 anos	2	3,2%
21 a 25 anos	6	9,5%
26 a 32 anos	6	9,5%
33 a 40 anos	7	11,1%
41 a 50 anos	21	33,3%
51 à 60 anos	16	25,4%
61 à 40 anos	4	6,3%
Acima de 70	1	1,6%

Apresentação do quadro do Gênero dos participantes

Sexo	Quantidade	Percentual
Masculino	19	30,2%
Feminino	44	69,8%
Outros	0	0%

Grau de instrução dos participantes

Grau de Instrução	Quantidade	Percentual
Ensino fundamental incompleto	1	1,6%
Ensino fundamental completo	9	14,3%
Ensino médio incompleto	5	7,9%
Ensino médio completo	10	15,9%
Ensino Superior incompleto	13	20,6%
Ensino Superior Completo	13	20,6%
Pós-Graduação	8	12,7%
Mestrado	2	3,2%
Doutorado	0	0%
Outros	2	3,2%

Instância de atuação e representação

Entidade	Quantidade	Percentual
Conselho Popular	4	6,3%
Associação de Moradores	11	4,8%
Conselheiro (a) do OP	3	4,8%

Conselho de Saúde	7	11,1%
Conselho da Assistência Social	0	0%
Fórum de Segurança	2	3,2%
Comissão de Cultura	2	3,2%
Comissão de Rua	0	0%
Igrejas/Pastorais sociais	3	4,8%
Rede da Criança e do Adolescente da Lomba do Pinheiro	2	3,2%
Outros	21	33,3%

Tempo de atuação como liderança comunitária

Tempo de Atuação	Quantidade	Percentual
Até 01 ano	9	14,3%
01 ano até 02 anos	2	3,2%
02 anos até 04 anos	7	11,1%
04 anos até 06 anos	4	6,3%
06 anos até 10 anos	12	19%
10 anos até 15 anos	11	17,5%
Outros Períodos	18	28,6%

Síntese das motivações dos participantes deste curso nos movimentos populares

Motivação	Quantidade	Percentual
Adquirir conhecimento sobre demandas gerais da Região da Lomba do pinheiro	8	12,7%
Buscar melhorias para a vila onde mora	2	3,2%
Buscar melhorias para a vila e bairro onde mora	3	4,8%

Buscar melhorias para o Bairro	3	4,8%
Buscar melhorias para o Bairro e a cidade	9	14,3%
Defender direitos sociais em todos os níveis	35	55,6%
Outros	3	4,8%

5.2 A Avaliação do Curso de Formação de lideranças pelos Egressos

Para começar a conversa com nossos egressos, fizemos a devida apresentação da nossa intenção de trabalho, mostramos e explicamos o TCLE, conduzimos os entrevistados ao ambiente de nos falar dentro da pergunta prevista.

De início, eles avaliaram o curso e nos deram respostas que nos ajudaram muito no sentido de nos afirmarmos nos nossos objetivos que nos propusemos na montagem deste curso, que, lembramos mais uma vez, foi o de formação de líderes na Lomba do Pinheiro, edição 2015. Podemos ver a seguir as respostas que recebemos.

Os egressos foram provocados para falar sobre avaliação do curso em seus aspectos positivos e negativos e, também, sobre a presença da Universidade na atividade de extensão.

Do Curso, Só tenho a dizer: É um curso em que a gente aprende muito troca experiência e compartilha ideias, bem como o companheirismo e os professores com altíssimos conhecimentos. A participação da Universidade só veio para somar, trazendo conhecimentos, novas percepções, outros pontos de vista, que são muito diferentes do nosso aqui. (Miguel).

A seguir, temos a fala da entrevistada Ema, que tem uma creche e está estudando Pedagogia EAD.

O curso no seu todo foi mesmo muito positivo. Por que a gente ficou conhecendo a região com a turnê feita de ônibus especial, quanto à questão governamental, a questão que envolve o nosso trabalho, queira ou não queira, nós também somos governo, né . [...] As aulas que a gente teve através do pessoal que veio da Receita Federal, dos professores da UFRGS, foi tudo muito rico e a mensagem que eles nos passaram por uma fala tranquila e fácil da gente assimilar. Foi muito bom o trabalho deles. [...] Só tenho a agradecer a presença daqueles líderes. [...] a gente paga (impostos) né e eles souberam mostrar para gente o outro, que não só o do nosso dever. Souberam dizer para onde vai o nosso dinheiro e como ele retorna. O outro lado também é possível, né, porque a gente faz um trabalho de líder comunitário. Este é um trabalho de coração. (Ema)

Os pontos positivos: A gente nunca sabe tudo. Sempre tem o que aprender. Quando é um curso como este, que não tem influência política partidária, sim, porque, às vezes tu olhas para um guri, um cara da Juventude e pensa o que ele tem para ensinar. Mas a idade não significa nada. Dependendo do curso, já se sabe que lá vão pessoas que são muito negativas, parecendo ter problemas pessoais. Mas também tem o contraponto: Eu particularmente já participei de cursos que dava vontade de ir embora. Entre os convidados, tu vias chegar gente ou um determinado partido e aí começa a aparecer gente que parece que não aceita nada. Só eles sabem tudo. Não querendo pregar União, aprenderem a conviver num país democrático, onde eu tenho meu livre direito de expressar opinião. Posso não concordar com ela, mas eu tenho meu direito em determinadas opiniões. Eu particularmente, nestes casos, prefiro ficar em casa, ver TV ou vou dormir. A presença da Universidade: lá do exterior vêm as novidades. Imaginamos que eles têm um baita conhecimento. Assim como nós somos os heróis dos nossos filhos. Os professores universitários são portadores de um baita conhecimento, com eles eu posso aprender muito. Foi o nosso caso. (Sergio).

Bem diante da crise política que o país vem passando atualmente, o curso de 2015 trouxe esclarecimentos e contribuiu para o trabalho junto à minha comunidade. Foi muito bom ter feito o curso mesmo na crise, porque na realidade, como a minha comunidade é pobre, eu tendo mais conhecimento, será mais fácil ajudar. (Terezinha).

5.3 As Motivações/Interesses dos Egressos em fazer o Trabalho Comunitário

Neste item, as colocações são em relação às Motivações/Interesses dos egressos para fazer o trabalho comunitário. Pois, já ambientados, continuamos o nosso trabalho para registro dos pareceres dos membros da comunidade que participaram durante o ano de 2015 do nosso curso.

Se bem lembramos, 2015 foi um ano bem difícil na conjuntura política do nosso País. Estava sendo acusada a nossa então Presidente Dilma, o que a levou a ser afastada da Presidência do Brasil em 2016. Também no fim deste ano passado, ocorreram as eleições municipais. Portanto, todos falavam muito sobre a situação política e para onde estava sendo conduzido todo o nosso país. Por esse motivo, ficamos sabendo de inscritos que se afastaram do nosso curso, por entender que este trabalho de formação fosse tendencioso partidário.

Podemos dizer que todos temos nossas posições políticas, mas que todos fizemos um alto policiamento, se assim podemos dizer, para que não fosse permitido e nem alimentado posição partidária no ambiente do curso. Ser apartidário, não tinha o objetivo de alienação, mas sim de respeito a todos os que têm sua posição política e esta podia se diferenciar da do

outro companheiro que estava sentado do seu lado. Neste encontro, o objetivo não era o de fazer confrontos partidários, e sim uma relação de troca.

Dentro desse contexto, pedimos para que nos falassem da situação familiar: deixar a família no fim de semana e vir participar do nosso curso proposto. Também sondamos a participação de cada um na comunidade como voluntário, como e onde está em ação e como é a sua participação. Também, qual a raiz desta dedicação.

Olha, o curso trouxe bastante conhecimento; trouxe também bastante esclarecimento e principalmente, assim, como eu posso dizer, conhecimento da realidade do mundo e de outras comunidades que são diferentes da nossa aqui. Vejo que a gente tem que aprender para poder compartilhar com os outros, e também poder ensinar a outros. No final de semana a gente tem que tirar esse tempo para a gente porque outros dias ficam um pouco difícil para mim pelo motivo do compromisso com o trabalho. (Miguel).

Esse curso contribuiu um monte mesmo para o meu trabalho. Porque mesmo que a gente trabalha com o coração, não pode esquecer a razão, né ... E aí o que a gente faz? Nós, líderes comunitários, a gente usa o coração, a gente só vê com a razão, quando a gente recebe uma lambada. A gente não faz o errado por maldade, e sim, erra com as melhores das intenções de acertar. Porque a gente usa o coração mas temos o governo para pagar. Um funcionário que eu pago um salário, eu tenho que dar para o governo um percentual em encargos sociais e os encargos sociais do nosso país são muito caros, então, não dá para brincar só de amor, né, tem que brincar com números também. O Curso me deu visão, então, assim, agora eu me sinto segura e tenho mais certeza das coisas que eu estou fazendo. Nem Freud explica! Porque eu acho que é uma mosquinha que pica a gente. Sabe que a gente se dedica de amor, de coração ao trabalho na comunidade. É uma coisa que é inexplicável. E aí depois que eu fiz esse curso eu comecei a sentir assim: mas quanta burrice eu fiz meu Deus. Atrás de nós temos a justiça, a justiça que cobra, né. O pessoal da Receita Federal trouxe um rico trabalho de esclarecimento para os cálculos dos impostos. E aí então, quando a gente vê, a gente se doa porque é amor, mas tem números. Aí, nesse caso, uma coisa é a gente morrer sabendo e outra coisa é morrer sem saber. Aí, eles trouxeram uma visão na forma deles de ver. Os mapas que a Receita Federal mostrou foram muito proveitosos. (Ema).

A crise política vem se estendendo. Na TV vemos 50 minutos de Jornal, onde 48 é só comercial. É impressionante! ““Eu não consigo entender determinadas pessoas que estão vendo acontecer e dizem “nunca vi”, “eu não sei disso”, “eu não estava lá”, “não foi comigo”, esse dinheiro não é meu”, ... Mas será que essa gente é tão mentirosa?[...] é aquela coisa: eu vou te chamar de bandido, ladrão de gado, em processo e eu nego. Que cara de pau, tanto faz, e tu fica olhando e ouvindo os números. Eu vou daqui até Novo Hamburgo a pé, para buscar R\$ 200 milhões, mas digo que busquei e está comigo. Porque eu sou honesto. Tenho que fazer as coisas direito e nunca levar nada. É muito ingrata o que se vê neste país. Eu sou um dedicado ao trabalho social. Temos o trabalho na Creche. Trabalho voluntário e gratuitamente. Levou quase oito anos para ser construída. Agora ganhamos asfalto. Rua da Comunidade..... Uma demanda de 2013. Também quem vai se beneficiar é o morador dali de baixo (nos fundos da casa dele onde fica a Creche). É de ficar magoado por a comunidade nos ter ajudado pouco. Ainda mais quando se faz as

coisas e dizem que foi outro que fez. Aconteceu comigo, pessoa que sai quase fora do carro para me dar um beijo no rosto. Seu Sérgio, o que tu nos deste, não tem preço. Ajudar uma criança, dar um chocolate na creche pra elas, ver elas vim dar um beijo babado de chocolate é muita gratidão, isso é o pagamento, Recebendo um olhar, um sorriso agradecido de um pai, de uma mãe, como de quem ganhou uma roupa nova e o pagamento não é uma Note de 10,20 ou 50. Então é isso aí. O pagamento é isso aí: “As crianças virem aqui te dar um abraço”. Eu sou aposentado! Agora que eu mais tenho tempo, tenho que estudar. Tenho que fazer os cursos da comunidade em todas as maneiras que me são possíveis. Fazer o bem é muito bom. (Sérgio).

Sei da importância de aprender sempre. para poder nortear o pessoal da Vila. Outra coisa, a gente nunca sabe demais. A gente tem que levar mais pessoas para ajudar. As pessoas que tem condições, tempo e nada para fazer, porque acaba sempre dando um bom resultado. Quando vem aqui, às questões para comunidade, para as Vilas, associações de moradores, tipo a minha que é Nova São Carlos, eu já vou saber a onde encaminhar nossas reivindicações. (Ana).

Olha, eu entendi um pouco melhor a questão política. Não entendo essas coisas muito bem. Mas, foi essa parte que eu gostei um pouco mais. Disponibilizar gratuitamente parte da minha vida para o trabalho social, diante dos problemas familiares, a minha família procura entender. O conselho Popular ao organizar esse curso de formação de líderes contribui para ter um melhor entendimento e compreender melhor também situações às vezes mais difíceis. É o meu ponto de vista. (Leonilda).

Diante da crise política que o país vem passando atualmente, o curso de 2015, trouxe esclarecimentos e contribuiu para o trabalho junto à nossa comunidade. Foi muito bom ter feito o curso, mesmo na crise, porque na realidade, como a minha comunidade é pobre, eu, tendo mais conhecimento, é mais fácil ajudar. Eu penso que para mim foi uma oportunidade de aprender. Foi oportunizada para todos os membros da nossa comunidade. Um comentário: eu acho assim, que para minha vida social o curso me mudou muito, porque eu me sinto uma pessoa mais valorizada, eu mesmo me dou mais valor como ser humano. (Terezinha).

Portanto, mesmo vivendo em 2015, ano em que o curso aconteceu, o contexto da política, de forma tão bruta de nosso país, a motivação e o interesse perpassava tudo isso, e o foco era fazer o curso como forma de melhoria e aperfeiçoamento.

5.4 Contribuições do Conselho Popular para a Liderança/Organização Comunitária

Como membros do Conselho Popular da Lomba do Pinheiro, precisávamos saber da comunidade se o trabalho que viemos desenvolvendo está de acordo com as expectativas dos

moradores. Procuramos essa resposta junto aos Egressos deste curso. Assim, nos direcionamos especificamente ao curso de formação de Líderes como exemplo. As respostas poderão nos dar a direção a tomar nos trabalhos vindouros, bem como nos dizer da insatisfação com este Conselho, da retomada, de novas sugestões ou até de cancelamento dos trabalhos que estão sendo realizados.

O Conselho Popular em organizar esse curso e formação de liderança, contribui muito, nos ensinando para que a gente consiga também ensinar a outros fazendo um repasse de ideias. Para mim, este curso muda e transforma a gente para o trabalho e na prática social. Transmite segurança para gente entrar na comunidade, conversar, compartilhar a ideia, ter um Resultado positivo. (Miguel).

O Conselho Popular contribui em todos os aspectos para todas as linhas, porque é através da pessoa do Giovane, através daquele grupo, que a Lomba do Pinheiro se tornou essa potência que está em ação hoje. Porque nós da lomba, não tinha nada. Hoje podemos dizer que temos tudo. Então a gente só tem que agradecer a esses líderes comunitários. Que Deus dê sempre mais mente aberta, mais brilhante, para o Conselho Popular fazer mais ainda e poder ajudar mais e fazer com que na Lomba do Pinheiro seja cada vez mais agradável ainda para viver. A partir desse curso eu fui convidada também para fazer um vestibular na UFRGS. Fiz o vestibular, passei! Estou no quinto semestre de pedagogia. Então o curso de formação de líderes só me trouxe benefício. Porque além de eu fazer um trabalho com meninos, à noite eu trabalho na Fase. Para as duas instituições, eu tenho o curso de formação de lideranças aqui e a formação de Pedagogia, pois entrei na UFRGS. A minha forma de pensar e agir, junto com os meus conceitos, mudaram muito. (Ema).

O Conselho Popular tem uma história tão bonita na Lomba do Pinheiro. A História do Conselho Popular brilha de uma decisão solitária para uma decisão conjunta coletiva. Este é o dever de Coordenação do Giovani da Terezinha e até seu Rambo tocando sua Gaitinha.... É uma marca da Lomba do Pinheiro. A Lomba do Pinheiro também tem uma marca muito forte na cidade junto ao orçamento participativo. Lá se diz: podem começar, a Lomba já chegou. Nós somos muito valorizados! Por que é a nossa força política, coletiva, solidária, democrática, comunitária, e, por ser um bairro muito grande, impõe o seu respeito e fama. A Lomba tem a sua frente, uma coordenação do Conselho Popular, pessoas abertas, com boas ideias e com muita participação junto à comunidade. O Coordenador sabe conduzir uma reunião apolítica e apolítico também nos trabalhos do conselho, mesmo que ele tenha sua posição política fora das reuniões. (Sergio).

O Curso nos trouxe coisas novas. Podemos comparar o curso com um aparelho de celular. Assim, eu tenho um celular! Ele está aí para nos ajudar. Uma ferramenta de trabalho com a comunidade. É o que eu vejo trabalhando e atuando na comunidade. (Ana).

O conselho, para falar, ele foi muito feliz em organizar isso porque esse curso de formação de líderes de contribuir para que os novos líderes e os antigos, como se diz assim, possam equilibrar os conhecimentos. As coisas que pareciam muito difíceis para mim, agora eu vejo por um prisma diferente e parece ser mais fácil de ver e entender. Na parte social para mim foi muito bom, porque, por exemplo, eu faço projetos, eu tenho uma escola que eu administro. Eu procuro agora novos projetos sociais. Eu vejo o meu trabalho com outro olhar. (Terezinha).

5.5 Quais as intenções dos Egressos do curso de formação de lideranças a partir do curso

Queremos então ter a confirmação se o Conselho Popular de fato, como falou acima, é assim visto. Consultamos nossos egressos. Mas, também, se o curso deixou neles o esperado fundamento básico de conhecimento para auxiliar ou dirigir os trabalhos dos quais participam. Queremos ouvir se o curso valeu a pena e onde está sendo aplicado. Queremos saber se pode ser reeditado e, se tivermos a ideia de novos cursos, se podemos tê-los como participantes. Também, até que ponto pode contar com as suas participações na composição deste Conselho Popular.

Aqui destacamos a fala dos entrevistados.

Com certeza eu participaria novamente deste curso e, se tiver novamente, indico para outras pessoas, por causa que, a gente aprende, compartilha, convive e são ótimos os professores. A partir de trabalho social, aprendemos a compartilhar ideias. E, saber lidar com outras lideranças também. A falar na altura deles e aprendi muito no curso para que a gente consiga falar de igual para igual com os outros companheiros e com a comunidade também. Tenho condições de transmitir melhor as informações. Eu acho bem importante esse trabalho. O aprendizado que o curso nos proporcionou, é uma coisa que tu vai passar adiante. Não vai ficar só nisso. E vai transmitir para outros. Vamos aprender. Vamos se sensibilizar com certas coisas e ela é uma sementinha que tá brotando. (Miguel).

Com certeza eu faria de novo o curso e se tivesse novo curso, porque ele vem nos ajudar a caminhar, nos ajudar mostrar a estrada, nos ajudar mostrando os caminhos, sem dúvida o recomendo. Tenho certeza de que os formadores contribuíram um monte no nosso dia a dia, no nosso trabalho, no nosso perfil e ajudaram na organização da entidade, porque hoje eu tenho outra visão do meu trabalho e tenho certeza que eu não estou aqui mais para brincar. O lema da nossa escola é: “levamos a sério quem leva a vida brincando”. (Ema).

Eu sou um livro aberto. Mas só tenho capa. É melhor ser conhecido e fazer todos os cursos que são oferecidos porque tem sempre muito a aprender. Então teremos páginas de novos conhecimentos dentro do nosso livro e já não é mais só de Capa externa. O objetivo específico para a comunidade e a Creche. Moro aqui há 28 anos. Agora queremos asfalto. O ônibus que faz a circular do Beco da Taquara até a UFRGS pela Rua da Comunidade deve ir até a Restinga. Isso significa que vai poupar 3 km. Fazer outro itinerário para que possa atender melhor e mais pessoas. Vai valorizar as casas da comunidade. “De pouquinho em pouquinho, faço um poucão”. Outro objetivo é: “Quero fazer uma associação lá embaixo perto da Creche”. (Sergio).

Aprender e conhecer o que não sabia. Maneiras de lidar com a comunidade. Ajudar mais carentes com dificuldade. Tantas coisas enfim que são importantes. A gente está se movimentando para isso. O curso em si foi uma ótima contribuição para esse trabalho na comunidade. Eu gostaria que tivesse mais outros cursos que a gente pudesse estar participando. Eu faria todos! (Leonila).

O curso vem contribuindo para esse trabalho de liderança na comunidade. No posto de saúde, caiu como uma luva. Contribuiu com muitos esclarecimentos para que quando eu for na minha comunidade conversar com as pessoas. Agora eu tenho sim respostas para eles. Porque sendo um líder comunitário a gente é cobrado e precisa saber ajudar as pessoas. As perguntas que são feitas, são boas e são ruins. Então assim eu tenho agora resposta para muitas dúvidas da minha comunidade e eu acho que todas as lideranças comunitárias deveriam fazer os cursos que são oferecidos na comunidade como uma regra. Para ser um líder comunitário, fazer cursos é sempre importante e necessário. De coração, espero sinceramente que venham mais novos cursos, porque não tem nada para tirar desse questionário. (Terezinha).

A meu ver, para a nossa felicidade, esses nove egressos do curso que observamos para nossa pesquisa, nos impulsionam a continuar nesta linha de trabalho. É importante também que podemos contar com eles na participação das organizações de novos cursos de formação. Observo que o Conselho Popular não parou durante 2016, pois até agora vem oferecendo momentos de aprendizado. Realizou-se no ano passado um curso de cidadania fiscal; Seminário com a Juventude envolvendo as escolas do bairro; Seminário Paulo Freire há poucos dias; E assim, a história da Lomba do Pinheiro continua no desafio formativo para estar próximo aos acontecimentos locais, com o objetivo de que a comunidade não esteja desatualizada diante das provocações da vida social hoje.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos difíceis como o nosso, onde o individualismo capitalista predomina e é determinante na constituição das relações sociais, continuar apostando no espírito comunitário e na constituição de relações mais humanas é, sem dúvidas, um grande desafio e um trabalho árduo.

Apesar disso, talvez esse seja o caminho necessário e indispensável para continuarmos acreditando em um mundo melhor, em uma sociedade mais qualificada e, principalmente, em sujeitos humanizados, libertos, conscientes e politizados na defesa de seus interesses e dos interesses da sua coletividade.

É esse espírito que nos move enquanto lideranças, pesquisador e membro do Conselho Popular do Bairro Lomba do Pinheiro. Apesar das dificuldades encontradas, sempre temos presente a importância desse espírito para a qualificação da vida dos moradores do bairro; temos presente aquilo que já foi conquistado e, principalmente, aquilo que precisamos conquistar para garantirmos melhores condições de vida para todos os moradores, em especial àqueles menos favorecidos e desprovidos de condições materiais de existência.

É perceptível que as “tentações” do mundo globalizado nos dias de hoje e, por outro lado, as dificuldades enfrentadas no campo da política, da economia e das relações sociais, acarretaram o desencantamento com as utopias sociais e políticas. Esse desencantamento manifesta-se, principalmente, no esvaziamento dos órgãos colegiados e populares que lutam pelo bem comum e por melhorias para as coletividades que representam.

Essa carência de pessoas capacitadas e dispostas a continuar na luta pelos direitos comuns, tem nos preocupado enquanto participantes do Conselho Popular da Lomba, mobilizando-nos na busca de alternativas para evitar o esvaziamento do Conselho e, principalmente, atrair pessoas que continuem lutando em favor da comunidade. A alternativa que encontramos foi propiciar um curso de formação de lideranças, que buscou instrumentalizar pessoas da comunidade para uma tomada de consciência diante dessas realidades desafiadoras pela conjuntura atual. Só com novas lideranças populares o povo poderá se organizar novamente.

Por meio do curso, objetivamos despertar pessoas da comunidade para o exercício de uma cidadania emancipatória, que busca a construção de uma sociedade mais justa e solidária, na qual a luta não se limita apenas ao redor da órbita do quintal que habita, mas proporciona uma ótica de conjunto e uma ampla visão crítica do mundo e da sociedade como um todo.

A partir das entrevistas realizadas e dos teóricos consultados para a realização desse trabalho, reafirmamos a convicção sobre a importância da educação popular, dos conselhos populares e das organizações sociais para a conquista de melhorias sociais e para a formação de cidadãos conscientes e defensores dos direitos coletivos.

Em tempos de “Lava-Jato”, de banalização da corrupção, de aprovação de políticas públicas que apontam para um retrocesso de direitos sociais duramente conquistados, torna-se ainda mais necessária a construção de uma educação humanizadora e libertadora, conforme defendido por Freire. Democratizar a democracia, libertar das amarras do capitalismo, educar pelo diálogo, humanizar as relações, lutar pelo bem comum, defender a vida, etc..., são imperativos cada vez mais urgentes em nosso dia a dia, como bem detalha Boaventura de Souza Santos.

Nesse sentido, o presente trabalho pretende ser uma contribuição e um alento a todos àqueles que se dedicam ao trabalho pelo próximo, demonstrando que, apesar das dificuldades e dos desencantamentos, as organizações Populares e os movimentos sociais ainda se constituem em espaços ricos e férteis de humanização. São espaços que ainda se constituem na melhor alternativa para a construção de um mundo mais justo e humanizado.

Por isso, considero que o presente trabalho atingiu os seus objetivos, ao demonstrar a riqueza e a importância do curso de formação de líderes e do Conselho Popular do Bairro Lomba do Pinheiro. Além de ressaltar a importância do Conselho Popular e suas conquistas para o bairro pesquisado, o presente trabalho mostrou a importância do curso oferecido por esse conselho na formação e capacitação de pessoas da comunidade, para que possam atuar com mais afinco na defesa dos direitos sociais e coletivos.

Quiçá essa iniciativa de formação de lideranças possa servir de inspiração para outros cursos em outros coletivos e conselhos, contribuindo assim para a formação, em maior escala, de líderes comunitários e pessoas empenhadas na defesa e na construção do bem comum. Enfim, na busca por um mundo melhor.

Nessa perspectiva, concluímos que o vazio da liderança precisa ser enfrentado por um trabalho de base que venha, de certa forma, a retomar as participações sociais e o método ver, julgar e agir, que foi muito defendido nos anos de 70 e 80, no Brasil, formando nas comunidades locais novas operações de lideranças, pois isso é tão importante quanto desenvolver estratégias de organização do campo popular para ativar as diferentes frentes políticas do atual contexto brasileiro. Vivemos uma crise política que abala a confiança no futuro. Diante disso, precisamos reagir.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, HANNAH. **O que é política?** / Hannah Arendt; [editoria, Ursula Ludz]; 3ª ed. tradução de Reinaldo Guarany. 3ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 240 p.

BAUMANN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro. Zahar. 2005.

BOFF, Clodovis. **Como Trabalhar com o Povo**. Petrópolis: Vozes. 1984.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana**. Editora Vozes. Rio de Janeiro. 1998.

BRANDÃO, R.C. **Educação Popular**. 3ª Ed. SP, Brasiliense. 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues e STRECK, Danilo Romeu. **Pesquisa participante, o Saber da Partilha a**. Editora Ideia e Letras, Aparecida, SP. 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Entre Paulo e Boaventura: algumas aproximações entre o saber e a pesquisa**. Revista Trimestral de Debate da FASE. P. 44. 2007.

BRANDÃO, Paulo de Tarso e SILVA, II dete Regina Vale da. **Fraternidade como categoria política**. **Revista Eletrônica Direito e Política**. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.7, n.3, 3º quadrimestre de 2012. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica -ISSN 1980-7791.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **“Radicalizar a Democracia: O desafio da reinvenção da política em tempos contemporâneos”**, Revista Políticas Públicas, São Luis, V.1 nº1. 2007.

_____. **Experiências Emancipatórias em tempos de Crise e Transição:** potencialidade da utopia democrática. Fortaleza. Projeto de pós-doutoramento apresentado ao Centro de Estudos Sociais – CES. 2007a.

_____. **A luta por direitos sociais no Brasil Contemporâneo:** potencialidades emancipatórias de experiências e movimentos, Natal. 2007b.

_____. **Emancipação em tempos de Transição:** emancipações da utopia democrática na América Latina, Sobral. 2007c.

CHAGAS, Emílio. **Coordenador de Publicidade**.

<https://www.yumpu.com/pt/document/view/34364006/construindo-a-lomba-do-futuro-construindo-a-lomba-do-futuro>. 2003. Acesso em set de 2017.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**, São Paulo, Xamã Editora. 1996.

CUNHA, Maria Isabel. **CONTA-ME AGORA! As narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino**. **Revista da Faculdade de Educação**. São Paulo, v.23, n.1, Jan./Dez. 1997. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551997000100010>. Acesso em: 20 ago. 2016.

DALLAGNOL, Wilson. **Nosso jeito de ser Igreja**. Ed Evangraf, Porto Alegre, RS. 2001.

DICIONÁRIO DE PORTUGUÊS (online). Ed. Melhoramento Ltda. <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. 2009. Acesso em agos de 2017.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia de la Liberación**. FCE. México. 2011.

_____. **Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão**. 2 ed. Vozes: Petrópolis. 2000,

FIORI, Ernani. **Textos Escolhidos**. Vol2, Porto Alegre: L&PM. 1992.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e Prática da libertação** – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire: São Paulo: Cortez e Moraes. 1979.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Ed Paz e Terra, Rio de Janeiro. 34ª Edição. 2002.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Ed Paz e Terra, Rio de Janeiro. 17ª Edição. 1987.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Ed Paz e Terra, Rio de Janeiro. 21ª Edição. 1992.

_____. e SCHOR, Ira. **Medo e Ousadia: o cotidiano do professor**. RJ, Paz e Terra. 1986.

_____. **Conscientização: Teoria e Prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez e Moraes. 1979.

_____. **Educação e mudança**. 28 ed. São Paulo: Paz e Terra. 1979b.

_____. **Educação. O Sonho Possível**. In: Brandão, C.R. CHAUI, M.S.; FREIRE, P. Educador: Vida e Morte. Rio de Janeiro: Greal. 1982.

_____. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam** São Paulo: Cortez. 1997a.

_____. **Política e Educação: ensaios**. São Paulo: Cortez. 1997b.

_____. **Pedagogia da Esperança. Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra. 1997c.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Ed Paz e Terra, Rio de Janeiro. 8ª Edição. 1998.

_____. **Pedagogia da Indignação**- cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Ed UNESP. 2000.

FREITAS, Ana Lucia Souza de. **Pedagogia do inédito-Viável: Contribuições de Paulo Freire para fortalecer o potencial emancipatório das relações Ensinar-Aprender-Pesquisar**. V colóquio Internacional Paulo Freire – Recife. 2005.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. Ed. Ática. 2ª Ed. 1988.

GADOTTI, Moacir & Carlos Alberto Torres, 1994. **Educação popular: utopia latino-americana**. São Paulo: Cortez/Edusp. 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Carcere**, Vol. 5, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2004.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência Epistêmica** – Retórica de lamodernidad, lógicadelacolonialid e gramática de ladescolonialid. Ediciones del Signo. Buenos Aires. 2010.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Memórias dos bairros – lomba do pinheiro** - Unidade Editorial de Porto Alegre RS. 2000.

REVISTA TRIMESTRAL DE DEBATE DA FASE. P. 44. **Entre Paulo e Boaventura: algumas aproximações entre o saber e a pesquisa**. 2007.

SANTOS, Boaventura Souza. **A crítica da Razão Indolente**, Contra o desperdício da Experiência, para um Novo Senso Comum. Cortez Editora – São Paulo: Cortez. 2000.

_____. **Entrevista Revista Teoria e Debate**. Protocolo disponível em <<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/index/html>>2002. Acesso em jun de 2017.

_____. **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado, São Paulo, Cortez. 2004a.

_____, et al. **Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade**, reconhecer para libertar – Os caminhos do Cosmopolitismo Cultural, Porto, Edições Afrontamento. 2004b.

_____. **Para além do pensamento Abissal**. Revista Critica de Ciências Sociais, Coimbra nº78, pp. 3-46. 2007a.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. 1ª Ed. Revista. São Paulo: Boitempo Editorial. 2007b.

_____. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 13ª Edição. São Paulo. Editora Cortez. 2011.

_____ e MENESES, Maria Paula, 2009. **Revista Lusófona de Educação**. 26 jun 2009a.

_____. **Epistemologia do Sul**, Revista Lusófona de Educação - Epistemologias do Sul - www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid... - Translatethispage. by B de Sousa Santos. 2009b.

_____. **A Gramática do Tempo**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez. 2010b.

_____. **Epistemologias do Sul**. 1ª Ed. São Paulo: Cortez. 2010c.

_____. **Informe ENEP. Metáfora do Sofrimento e exclusão dos povos.** Disponível em <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/22407>>.2010d.

_____. **Um discurso sobre as ciências.** 7ª. Ed. São Paulo: Cortez. 2010ª.

VILARINO, Maria da Graça de Andrade, Org. **Memória dos Bairros - Lomba do Pinheiro** - Prefeitura de Porto Alegre, RS. 2000.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Educar para transformar: Educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984

ZITKOSKI, Jaime José. **Educação popular e emancipação social:** Convergências na proposta de Freire e Habermas. In: Anais da 26ª Reunião Anual da ANPED, Caxambú. 2004.

_____. **Paulo Freire e Educação.** 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica.2006.

_____, Morigi, Valter. Org. **Educação Popular e Prática Emancipatória:** Desafios Contemporâneos. CORAG. Porto Alegre – RS. 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Termo de Consentimento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: FORMAÇÃO POLÍTICA E EDUCAÇÃO POPULAR: Um estudo de formação de líderes na Lomba do Pinheiro – Porto Alegre/RS

Mestrando: Ricardo Albino Rambo (Mestrado em Educação – Linha de pesquisa: Universidade Teoria e Prática, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Rio Grande do Sul (UFRGS)).

Orientador: Prof. Dr. Jaime José Zitkoski (Professor Titular - Pesquisador do Programa de Pós-graduação em Educação).

Período de realização da Dissertação: 2015 a 2018

Período de realização da coleta de depoimentos, questionário e entrevistas ao qual o termo se refere: 25/08/16 a 15/12/2016.

Convite para participação da pesquisa

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: “FORMAÇÃO POLÍTICA E EDUCAÇÃO POPULAR: Um estudo de formação de líderes na Lomba do Pinheiro – Porto Alegre/RS”

Sob responsabilidade do mestrando em Educação Ricardo Albino Rambo, sob orientação do Prof. Dr. Jaime José Zitkoski, coordenador do Grupo de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Rio Grande do Sul (UFRG).

Para decidir se deseja ou não participar desta pesquisa, você precisa conhecer os objetivos da Pesquisa. Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido fornece informações detalhadas sobre a pesquisa, as quais serão apresentadas e discutidas com você.

Após receber informações sobre a pesquisa, será solicitado que o senhor ou senhora assine este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido caso aceite participar. Peça ao

responsável pela pesquisa ou a seu orientador para explicar qualquer dúvida que você possa ter antes de assinar esse termo.

Como será desenvolvida a pesquisa?

O processo de desenvolvimento da pesquisa, que ocorre no Bairro Lomba do Pinheiro, da Cidade de Porto Alegre, envolve: depoimentos de antigos moradores, Coordenadores do Curso de formação de Líderes 2015, e Egressos do Curso de Formação de Líderes 2015, a partir de questionário e entrevistas abertas com esses.

Quais são as minhas responsabilidades com esta pesquisa?

A sua participação é na condição de sujeito-participante da pesquisa, o que envolve responder questionário-entrevista. Em um primeiro momento, realizaremos um questionário e a entrevista individual, a ser agendada antecipadamente com a senhora ou senhor. A entrevista será aberta, ou seja, o pesquisador abrirá o momento do diálogo, e a fala será livremente organizada por esse, sempre com o foco no tema da pesquisa.

Para garantir a máxima fidelidade à sua fala, toda a entrevista será gravada e, logo após, transcrita. Todo o áudio ficará à sua disposição, bem como a transcrição.

Como fica o sigilo em relação às informações coletadas?

O pesquisador deste projeto compromete-se em guardar sigilo em relação à identidade dos participantes da pesquisa, bem como de outros que, porventura, sejam citados no decorrer do processo, inclusive instituições de toda e qualquer natureza. Não serão divulgados nomes ou quaisquer outros dados que permitam a sua identificação. Todas as informações coletadas serão organizadas em bancos de dados digitais com acesso restrito ao mestrando e ao orientador, sendo armazenadas por 05 anos (a contar da data de término dessa pesquisa) e posteriormente apagadas. Você poderá ter acesso aos seus dados a qualquer momento, mediante solicitação ao pesquisador.

Quem participará desta pesquisa?

Participarão desta pesquisa, que ocorre no Bairro Lomba do Pinheiro, da Cidade de Porto Alegre, antigos moradores, coordenadores do Curso de formação de Líderes 2015 e Egressos do Curso de Formação de Líderes 2015.

Posso desistir de participar desta pesquisa?

Você pode desistir de participar desta pesquisa a qualquer momento, sem qualquer prejuízo para você. Para tanto, basta comunicar ao responsável pela pesquisa por telefone ou e-mail.

Receberei pagamento para participar desta pesquisa?

Não. Os participantes não receberão nenhum pagamento pela participação nesta pesquisa.

Haverá algum custo envolvido?

Não. Você não terá nenhum custo adicional em participar desta pesquisa.

Se eu tiver dúvidas ou problemas, quem devo contatar?

Se você precisar de alguma informação adicional, tiver dúvidas, sugestões, reclamações, ou quiser comunicar que não deseja mais participar da pesquisa, pode entrar em contato diretamente com o responsável por esta pesquisa, o Mestrando Ricardo Albino Rambo, pelo telefone (51) 9817-1962, ou pelo e-mail ricardo.rambo@ufrgs.br, ou ainda com seu orientador, professor Jaime José Zitkoski, pelo telefone (51) 9958-3432 ou pelo e-mail 00086365@ufrgs.br.

Eu, portanto, certifico o seguinte:

- Li as informações acima e compreendi o contexto e os objetivos da pesquisa.
- Tive a oportunidade de esclarecer todas as minhas dúvidas.

- Entendo que tenho a liberdade para me retirar desta pesquisa a qualquer momento.

Concordo em participar desta pesquisa e entendo que receberei uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Porto Alegre, setembro de 2016.

Assinatura do participante.

Nome do participante (Letra de forma e assinatura)

Assinatura do pesquisador responsável e orientador.

Ricardo Albino Rambo (Pesquisador)

Jaime José Zitkoski (Orientador)

APÊNDICE B: Entrevistas para o grupo moradores

Roteiro de perguntas para os Antigos Moradores da Lomba do Pinheiro.

1. Desde que ano o(a) Senhor(a) mora e conhece a Lomba do Pinheiro?
2. O que sabes nos dizer sobre a História da Lomba do Pinheiro: povoamento, comércio, infraestrutura, origem dos movimentos comunitários e as lutas da comunidade em geral?
3. Como era o relacionamento entre os moradores? Qual a relação desse com os Movimentos Sociais da Lomba do Pinheiro?
4. O que sabes nos dizer sobre a Educação na Lomba do Pinheiro?
5. Quanto às Igrejas, à Religião, na Lomba do Pinheiro: elas trazem influências na formação desta comunidade? Quais?
6. Conte-nos um pouco da história do bairro, seu crescimento, dos meios de transporte e principais mudanças que ocorreram na Lomba do Pinheiro: qual a evolução?
7. O que te faz permanecer como morador na Lomba do Pinheiro?
8. De quais as lutas você participou mais ativamente para as conquistas sociais no bairro?
9. Qual a sua atuação hoje nas questões políticas e sociais da comunidade?

APÊNDICE C: entrevista com Gestores

Roteiro de perguntas para os Gestores do curso de Formação de Líderes da Lomba do Pinheiro, Edição de 2015.

1. Qual a origem do Conselho Popular da Lomba do Pinheiro e quais são seus objetivos?
2. Como nasceu a proposta do Curso de Formação de Líderes?
3. Como ocorre/se desenvolve a Escola de Formação de Líderes na Lomba do Pinheiro?
4. Que avaliação você faz da formação de Liderança nessa escola de líderes? (pontos positivos, negativos,...)
5. Qual a parceria com a Universidade nessa experiência da formação de lideranças?
6. Como avalia a crise política em nosso País, Estado e Município na relação com o conteúdo (temas do curso)?
7. Por que é importante formar novas lideranças?
8. Qual a presença da UFRGS/PUCRS/UERGS e outras faculdades no Bairro?
9. Quais são os resultados que se atingiu na prática com o curso de formação de lideranças?
10. Qual é o trabalho Pós-Curso de formação de lideranças aos e com os Egressos?

APÊNDICE D: Entrevista com egressos do curso - edição 2015

Roteiro de perguntas para os Egressos do curso de Formação de Líderes da Lomba do Pinheiro, Edição de 2015.

1. Como ficaste sabendo do curso de Formação de Líderes da Lomba do Pinheiro?
2. Mesmo ocorrendo nos fins de semana, o que te fez permanecer no curso até o fim?
3. Como tu avalias o curso, dando um parecer de pontos positivos e negativos?
4. Como você percebeu a presença da Universidade com enfoque para o curso de extensão?
5. Diante da Crise Política que o país vem passando em 2016, o curso de 2015 lhe trouxe esclarecimentos e contribuiu para o teu trabalho junto a sua entidade? De que forma?
6. Você se considera um Líder Comunitário? Por quê?
7. Qual a importância de pessoas como você em deixar a sua família no fim de semana para atuar na comunidade, desenvolvendo projetos para a sua entidade, além de disponibilizar gratuitamente parte de sua vida para o trabalho social?
8. Na sua forma de ver, o Conselho Popular, ao montar este curso de Formação de Líderes, contribuiu para que resultados?
9. A partir deste curso, o que mudou no seu trabalho e na sua prática social?
10. Tens objetivos para continuar o aprendido? Tu participarias de outros cursos e indicarias ele para outros? Por quê?
11. A partir do teu trabalho social, após o curso, quais os teus objetivos para o futuro próximo, e em que medida o curso contribuiu para o teu trabalho social e político?

ANEXOS

ANEXO A – CURSO DE FORMAÇÃO PARA LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS DA LOMBA DO PINHEIRO

O curso

A partilha de experiência como exercício do aprender é uma das oportunidades de poder conhecer o contexto de uma realidade dialécticamente. Para Paulo Freire, "Não há docência sem dissidência, quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender" (Freire, 1996).

No decorrer do ano de 2015 o Conselho Popular organizará um Curso de Formação para lideranças comunitárias, desenvolvido em módulos com conteúdos específicos, abrangendo diversas áreas de conhecimento, de forma interdisciplinar.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos atores sociais envolvidos ou não no movimento popular da Lomba do Pinheiro, formação teórica e prática, ampliando conhecimento para aprimorar sua intervenção com o poder público, para o bom êxito nas diversas demandas oriundas das lutas sociais da região.

PÚBLICO ALVO

O Curso de Formação para lideranças é dirigido para atores sociais das diversas comunidades da Lomba do Pinheiro: dirigentes de instituições; comunidades da Paróquia Santa Clara; coordenação de Conselhos; Fóruns; Conselheiros e Delegados do OP; jovens representando as escolas da região; convidados.

Todos os inscritos devem estar dispostos a concluir todas etapas do curso e interessados em ampliar seus conhecimentos, para obter a sua certificação no final do curso com, pelo menos, 75% de frequência. A inscrição será confirmada mediante pagamento de taxa de 15,00. Contato: franciscogouveira@gmail.com. Fone: 8413-1891 c/Geovani

Promoção:



<http://cplombadopinheiro.blogspot.com.br/>
cplombadopinheiro@gmail.com

Curso de Formação para Lideranças Comunitárias da Lomba do Pinheiro

Construindo Saber e Cidadania



PERÍODO DE INSCRIÇÕES
 De 05/03/2015 a 05/04/2015,
 somente via internet através do blog:
<http://cplombadopinheiro.blogspot.com.br/>

PROGRAMAÇÃO

Encontro de Abertura:

ocorrerá dia 22/04/2015, às 19h no Centro de Promoção da Criança e do Adolescente (CPCA)

Tema:

O Contexto do Movimento Popular e suas Perspectivas na Conjuntura Contemporânea.

Palestrante:

Jacques Távora Afonso, graduado em Direito pela PUC/RS, área pela qual tem especialização. É mestre em Direito pela Unisinos. Foi professor da Escola Superior do Ministério Público e da Justiça, conselheiro do Instituto de Apoio Jurídico Popular do Rio de Janeiro e procurador do Estado do Rio. É advogado da ONG Acesso, Cidadania e Direitos Humanos, assessor jurídico de movimentos populares.

Módulo I:

Construção da Identidade Social: Quem somos e onde moramos - Análise da Conjuntura. O comêrã em dois momentos: um que proporciona o conhecimento de cada ator social e a região como um todo, a partir de um Tur nas diversas vilas; e outro que contextualiza o processo histórico da região.

DATA: 25 e 26 de abril de 2015 HORÁRIO: (Sábado - 13h30 às 17h30 Domingo - Dia todo: 8h30 às 17h30 - com almoço no local)
LOCAL: Centro de Promoção da Criança e do Adolescente (CPCA); parada 10

PALESTRANTES:

Quem Somos - José Ovídeo C. Waldemar - Pesquisador da Infância e Adolescência; Coordenador e Professor do Centro de Desenvolvimento Humano do Instituto da Família. Onde Moramos - Távora Nunes dos Santos - Historiadora; Mestre em História; Diretora da Escola Alonso Guerreiro Lima. Como se Faz: Análise da Conjuntura: João Marcelo Pereira dos Santos - Assessor da Direção da CUT/RS

Módulo II:

Processos de Planejamento: como organizar e coordenar eventos/ações - oferecerá técnicas de como se fazer um planejamento, tendo em vista a importância desse mecanismo em todos os momentos de uma organização; seja no desenvolvimento de uma reunião, manifestação, eventos, cronograma de ações, etc. Técnicas de elaboração de documentos: como se faz atas de reuniões, ofícios, relatórios e outros documentos utilizados nas instituições, e emitidos a órgãos públicos e outros segmentos.

DATA: 16 e 17 de maio de 2015 HORÁRIO: (Sábado - 13h30 às 17h30 Domingo - Dia todo: 8h30 às 17h30 - com almoço no local)
LOCAL: Centro de Promoção da Criança e do Adolescente (CPCA); parada 10

PALESTRANTE:

Sérgio Baierle: é consultor independente, Mestre em Ciência Política pela UNICAMP, Especialista em Sociologia Urbana e História das Artes, com graduação em História, Letras e Educação Dramática. Como organizar e coordenar eventos/ações: Francisco Geovani de Sousa - Assistente Social e Especialista em Gestão da Política de Assistência Social; Coordenadora do Conselho Popular da Lomba do Pinheiro. Técnicas de elaboração de documentos: Rui Antônio de Souza - Filósofo; Mestre em Comunicação Social pela PUC/RS; membro da equipe do Jornal Mundo Jovem e da Associação de Moradores Loteamento Santa Paula na Vila dos Herdeiros.

Módulo III

Educação Fiscal e Cidadania: Contextualização do Sistema Fiscal no Estado e suas características, compreendendo o sistema para controle social democrático.

DATA: 15 de agosto de 2015
HORÁRIO: Das 8h30 às 17h30 (com almoço)
LOCAL: Centro de Promoção da Criança e do

Adolescente (CPCA); parada 10

PALESTRANTES:

Dão Real Pereira dos Santos - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre/RS; Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre/RS; Superintendência da Receita Federal na 10ª Região Fiscal.

Rosa Ângela Cheiza - Professora da Faculdade de Ciências Econômicas - UFRGS e Sócia do Instituto Justiça Fiscal.

Módulo IV

O Controle Social e os desafios atuais: de baterá o papel dos agentes sociais e dos conselhos frente ao controle social e seu papel, atribuições, competências e ação com o gestor público.

DATA: 15/09/2015 e 22/09/2015
HORÁRIO: Das 19h às 22h
LOCAL: Centro de Promoção da Criança e do Adolescente (CPCA); parada 10

PALESTRANTE:

Rosa Maria Castilhos - Assistente Social; Mestre e Doutora em Serviço Social; Professora do Curso de Serviço Social da UFRGS.

Módulo V

Avaliação e certificação dos participantes.
DATA: 10/10/2015
HORÁRIO: 14h
LOCAL: Centro de Promoção da Criança e do Adolescente (CPCA); parada 10

ANEXO B - ESTATUTO DO CONSELHO POPULAR DA LOMBA DO PINHEIRO

ESTATUTO DO CONSELHO POPULAR DA LOMBA DO PINHEIRO

CAPÍTULO I – DA NATUREZA E FINALIDADE

Artigo 1º - O **Conselho Popular da Lomba do Pinheiro** é um órgão colegiado, com duração indeterminada que congrega/aglutina as forças vivas – as entidades, grupos em defesa de direitos, instituições, fóruns, movimentos sociais e indivíduos que lutem por melhorias da região.

Parágrafo Único - O **Conselho Popular da Lomba do Pinheiro** tem sede na Estrada João de Oliveira Remião, 4444, bairro Lomba do Pinheiro, Porto Alegre – Rio Grande do Sul.

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS, COMPETÊNCIAS E COMPOSIÇÃO

SEÇÃO I – DOS OBJETIVOS

Artigo 2º - O Conselho Popular da Lomba do Pinheiro tem por objetivo aglutinar as forças vivas e defender todos os interesses coletivos da região da Lomba do Pinheiro e adjacências, mediante ampla participação da população, buscando o desenvolvimento da mesma e a qualidade de vida dos seus moradores.

Parágrafo Único – Sobre os objetivos:

1 – Conquistar melhorias e apresentar proposta à superação dos problemas da região da Lomba do Pinheiro;

2 – Articular reivindicações e fortalece demandas de segmentos organizados da região e adjacência quando necessitar;

3 – Contribuir para ampliara a consciência crítica das pessoas, procurando romper com o individualismo, bairrismo e todas formas de discriminação;

Artigo 3º - O **Conselho Popular da Lomba do Pinheiro** terá caráter amplo do ponto de vista político partidário e religioso, cujas diferenças serão para proporcionar maior riqueza para aluta popular e dever ser encarada como elemento de superação e não de dificuldades.

Artigo 4º - Seu caráter será igualmente amplo do ponto de vista da participação de representantes das forças vivas e por pessoas individualmente.

Artigo 5º - Será o espaço um espaço para disputar os verdadeiros interesses coletivos, em buscas de melhorias e da qualidade de vida dos moradores da região.

SEÇÃO II – DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 6º - Compete ao **Conselho Popular da Lomba do Pinheiro**:

1 – Aglutinar as forças vivas da Lomba do Pinheiro e adjacência, isto é, todas as entidades, grupos em defesa de direitos, instituições, fóruns, movimentos sociais e indivíduos que lutem por melhorias da região;

2 – Planejar e elaborar plano de trabalho com propostas direcionadas ao desenvolvimento do conjunto da região, a partir das demandas e reivindicações;

3 – Representar os interesses da região da Lomba do Pinheiro e adjacência junto ao poder público e demais instâncias, seja em nível municipal, estadual ou federal;

4 – Contribuir para a superação das rivalidades entre indivíduos, das forças vivas da região e vilas da Lomba do Pinheiro e adjacências;

5 – Reforçar a luta das entidades, grupos em defesa de direitos, instituições, fóruns, movimentos sociais locais, sem substituí-los, mas ampliando suas lutas para o conjunto da região da Lomba do Pinheiro.

6 – Organizar seminários com temas variados, cursos de formação, eventos em geral em prol da região e de seus participantes.

SEÇÃO III – DA COMPOSIÇÃO

7º - As instâncias do **Conselho Popular da Lomba do Pinheiro** serão compostas por:

1 – **Coordenação Geral:** integrada por Coordenador e Vice coordenador; primeiro e segundo secretários, um membro de cada comissão constituída quando houver e será eleita em Assembleia de Representantes;

2 – **Assembleia de Representantes:** convocada e instalada com pauta definida previamente pela Coordenação Geral, composta por representantes das forças vivas em funcionamento na região da Lomba do Pinheiro;

3 – **Assembleia Geral:** convocada e instalada com pauta definida previamente pela Coordenação Geral, composta pelas entidades, grupos em defesa de direitos, instituições, fóruns, movimentos sociais locais que lutem por melhorias da região e por todos moradores interessados.

Parágrafo Único – Nas instâncias do **Conselho Popular da Lomba do Pinheiro** qualquer autoridade Municipal, estadual ou Federal poderá participar das reuniões, porém, não poderão fazer campanha eleitoral. No entanto, isso não se aplica no caso do próprio Conselho Popular, que pode realizar atividades para esse fim, como por exemplo: debates com candidaturas, reuniões reflexivas sobre programas, etc.

CAPÍTULO III – DAS ATRIBUIÇÕES DAS INSTÂNCIAS DO CONSELHO POPULAR DA LOMBA DO PINHEIRO

SEÇÃO I – DAS ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO GERAL

Artigo 8º - São atribuições da Coordenação Geral:

1 – Representar as instâncias do Conselho Popular, em qualquer esfera e seguimentos, em benefício geral das suas demandas e reivindicações gerais da região;

2 – Convocar e instalar pelo Coordenador Geral, reuniões ordinárias e extraordinárias das instâncias do Conselho Popular;

3 – Deliberar e executar pautas da sua competência, bem como ações designadas pelas demais instâncias – Assembleia de representantes e assembleia geral;

- 4- Coordenar reuniões e encaminhar deliberações aprovadas pelas mesmas;
- 5 – Divulgar ações do Conselho Popular da Lomba do Pinheiro através dos meios de comunicação escrito, falada e/ou outras ferramentas.
- 6 – Emitir ofícios e documentos necessários aos órgãos públicos contendo suas reivindicações e demandas, bem como manter sob arquivo e guarda cópias dos mesmos, os recebidos, atas e demais afins.

SEÇÃO II – DAS ATRIBUIÇÕES DA ASSEMBLEIA DE REPRESENTANTES

Artigo 9º - São atribuições da assembleia de representantes:

- 1 – Aprovar Estatuto, Regimento interno e outros documentos de amplitude geral;
- 2 – Eleger a Coordenação Geral;
- 3 – Deliberar por ações de amplitude geral da região e que não diz respeito a questões específicas só de uma vila ou outra, em qualquer política pública, tais como: transporte, educação, saúde, assistência social, segurança, meio ambiente/ecologia, cultural, moradia, etc;
- 4 – Aprovar planejamentos, plano de metas, projetos, bem como, realizar avaliações das ações do Conselho Popular;

SEÇÃO III – DAS ATRIBUIÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 10 – São atribuições da Assembleia Geral:

- 1 – Apoiar as deliberações da Coordenação Geral e Assembleia de Representantes fortalecendo ações frente demandas de ordem regional e não atendida pelo poder público;
- 2 – Pressionar o poder público em geral em benefício da região da Lomba do Pinheiro.
- 3 – Aprovar pautas de reivindicações gerais.

CAPÍTULO IV – DO MÉTODO DE TRABALHO, ÁREA DE ATUAÇÃO E FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I – DO MÉTODO DE TRABALHO

Artigo 11 – A metodologia de trabalho do Conselho Popular da Lomba do Pinheiro se desenvolverá da seguinte forma:

- a) Toda ação do Conselho Popular será reconstruída a partir da(s) luta(s), ou seja, realizar, refletir e avaliar e tornar a fazer com mais qualidade, evitando começar da “teoria”.
- b) O Conselho Popular deve estar presente nas comunidades e em todas organizações populares, de forma regular, para ouvir e participar dos debates promovidos;
- c) As reuniões do Conselho Popular poderão ser realizadas em sua sede ou em comunidades de uma das microrregiões definidas na região;
- d) O Conselho Popular deverá buscar o consenso a partir das diferentes posições existentes em seu interior;

- e) Sempre que um assunto tiver posições diferentes deve-se esgotar os argumentos e a síntese do mesmo deve ser defendida por um representante de cada posicionamento e depois votado pelos presentes, sendo a posição com a maior adesão, a vencedora.
- f) Toda reunião inicia-se com a apresentação da pauta, debate com tempo determinado de cada ponto e aprovação dos seus encaminhamentos, e assim, da mesma forma, com os demais pontos de pauta seguintes.
- g) O Conselho Popular deverá ser referencial de LUTA, DE ALGUM SÍMBOLO, DE LIDERANÇAS COLETIVAS e deverá ter prédio que se transforme em uma referência também.
- h) As reuniões terão pautas curtas e serão organizadas para que sejam reuniões objetivas e com consequências nas deliberações.
- i) O Conselho Popular sempre buscará mecanismos que proporcione critérios de resoluções em que agregue o maior número de participantes nas suas decisões.

SEÇÃO II – DA ÁREA DE ATUAÇÃO

Artigo 12 – A área de atuação do **Conselho Popular da Lomba do Pinheiro** dar-se-á pelos seguintes critérios:

- a) Geograficamente participarão todos as entidades e forças vivas da região da Lomba do Pinheiro e adjacência, que desejarem e tenham atuação local nesse perímetro, bem como em outras esferas de unidade da federação nacional que por ventura interfira direta ou indiretamente na qualidade de vida dos moradores da região.
- b) Apoiará e atuará em todas as lutas e organizações que de alguma forma tenham relação com as necessidades e interesses da região da Lomba do Pinheiro, ou que tenha concernência com alguma demanda pontual em benefício da mesma.
- c) Suas lutas serão de cunho reivindicativo e social, de promoção e defesa ao crescimento regional e individual dos seus moradores, tais como: luta por emprego, contra a carestia, em defesa da qualidade de políticas públicas, na área da saúde, educação, saneamento básico, transporte, cultura, lazer, moradia, meio ambiente/ecologia, contra discriminação e preconceitos, escolas de samba, etc.
- d) O Conselho Popular se relacionará com o parlamento municipal, estadual e demais esfera, bem como com todos os níveis de governos e instâncias concernentes que demandem necessidades de melhoria para a região como um todo.

SEÇÃO III – DO SEU FUNCIONAMENTO

Artigo 13 – O Conselho Popular da Lomba do Pinheiro terá o seguinte funcionamento:

- a) Suas reuniões da Coordenação Geral e de Representantes ocorrerão quinzenalmente de preferência na primeira e terceira quarta-feira do mês e em horário noturno, privilegiando o maior número de participantes; as extraordinárias, no entanto, sempre que se julgar necessária.
- b) Os locais da reunião se darão, ordinária ou extraordinariamente no endereço contido no parágrafo único do artigo primeiro deste Estatuto, e/ou descentralizada conforme demandado por alguma instituição ou microrregião instituída no bairro.

- c) Para melhor facilitar suas ações podem ser criadas Comissões pertinentes a alguma política específica, como: Comissão de Transporte, Comissão de Educação, de Meio ambiente, etc. ou Grupo de Trabalho para aprofundar ou desenvolver alguma ação específica e com curto período de tempo.
- d) A convocação de seus eventos, atividades ou reuniões, se darão da forma mais ampla possível e sem seletividade de participação.
- e) Buscará mecanismos de divulgação das suas ações, como: boletim informático da sua própria produção, jornais de bairro ou de grande circulação, mídia falada ou televisiva, blog, redes sociais, etc.
- f) As Assembleias Gerais serão demandas nas reuniões da Coordenação Geral e de Representantes, sempre que se entender necessário e em dia e local deliberados pelos mesmos.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 14 – **O Conselho Popular da Lomba do Pinheiro** será representado pelo seu Coordenador Geral e na ausência por outro membro da Coordenação Geral, conforme deliberação.

Artigo 15 – O Conselho Popular da Lomba do Pinheiro responderá ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente pelos integrantes da Coordenação Geral.

Artigo 16 - O Conselho Popular da Lomba do Pinheiro, será extinto quando não mais atender as suas finalidades, mediante resolução de uma assembleia geral, de caráter extraordinário amplamente divulgada e convocada para este fim.

Artigo 17 – O patrimônio que foi adquirido, em caso de dissolução, será revertido em benefício de instituições de cunho social da região da Lomba do Pinheiro, aprovada na Assembleia Geral.

Artigo 18 – O Estatuto do **Conselho Popular da Lomba do Pinheiro** poderá ser reformulado no todo ou em parte, a qualquer tempo, por determinação da Assembleia de representantes, em reunião extraordinária especialmente convocada para este fim.

Artigo 19 – Os participantes da Assembleia Geral e/ou de Representantes, não respondem solidária e nem subsidiariamente pelas obrigações contrariadas em nome do **Conselho Popular da Lomba do Pinheiro**.

20 – Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação Geral e referendados pela Assembleia de Representantes quando for o caso.

21 – Este Estatuto entra em vigor na data da sua aprovação na Assembleia de Representantes.

Porto Alegre, 14 de março de 1992.